

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

AS PERCEPÇÕES TOPOFÍLICAS/TOPOFÓBICAS DAS LIDERANÇAS
COMUNITÁRIAS DO BAIRRO RESTINGA ANTES E DEPOIS DA IMPLEMENTAÇÃO
DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

HELENA BONETTO

ORIENTADOR: PROF. DR. OSCAR ALFREDO SOBARZO MIÑO

PORTO ALEGRE, SETEMBRO DE 2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

AS PERCEPÇÕES TOPOFÍLICAS/TOPOFÓBICAS DAS LIDERANÇAS
COMUNITÁRIAS DO BAIRRO RESTINGA ANTES E DEPOIS DA IMPLEMENTAÇÃO
DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

HELENA BONETTO

ORIENTADOR: PROF. DR. OSCAR ALFREDO SOBARZO MIÑO

Banca Examinadora:

Dr. Alfredo Alejandro Gugliano (PPG em
Ciência Política/ UFRGS)

Dr. Luiz Fernando Mazzini Fontoura
(POSGea/UFRGS)

Dra. Cláudia Luisa Zeferino Pires (POSGea/
UFRGS).

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Geografia como
requisito para obtenção do título de Mestre
em Geografia.

PORTO ALEGRE, SETEMBRO DE 2013

Bonetto, Helena

As percepções Topofílicas/Topofóbicas das lideranças comunitárias do Bairro Restinga antes e depois da implementação do Orçamento Participativo . / Helena Bonetto. - Porto Alegre: IGEO/UFRGS, 2013. [127 f.] il.

Dissertação (Mestrado).- Universidade Federal do Rio Grande do Sul.Programa de Pós-Graduação em Geografia.Instituto de Geociências. Porto Alegre, RS - BR,2013.

Orientador:Oscar Alfredo Sobarzo Miño.

1.Orçamento Participativo.2.Restinga.3.Topofilia.4.Topofobia.I.
Título.

Dedico esta dissertação as duas pessoas mais importantes da minha vida:

Ao meu amigo, companheiro, meu amor, que acompanha todas as minhas trajetórias, sempre me incentivando: Éder.

À minha filha, que precisou conviver com as minhas ausências, mas que sempre se fez presente com seus bilhetinhos nos meus cadernos de campo e no computador, dizendo sempre que me ama. Ana Luísa, a mamãe te ama muito.

AGRADECIMENTOS

No ato de agradecer, reconhecemos que todo trabalho é compartilhado e nesta dissertação não poderia ser diferente. Durante estes dois anos algumas pessoas foram especiais e sem elas nenhuma destas palavras estaria aqui materializada.

Agradeço ao Éder, por sempre estar me ouvindo, me incentivando e acreditando que eu seria capaz de realizar este desafio que é o mestrado. Só nós sabemos tudo que compartilhamos nesses treze anos que estamos juntos, e este trabalho é mais uma das nossas conquistas.

À Ana Luísa, que como uma formiguinha foi deixando pegadinhas de bilhetes, de abraços, de beijos e de queixas por eu não poder estar com ela, que esperou sentadinha em algumas entrevistas e que só vai entender o significado de tudo isso daqui a alguns anos. Amo vocês dois com todas minhas forças!

Agradeço à minha mãe Helena, que sempre teve o sonho de estudar e nos impregnou dele; e também à minha irmã Daiana e à minha cunhada e amiga Fabíola, por estar sempre por perto, sempre ouvindo minhas queixas, meus medos, minhas inseguranças, minhas vontades e descobertas. Ao meu irmão Serginho, e as minhas sobrinhas Amada e Bianca e ao meu sobrinho Henrique.

Agradeço a toda família Bueno (família da minha mãe), que está sempre presente na minha vida: tia Lizandra, tia Jorge, tia Vera, tio Jorge, tia Juçara, tio Ernesto, tia Sola, vó Dorcilia, Sarah, Talitha, Teodoro, Marina, Maurício e em memória da minha querida tia avó Gema.

Agradeço aos que restaram na minha vida da família Bonetto, meus dindos Miriam e Celso e minhas primas Rafaela e Virginia.

À família do Éder, por ter me adotado: Elifas, Assis, Marilene, Mara, Gabriel, Rafael, Letícia, Laís, Josué, Kako, Alice.

Agradeço in memória à minha avó emprestada, Geni, que perdemos ao longo do trabalho e a um tio emprestado, Rogério, que também nos deixou, mas que estão presentes em nossa vida sempre e deixaram uma saudade eterna.

À minha amiga e irmã que tomei de empréstimo, Yara. Pela sua escuta atenta, sua permanente insistência e suas críticas, pelos momentos de descontração, momentos de bobagens, momentos de leituras, momentos de paciência e, principalmente, de amizade.

À minha amiga Bianca, pela acolhida desde o projeto, pelo ouvido, pelos cafés, pelas correções, por estar sempre de coração aberto e por me emprestar um pouco de seu olhar de pesquisa.

Ao meu orientador, Oscar, que me acolheu com uma proposta bem diferente do que estava acostumado, me deu toda a liberdade na escrita, na autoria, na hora de fazer escolhas e de experimentar um belo estágio docente. Agradeço também pelos intensos momentos que vivemos durante o período da escrita deste trabalho.

Agradeço ao professor Alfredo Gugliano, que foi fundamental para o ingresso no mestrado, para a escolha do tema desta pesquisa e para minha descoberta como pesquisadora.

Aos meus narradores, que abriram a porta das suas casas gentilmente e permitiram que um projeto de mestrado pudesse tornar-se uma dissertação. Foram logos dias de campo, de conversas e de experiências íntimas.

Neste percurso de pesquisa duas pessoas são muito importantes: Dejanira (Dona Deja) e Tereza (Dona Tereza). Elas fazem parte da minha história com a Restinga e acolheram este trabalho como se fosse delas. Não tenho como agradecer a vocês, e essas linhas não são nada perto do que me ensinaram.

Aos amigos queridos que ganhei durante o processo do mestrado: Cristiano Quaresma, que me aguentou durante a escrita da dissertação, que alegrou meus dias com seu humor inteligente; Nola, por toda sua gentileza e delicadeza de escuta, de solidariedade, de cumplicidade; e Juçara, pelo seu sorriso sempre, seu apoio e sua generosidade.

Agradeço a todos os professores que tive durante o mestrado: Paulo Soares, Luiz Fernando Mazzini, Álvaro, Oscar Sobarzo, Dirce e Cláudia.

Agradeço, em especial, à professora Cláudia, pois no último ano estabelecemos diálogos, laços de amizade e partilhamos nossas histórias na Restinga. Agradeço por ela estar sempre presente incentivando, problematizando e apoiando.

Agradeço também à professora Adriana Dorfman, por nos últimos meses ser uma grande incentivadora e ouvinte, também sempre disposta a acabar com as minhas inseguranças.

Agradeço à minha amiga Alynny, que atualmente é a secretária do programa de pós-graduação, mas que conheço desde os tempos de graduação em Ciências Sociais, por estar sempre procurando resolver qualquer problema relacionado à vida acadêmica e ainda por toda a força durante o processo de seleção, curso e escrita.

Agradeço aos meus amigos conexas, por estarem presentes na minha trajetória: Tatiana, Junara, Vagner, Marcos, Tâmara, Celinha.

E ainda no conexões, aos coordenadores do projeto: Maria Aparecida Bergamaschi e Rafael Arenhaldt pelo carinho sempre que nos reencontramos.

Agradeço ao meu irmão emprestado Marcelo Guido, por ter aguentado todos os meus desesperos durante dois anos de escrita e docência no Colégio Conhecer.

Aos colegas do Conhecer, aos meus alunos nessa escola e aos meus alunos da graduação, por terem partilhado das minhas loucuras.

Aos membros grupo de pesquisa Processos Participativos na Gestão Política.

À amiga Adelaide, pela companhia durante todo o trabalho de campo e nas discussões sobre a escrita da dissertação.

Aos meus colegas da graduação em Geografia, a qual curso atualmente, por estarem sempre incentivando, em especial à Meriene, ao Ben-hur e à Louise.

Aos meus amigos do cursinho pré-vestibular Zumbi dos Palmares: Enilza e Marcos.

Agradeço à CAPES, por ter possibilitado que durante estes dois anos eu recebesse uma bolsa para realizar meus estudos.

Aos meus amigos de graduação nas Ciências Sociais: Bruno, Tânia, Cibeles e Lucas, que vivem reclamando da minha ausência.

Às amigas que fiz na biblioteca do Colégio Aplicação: Sandra, Cris e ao amigo Jorge; Agradeço também à Denise, da Biblioteca da Veterinária.

Agradeço também à Fabrina, que corrigiu e formatou essa dissertação em curto período de tempo.

Agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pela possibilidade de ingresso em um programa de pós-graduação gratuito e de excelência.

Por fim, agradeço ao programa de Pós-Graduação em Geografia, por ter me acolhido e possibilitado a continuidade da minha formação acadêmica.

Para a escrita desta dissertação uma cantora foi especial – Mercedes Sosa – sendo que duas canções foram trilha sonora permanente: *Todo Cambia* e *La maza*. Elas me deram a força para seguir e a certeza de que é preciso continuar acreditando nas pessoas...

Por isso, aqui elas estão...

Todo Cambia

Cambia lo superficial cambia también lo profundo cambia el modo de pensar cambia todo en este mundo Cambia el clima con los años cambia el pastor su rebaño y así como todo cambia que yo cambie no es extraño
Cambia el mas fino brillante de mano en mano su brillo cambia el nido el pajarillo cambia el sentir un amante
Cambia el rumbo el caminante aunque esto le cause daño y así como todo cambia que yo cambie no extraño
Cambia todo cambia
Cambia todo cambia
Cambia todo cambia
Cambia todo cambia
Cambia el sol en su carrera cuando la noche subsiste cambia la planta y se viste de verde en la primavera
Cambia el pelaje la fiera
Cambia el cabello el anciano y así como todo cambia que yo cambie no es extraño
Pero no cambia mi amor por mas lejos que me encuentre ni el recuerdo ni el dolor de mi pueblo y de mi gente
Lo que cambió ayer tendrá que cambiar mañana así como cambio yo en esta tierra lejana
Cambia todo cambia
Cambia todo cambia
Cambia todo cambia
Cambia todo cambia
Pero no cambia mi amor...

(Canção de autoria de um dos músicos mais significativos do movimento da Nova Canção Chilena - Julio Numhauser - considerada um hino de libertação e de cidadania e conhecida na voz de Mercedes Sosa

La Maza

*Si no creyera en la locura de la garganta del sinzontle,
si no creyera que en el monte se esconde el trigo y la pavura...*

*Si no creyera en la balanza,
en la razón del equilibrio,
si no creyera en el delirio,
si no creyera en la esperanza...
Si no creyera en lo que agencio,
si no creyera en mi camino,
si no creyera en mi sonido,
si no creyera en mi silencio...*

¿Qué cosa fuera, qué cosa fuera la maza sin cantera?

*un amasijo hecho de cuerdas y tendones,
un revoltijo de carne con madera,
un instrumento sin mejores resplandores que lucecitas montadas para escena...*

¿qué cosa fuera, corazón, qué cosa fuera?

¿qué cosa fuera la maza sin cantera?

un testafarro del traidor de los aplausos,

un servidor de pasado en copa nueva,

un eternizador de dioses del ocaso,

júbilo hervido con trapo y lentejuela...

¿qué cosa fuera, corazón, qué cosa fuera?

¿qué cosa fuera la maza sin cantera?

¿qué cosa fuera, corazón, qué cosa fuera?

¿qué cosa fuera la maza sin cantera?

Si no creyera en lo más duro,

si no creyera en el deseo,

si no creyera en lo que creo,

si no creyera en algo puro...

Si no creyera en cada herida,

si no creyera en lo que ronde,

si no creyera en lo que esconde hacerse hermano de la vida...

Si no creyera en quien me escucha,

si no creyera en lo que duele,

si no creyera en lo que quede,

si no creyera en lo que lucha...

¿Qué cosa fuera, qué cosa fuera la maza sin cantera?

un amasijo hecho de cuerdas y tendones,

un revoltijo de carne con madera,

un instrumento sin mejores resplandores que lucecitas montadas para escena...

¿qué cosa fuera, corazón, qué cosa fuera?

¿qué cosa fuera la maza sin cantera?

un testafarro del traidor de los aplausos,

un servidor de pasado en copa nueva,

un eternizador de dioses del ocaso,

júbilo hervido con trapo y lentejuela...

¿qué cosa fuera, corazón, qué cosa fuera?

¿qué cosa fuera la maza sin cantera?

¿qué cosa fuera, corazón, qué cosa fuera?

¿qué cosa fuera la maza sin cantera?

Autoría: Silvio Rodríguez

RESUMO

A presente pesquisa buscou compreender como as percepções topofílicas/topofóbicas dos líderes comunitários com relação ao espaço da Restinga (bairro periférico da cidade de Porto Alegre) foram modificadas através da obtenção de melhores condições de infraestrutura a partir da implementação do Orçamento Participativo em Porto Alegre. O marco teórico desta investigação encontra-se nos seguintes autores: Yi-Fu Tuan e Alicia Lindón. Os conceitos utilizados são *espaço*, *lugar*, *topofilia* e *topofobia*. O principal objetivo é evidenciar e compreender de que maneira as relações entre experiências conceituais e íntimas, experiências de participação política e conquista de equipamentos públicos através do OP contribuíram para a constituição e transformação das percepções topofílicas/topofóbicas das lideranças comunitárias do bairro Restinga. Os procedimentos metodológicos adotados para evidenciar as transformações do bairro a partir da conquista de equipamentos públicos no OP foram: revisão bibliográfica, entrevistas narrativas, levantamento das obras no *website* da Prefeitura de Porto Alegre, construção de bancos de dados no programa Excel e composição de gráficos e mapas. Por fim, com o objetivo de compreender a relação entre as experiências conceituais/íntimas, as percepções do bairro e a construção social dos lugares visíveis ou parcialmente visíveis foi utilizado o holograma espacial.

Palavras-Chave: Percepções. Topofobia. Topofilia. Orçamento Participativo. Participação Política. Restinga.

ABSTRACT

This research sought to understand the topophilic/topophobic perceptions of community leaders regarding the space of Restinga (a suburban area of Porto Alegre City) and how these perceptions were modified by gaining public facilities from the implementation of the participatory budget in Porto Alegre. The theoretical framework of this research is found in the following authors: Yi-Fu Tuan and Alicia Lindon. The concepts used here are space, place, topophilia and topophobia. The main goal is to highlight and understand the relationships between conceptual/intimate experiences and the achievement of public facilities through the participatory budget in forming topophilic/topophobic perceptions of community leadership in the neighborhood of Restinga. The methodological procedures used to highlight the transformations of the neighborhood concerning the gaining of public facilities through the participatory budget were: literature review, narrative interviews with community leaders, survey works on the website of the Municipality of Porto Alegre, building databases in Excel, building of charts and maps. To understand the relationship between conceptual/intimate experiments, neighborhood perceptions and social construction of visible places or partially visible, the hologram space was used.

Keywords: perceptions; topophobia; topophilia; participatory budgeting; political participation; Restinga.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Formas de Experiência.....	21
Figura 2 – Localização do Bairro Restinga	39
Figura 3 - Notícia do Jornal Zero Hora do dia 17de janeiro de 1966.....	40
Figura 4 - Notícia do Jornal Zero Hora do dia 22 de janeiro de 1970.....	42
Figura 5 - Notícia do Jornal Zero Hora do dia 22 de janeiro de 1970.....	43
Figura 6 - Notícia do Jornal Zero Hora do dia 30 de agosto de 1976	44
Figura 7 - Notícia do Jornal Zero Hora do dia 30 de agosto de 1976	45
Figura 8 - Notícia do Jornal Zero Hora de março de 1974.....	45
Figura 9 - Notícia do Jornal Zero Hora de março de 1974.....	45
Figura 10- Unidades da Restinga.....	48
Figura 11 - Cartaz Semana da Restinga	54
Figura 12 - Regiões do OP de Porto Alegre	72
Figura 13 – Ciclo do OP.....	74
Figura 14 - Processo de demandar.....	82
Figura 15- Obras da Temática de Saneamento.....	88
Figura 16- Obras da Temática de Pavimentação.....	91

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1- Centro Comunitário.....	22
Fotografia 2 - Ilhota, uma das Vilas de Porto Alegre que deu origem à Restinga	40
Fotografia 3 - Arroio do Salso – Vila do Salso	48
Fotografia 4 - Lixo despejado no arroio do Salso – Vila do Salso.....	48
Fotografia 5 - Construção do Hospital da Restinga.....	53
Fotografia 6 - Escola Técnica da Restinga	54
Fotografia 7 - 38ª Semana da Restinga.....	55
Fotografia 8 - Escola de Samba Estado Maior da Restinga	55
Fotografia 9 - Restinga vista do alto do morro São Pedro.....	56
Fotografia 10 – Vila do Salso	56
Fotografia 11 - Avenida João Silveira.....	57
Fotografia 12 - Centro Administrativo Regional Restinga e Extremo Sul.....	58
Fotografia 13 - Posto de Saúde Núcleo Esperança I	99

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Obras da Temática de Saneamento	87
Gráfico 2 – Obras do OP relacionadas à temática saneamento - Restinga (1990-2010).....	88
Gráfico 3 – Obras relacionadas à temática saneamento em metros por ano (1990-2010)	90
Gráfico 4 – Temática: Pavimentação em metros na Restinga (1990-2010)	90
Gráfico 5 – Temática: Pavimentação por Metros nas Vilas da Restinga (1990-2010)	93
Gráfico 6 – Temática Iluminação Pública (1990-2010)	94
Gráfico 7 – Temática: Habitação (1990-2010).....	96
Gráfico 8 – Temática: Educação (1990-2010)	97
Gráfico 9 – Temática: Saúde	100

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Notas das Prioridades do OP de Porto Alegre.....	75
Quadro 2 - Especificação das Temáticas	77

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas
AC - Análise de Conteúdo
ARENA - Aliança Renovadora Nacional
BNH - Banco Nacional da Habitação
CAR - Centro Regional da Restinga
CODECORES - Conselho de Desenvolvimento Comunitário da Restinga
COP - Conselho do Orçamento Participativo
CRC - Coordenação das Relações com a Comunidade
DEMHAB - Departamento Municipal de Habitação
FRACAB - Associação Comunitária e Amigos do Bairro
FROP - Fórum dos Delegados
GAPLAN - Gabinete de Planejamento da Prefeitura
MNLM - Movimento Nacional de Luta por Moradia
Observapoa - Observatório da Cidade de Porto Alegre
OP - Orçamento Participativo
PDT - Partido Democrático Trabalhista
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PRF - Programa de Regularização Fundiária
PRONASCI - Programa Nacional de Segurança com Cidadania
PT - Partido dos Trabalhadores
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
SMAM - Secretária Municipal do Meio Ambiente
SMED - Secretária Municipal de Educação
UAMPA - União das Associações de Moradores de Porto Alegre
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 TRAJETÓRIAS DA PESQUISA – TEORIA – CAMPO – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS – ANÁLISES	22
2.1 FUNDAMENTOS TEÓRICOS	22
2.2 CAMINHOS DE UMA PESQUISA	29
2.3 DO CAMPO EXPLORÁTÓRIO PARA A TEORIA E DA TEORIA PARA O CAMPO DAS NARRATIVAS	34
3 MEMÓRIAS DA RESTINGA	38
4 BREVE HISTÓRIA DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO	59
4.1 A VITÓRIA DA FRENTE POPULAR E A IMPLANTAÇÃO DO OP EM PORTO ALEGRE	63
4.2 A ESPACIALIDADE E O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO.....	68
4.3 ORÇAMENTO PARTICIPATIVO HOJE.....	71
5 CAMINHOS ADOTADOS PARA RECONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA DO OP NA RESTINGA	76
5.1 MEMÓRIAS DO OP NA RESTINGA – TRANSFORMANDO ESPAÇO E SUJEITOS	80
6 UMA BREVE EXPLICAÇÃO SOBRE O HOLOGRAMA ESPACIAL	104
6.1 HOLOGRAMA ESPACIAL (1º MOMENTO): PERCEPÇÕES TOPOFÍLICAS/TOPOFÓBICAS DAS LIDERANÇAS ANTES DE MORAR NO BAIRRO E ANTES DE PARTICIPAREM DO OP	105
6.2 HOLOGRAMA ESPACIAL (2º MOMENTO): A EXPERIÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO NO OP NA TRANSFORMAÇÃO DAS PERCEPÇÕES TOPOFÍLICAS/TOPOFÓBICAS	114
6.3 HOLOGRAMA ESPACIAL (3º MOMENTO): PERCEPÇÕES TOPOFÍLICAS DAS LIDERANÇAS A PARTIR DA PARTICIPAÇÃO NO OP	119
CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
REFERÊNCIAS	128

1 INTRODUÇÃO

“... tu tens que ir para Restinga, sentir a efervescia de lá, tem que ir lá,
respirar aquele ar, daí sim a tua pesquisa vai andar...”
Cleber – morador da Restinga

Os caminhos que nos levam a pesquisar são repletos de significados, de dúvidas, de angústias e de interrogações que, muitas vezes, não são respondidas somente com entrevistas ou jornais. Às vezes somos levados pelos caminhos e nosso problema de pesquisa não se modifica. Contudo, outras vezes a trajetória da investigação faz com que tudo se modifique, e o que era certo passa a ser apenas transitório. Esta dissertação é o resultado de todos esses caminhos, os quais foram percorridos e foram sendo incorporados na pesquisa, provocando inúmeras mudanças no projeto inicial.

A presente dissertação é o resultado do entrelaçamento da minha trajetória acadêmica na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que consiste nas experiências e vivências que tive durante a graduação em Ciências Sociais, a intensa leitura da produção teórica sobre o Orçamento Participativo (OP), a formação do Bairro Restinga e os significados de lugar, topofília e topofobia, além do intenso trabalho de campo.

Para entender como os elementos acima se entrelaçam é necessário compreender como se dá a minha trajetória antes de entrar na UFRGS e também durante a graduação. Para ingressar no ensino superior estudei em um curso pré-vestibular para alunos carentes chamado Alternativa Cidadã, que existe até hoje no Campus do Vale da UFRGS. Foram três anos de estudos, até que em 2004 passei no vestibular para Ciências Sociais e escolhi a licenciatura. Essa experiência permitiu que, no terceiro semestre do curso, eu fosse selecionada para uma bolsa de extensão no Programa Conexões de Saberes.

O Programa Conexões de Saberes era dividido em territórios de atuação, nos quais os estudantes desenvolveriam atividades em comunidades periféricas da cidade de Porto Alegre. Entre essas comunidades encontrava-se a Restinga e o projeto de construir um curso pré-vestibular popular em uma associação de moradores.

E foi ano de 2006 que o Curso Pré-Vestibular Esperança Popular da Restinga, no Núcleo Esperança I, constituiu-se através de uma parceria entre a Associação de Moradores e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), na figura do Programa Conexões de Saberes. Foi a partir da vivência como educadora do Curso Pré-Vestibular Esperança Popular

da Restinga que comecei a conviver com os moradores, com as lideranças comunitárias, com os problemas e com os encantos que constituem a Restinga.

Durante muito tempo ouvi inúmeros comentários sobre o bairro e o fato que mais me impressionava era que esses comentários eram quase sempre negativos. Entre esses comentários estavam frases como essas: “acho melhor tu não voltar tão tarde da Restinga, você pode ser assaltada”; “não leva nada de valor para lá, vai voltar sem nada”, entre outras. Esse tipo de comentário motivou as duas líderes comunitárias que presidiam a Associação de Moradores Núcleo Esperança I a buscar a UFRGS a fim de construir um curso pré-vestibular popular no bairro. Lembro bem da frase que era repetida por elas todos os dias: “Queremos tirar a Restinga das páginas policiais dos jornais”.

Esses comentários dos alunos do curso, das lideranças e das pessoas comuns do bairro ficaram registrados na minha memória e contribuíram para a escolha da Restinga como local em que se desenvolveria esta pesquisa.

Para além desses comentários, as vivências no cotidiano daquela comunidade possibilitaram a formação de sentimentos topofílicos com o bairro, isto é, de sentimentos afetivos que desenvolvemos com determinados lugares. Estes sentimentos inspiraram e provocaram a vontade de compreender como se dá o processo de construção das percepções topofílicas/topofóbicas sobre a Restinga, tendo em vista sua complexidade socioespacial.

A escolha pelo Orçamento Participativo (OP) de Porto Alegre também se deu a partir da atuação como bolsista de iniciação científica do projeto “A participação Popular em Porto Alegre depois do PT: O Governo Fogaça (2005-2008)”, coordenado pelo professor Alfredo Gugliano, do Departamento de Ciências Políticas. Através das atividades realizadas como bolsista, entrei em contato com a literatura sobre o OP e observei que ainda existiam lacunas, apesar da vasta quantidade de trabalhos sobre o tema.

Uma das principais lacunas que constatei foi a falta de trabalhos dentro das Ciências Políticas que levassem em consideração o espaço em suas análises. Após a leitura de muitos trabalhos, encontrei no campo da Ciência Geográfica a resposta para uma interrogação permanente durante minha formação acadêmica: o espaço é uma variável importante para compreensão dos fenômenos sociais? Para responder a essa pergunta considerei importante ingressar no Programa de Pós-Graduação em Geografia, a fim de tentar estabelecer relações entre as Ciências Sociais e Ciência Geográfica.

Foi a partir da leitura dos autores do campo da Geografia que comecei a compreender que o espaço pode ter muitas definições e aspectos que devem ser levados em consideração durante a pesquisa. Mas, acredito que uma das descobertas mais relevantes está relacionada à

relação dialética entre espaço e sociedade, isto é, ao mesmo tempo em que o espaço é produto social, a sociedade é produto do espaço.

Tendo em vista os aspectos abordados acima, é importante lembrar que o OP projetou a capital gaúcha no cenário político mundial, principalmente na década de 1990, e provocou uma grande mobilização nas discussões sobre democracia participativa no âmbito acadêmico, tornando-se temática de muitos trabalhos de conclusão de curso, dissertações de mestrado e teses de doutorado.

Contudo, a produção científica sobre o OP de Porto Alegre (Fedozzi, 2001; Avritzer, 2003; Gugliano, 2003; Souza, 2000; 2002; 2004 e 2006) está centrada principalmente nas inovações, mudanças e reflexos que este instrumento provocou na democracia representativa brasileira. Muitos aspectos não foram trabalhados na literatura existente, mesmo entre os autores que foram considerados os expoentes desta temática.

Entre esses aspectos não trabalhados encontramos: a relação entre participação popular e transformação do espaço; o impacto da conclusão das obras no cotidiano da população; a identificação das mudanças provocadas nos sentimentos topofílicos/topofóbicos da população com relação ao lugar em que moram após a conclusão das demandas apontadas no OP, entre outros.

A presente dissertação buscou investigar, compreender e entender os processos existentes entre a participação popular no Orçamento Participativo (OP) de Porto Alegre e a transformação do espaço no bairro Restinga, além das demandas apontadas pela população, as quais estão centradas principalmente na reivindicação de serviços básicos e equipamentos públicos, que se converteram em obras de infraestrutura nos bairros da capital.

Para fins desta pesquisa o OP será entendido como um processo pelo qual a população discute, aponta e decide de forma direta a aplicação dos recursos em obras e serviços que serão executados pela administração municipal. É neste contexto que se encontra a relevância social desta pesquisa, pois ela tem como principal objetivo abordar algumas dessas lacunas existentes na produção científica sobre OP.

É preciso ter claro que, durante esse período, o OP sofreu modificações em sua estrutura e que, além das assembleias nas regiões orçamentárias, foram criadas assembleias temáticas para toda a cidade, abertas à população, com a finalidade de demandar prioridades mais gerais.

Neste contexto de implementação e consolidação do OP como uma política pública da Prefeitura de Porto Alegre que promove melhorias nas condições socioespaciais em toda a capital, através da participação da população nas decisões dos investimentos, *a presente*

pesquisa visa investigar como as percepções das lideranças comunitárias com relação ao espaço do bairro foram modificadas através da obtenção de equipamentos públicos para a Restinga. E ainda, como a concretização das demandas conquistadas para o bairro através do OP modificaram as percepções topofílicas/topofóbicas das lideranças comunitárias da Restinga.

Para Souza (2000), as pesquisas sobre os OPs no Brasil deveriam privilegiar duas dimensões do espaço: *território* e *lugar*. Seguindo a agenda de pesquisa proposta pelo autor, o presente trabalho privilegiará a dimensão do *lugar*, isto é, do espaço relacionado ao cotidiano às vivências das pessoas.

O *lugar* é definido por Tuan (1983) como sendo um espaço de memórias, de lembranças, de sentimentos afetivos ou de medo. Para Tuan (1980), a topofilia está relacionada com os sentimentos de afetividade que desenvolvemos com relação a determinados lugares. Conforme o autor, os lugares podem variar entre a rua em que vivemos, o bairro e até mesmo a casa em que moramos.

Além de Tuan, outros pesquisadores também privilegiaram a dimensão do lugar para o estudo da realidade, entre eles encontramos Alicia Lindón.

A pesquisadora investiga a periferia da Cidade do México e a relação que seus moradores estabelecem com este espaço. A partir de suas pesquisas, Lindón (2005) pôde constatar que o espaço do viver na periferia provoca topofóbias em seus moradores, pois está relacionado à violência, e ainda que os espaços públicos são vividos com medo. Conforme a autora, “el espacio público muchas veces es habitado de manera topofóbica, es decir, que lejos de vivirlo con agrado (con topofilia) se lo vive con rechazo.” (LINDÓN, 2005, p.309).

É através das perspectivas de Tuan e de Lindón que a presente pesquisa se desenvolveu, buscando compreender as relações topofílicas/topofóbicas que as lideranças comunitárias da Restinga desenvolveram/desenvolvem com espaço do bairro.

O objetivo geral desta pesquisa foi evidenciar e compreender como a relação entre participação política e a conquista de melhores condições socioespaciais através do OP influenciaram nas percepções e na formação de sentimentos topofílicos/topofóbicos das lideranças comunitárias do bairro Restinga.

Entre os objetivos específicos definimos: analisar os processos de formação da Restinga, destacando a importância da participação popular na reivindicação de melhores condições de infraestrutura para bairro; identificar as principais mudanças na infraestrutura do bairro materializadas a partir da aplicação do OP; realizar o levantamento das lideranças comunitárias da Restinga; investigar as percepções das lideranças comunitárias da Restinga

com relação ao bairro antes e depois do OP e da conquista de melhorias de infraestrutura; e compreender os processos envolvidos na construção de sentimentos topofílicos/topofóbicos a partir das experiências com as obras do OP concluídas no bairro.

A relevância social desta dissertação está na possibilidade de aprofundar os estudos sobre o OP e sua espacialidade iniciados por outros pesquisadores, principalmente pelo pesquisador o geógrafo Marcelo Lopes de Souza. Além de aprofundar as pesquisas realizadas por este autor, principal responsável pela produção da literatura sobre OP dentro do campo científico da ciência geográfica, a presente dissertação visou abordar as lacunas existentes na produção científica sobre o OP de Porto Alegre, principalmente no que tange a questões mais qualitativas e relativas às percepções da população que foi beneficiada ou não pelo OP.

Ainda sobre a relevância deste trabalho, se faz necessário lembrar que o OP de Porto Alegre tornou-se uma política pública, por ter como principal objetivo a inversão de prioridades, isto é, atender as demandas das populações mais desfavorecidas da cidade, principalmente com infraestrutura básica, promovendo assim melhor qualidade de vida para essas populações. Portanto, este trabalho visou contribuir na avaliação do OP como política pública implementada pela Prefeitura de Porto Alegre, especialmente na escala das transformações no cotidiano das populações.

Esta investigação também contribuirá para o registro oral das lideranças comunitárias do bairro, tendo em vista que a média de idade dos líderes é superior a 60 anos e o histórico de lutas dessas pessoas pelo bairro constitui um valioso capítulo da história da cidade.

A presente dissertação está dividida em cinco capítulos, além da introdução e da conclusão. O primeiro capítulo apresenta a trajetória da pesquisa, a fundamentação teórica e metodológica. O segundo capítulo tem como objetivo proporcionar ao leitor experiências conceituais da Restinga, assim como o conhecimento de uma breve história do bairro desde sua formação até os dias de hoje. O terceiro capítulo apresenta uma contextualização histórica sobre a implementação do OP e a revisão teórica sobre a espacialidade do OP de Porto Alegre. O quarto capítulo apresenta as memórias do OP na Restinga, o seu funcionamento no bairro, a história de algumas demandas conquistadas, o levantamento dos equipamentos públicos conquistados pela população e a localização destes equipamentos no bairro. Por fim, o quinto capítulo apresenta o Holograma Socioespacial construído a partir das narrativas das lideranças comunitárias da Restinga.

2 TRAJETÓRIAS DA PESQUISA – TEORIA – CAMPO – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS – ANÁLISES

2.1 FUNDAMENTOS TEÓRICOS

Nas conversas, caminhadas e observações pelo bairro algumas frases tornaram-se recorrentes durante o campo exploratório, tais como: “aqui não tinha nada”, “nos jogaram aqui”, “antes eu odiava morar aqui”, “hoje não troco a Restinga por nenhum outro lugar”. Estas frases foram alimentando a curiosidade da pesquisadora em conhecer e compreender os mecanismos que contribuíram para a transformação das percepções relacionadas ao bairro dos delegados e conselheiros do OP.

Foi a partir da escuta atenta realizada durante o campo exploratório que se optou por privilegiar a dimensão do espaço, enquanto lugar, para responder o problema de pesquisa desta dissertação.

Contudo, se faz necessário lembrar que dentro dos estudos geográficos esta dimensão do espaço pode variar de significado. Assim, a concepção de lugar utilizada nesta pesquisa está dentro do campo da Geografia Humanística. Para Geografia Humanística, segundo Holzer (1999):

O lugar se comporta como um nó funcional, para o humanista ele significa um conjunto complexo e simbólico, que pode ser analisado a partir da experiência pessoal de cada um - a partir da orientação e estruturação do espaço, ou da experiência grupal (intersubjetiva) de espaço (HOLZER, 1999, p.71.)

Tendo em vista a importância deste conceito para Geografia Humanística e as percepções sobre cotidiano da Restinga, em que histórias de vida, espaço, participação, lugar e transformação se entrelaçam, conduziu-se a fundamentação teórica deste trabalho para os estudos dos autores Yi-Fu Tuan e Alicia Lindón.

Estes dois autores em suas produções científicas foram sensíveis à percepção do espaço enquanto lugar, permeado de significados e símbolos. Os autores fizeram importantes reflexões sobre o desvelamento da realidade a partir do campo simbólico e não apenas do material.

Lindón (2007c) destaca que os estudos urbanos na América Latina privilegiaram componentes materiais a partir da perspectiva do território, ressaltando que nos anos 1990 ficou evidente que a dimensão simbólica dos fenômenos urbanos foi esquecida.

A autora destaca que estudos antropológicos têm uma longa tradição em estudos sobre o simbólico, todavia esta disciplina chegou tardiamente nos estudos urbanos. Por outro lado, Lindón (2002) aponta que os estudos geográficos oferecem uma porta para os estudos sobre o espaço, como o mundo dos sólidos e dos não sólidos.

Uma importante referência nos estudos sobre o mundo dos não sólidos para compreensão do espaço encontra-se nas obras do autor Yi-Fu Tuan. Na produção científica de Tuan (1983), podemos observar seu esforço teórico para compreender espaço e lugar a partir das experiências que vivenciamos neles.

Para Tuan (1983), a experiência é um termo que abrange as diferentes maneiras através das quais uma pessoa conhece e constrói a realidade. E ainda, consiste na capacidade que desenvolvemos para aprender nossas próprias vivências. Para o autor a experiência se dá através dos órgãos do sentido: o tato, o paladar, a audição, o olfato e a visão.

A realidade, segundo o autor, é o construto da experiência, dos sentimentos e dos pensamentos. A realidade pode ser conhecida através de dados relacionados a ela, contudo os dados são criados e não se encontram na realidade, pois, entramos em contato com a realidade e não com os dados.

Esta observação do autor é importante para nós, que iniciamos como pesquisadores, porque quando vamos a campo somos tomados pela ansiedade de encontramos na realidade que investigamos os conceitos teóricos de nossas pesquisas.

Em Tuan (1983) o espaço e o lugar serão estudados a partir de duas formas diferentes de experiências que vivenciamos neles, são elas:

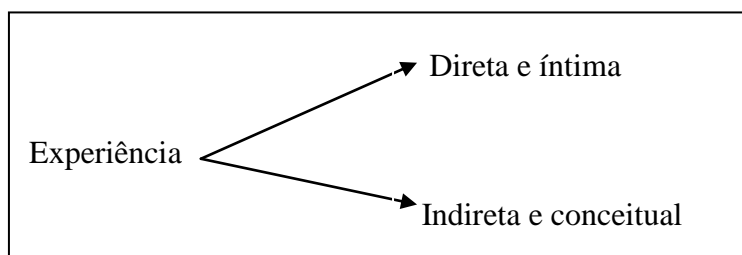


Figura 1 – Formas de Experiências

Fonte: Elaborado pela autora

A experiência íntima e direta consiste em vivenciar diretamente o lugar e o espaço, criando laços, significados, através da atribuição de valores. A experiência direta e íntima pode variar em escala também. Por exemplo: o estranhamento de um morador novo em um bairro.

O aprender a conhecer o bairro passa pela capacidade dos moradores de atribuírem valor aos locais, como ruas, esquinas e referências arquitetônicas (TUAN, 1983, p.20).

A experiência direta e íntima total com o lugar e o espaço só se dá através do desenvolvimento de uma mente ativa e reflexiva que possa vê-los de fora, pois muitas vezes nossas experiências constroem imagens distorcidas, as quais se tornarão nítidas através do exercício de olhar de fora e da reflexão sobre nossas experiências.

A experiência indireta e conceitual é aquela em que não necessitamos conhecer o espaço e o lugar, podem ser aprendidas através da literatura, de encartes turísticos, entre outros. A experiência indireta e conceitual pode, nos dias de hoje, se dar através dos meios de comunicação, tais como a internet, dos jornais e da televisão.

As experiências diretas e íntimas ou indiretas e conceituais, segundo Tuan (1983), permitem com que vivenciemos o espaço e o lugar. Mas, para o autor quais seriam os significados para espaço e lugar? Antes da conceitualização, se faz necessário lembrar que para Tuan o espaço e o lugar são indissociáveis.

O espaço mantém uma relação dialética com o lugar: o espaço é oposto ao lugar, como o disforme é oposto ao formado. O lugar é um espaço estruturado (TUAN, 2011, p.8). Os conceitos de espaço e de lugar encontram-se definidos de forma relacional e não são tratados separadamente, como por exemplo: o lugar é a segurança e o espaço é liberdade, estamos ligados ao primeiro e desejamos o segundo. (TUAN, 1980, p.3)

Partindo dos pressupostos teóricos relacionais entre o espaço e o lugar, o espaço para o autor é definido como termo abstrato para um conjunto complexo de idéias. O espaço é um construto do ser humano. É uma condição para a sobrevivência humana, é um recurso para produção de riqueza e poder quando adequadamente explorado. Para os seres humanos o espaço é uma necessidade psicológica, um requisito e até mesmo um atributo espiritual.

O espaço é caracterizado por Tuan (1983) em diferentes categorias, entre elas encontramos o espaço mítico, o espaço aberto/fechado e o espaço arquitetônico. O espaço mítico se constitui como:

Uma área imprecisa de conhecimento deficiente envolvendo o empiricamente conhecido; emoldura o espaço pragmático. No outro, é o componente espacial de uma visão do mundo, a conceitualização de valores

locais por meio da qual as pessoas realizam suas atividades práticas. (TUAN, 1983, p.97).

O espaço aberto/fechado pode provocar diferentes sentimentos nos seres humanos. Os espaços abertos em algumas pessoas provocam a sensação de liberdade. Já os espaços fechados podem nos remeter ao aconchego do lar e privacidade. Os espaços aberto/fechado podem provocar sentimentos de topofília ou de agorofobia (medo de estar em determinados lugares) e claustrofobia.

O espaço arquitetônico é ambiente construído pelo homem através da obtenção de conhecimento. O meio ambiente construído define as funções sociais e as relações, pois quando um operário constrói uma casa ou um complexo arquitetônico, estas obras acabam afetando as pessoas que vivem nelas, assim possibilitando o aprimoramento das sensações e das percepções humanas.

O autor não nega que os seres humanos podem ter esses sentimentos, mesmo sem as formas arquitetônicas, mas enfatiza as experiências que são proporcionadas através do meio ambiente construído.

Tuan faz uma reflexão sobre a diferença dos processos de construção nas sociedades tradicionais e nas modernas (TUAN, 1983, p.114), pois segundo o autor nas sociedades tradicionais as pessoas participavam em todo o processo de construção, ao contrário do que acontece nas sociedades modernas, nas quais a participação fica extremamente restrita apenas a colocação das pedras fundamentais¹.

Para Tuan (1983), o espaço arquitetônico revela e instrui, pois através dele recebemos sinais de como devemos nos comportar em determinados ambientes, portanto as construções podem se converter em símbolos para determinadas sociedades; a conversão vai depender dos significados que as pessoas atribuírem a elas.

Para o autor, o lugar refere-se ao espaço dotado de valor simbólico, emocional, sentimental e de memória. Portanto, o espaço só passa a ser lugar quando adquire estas características. O espaço torna-se lugar a partir das experiências vividas em determinados locais, assim o que apenas é uma localização na cidade transforma-se em um lugar quando passa a ter definição e significado.

Os lugares podem ser definidos a partir do tipo de experiência que vivemos neles, assim encontramos ao longo de Tuan (1983), os lugares íntimos, os quais são definidos por

¹ Esta concepção do autor pode ser contestada, pois no OP as construções são o símbolo da participação e organização da população por melhores condições de infraestrutura em seus bairros.

lugares onde encontramos carinho, onde nossas necessidades fundamentais são consideradas e merecem atenção (TUAN, 1983, p.152).

Entre os lugares íntimos podemos encontrar a cidade natal, caracterizada pelo autor da seguinte forma:

A cidade natal é um lugar íntimo. Pode ser simples, carecer de elegância arquitetônica e de encanto histórico, no entanto nos fendemos se um estranho a critica. Não importa a sua feiúra: não importava quando éramos criança, subíamos nas árvores, pedalávamos nossas bicicletas em seus asfaltos rachados e nadávamos em sua lagoa. Como experienciávamos em um mundo tão pequeno e familiar, um mundo infinitivamente rico na complexidade da vida cotidiana. (TUAN, 1983, p. 160).

Os lugares além de se tornarem íntimos a partir da experiência vivida, podem ser visíveis ou invisíveis. Tuan explica a visibilidade de certos lugares a partir dos objetos estáveis que nos chamam a atenção e por eles atribuímos significados (TUAN, 1983, p.179). Os objetos que chamam a atenção vão variar de pessoa para pessoa, sua percepção pode ser influenciada pela cultura e variam de escalas.

A visibilidade dos lugares se dará através das experiências íntimas que teremos neles, assim para autor a relação que temos com a rua em que moramos é completamente diferente da relação que temos com o bairro e com a cidade. Os sentimentos que temos com a rua em que moramos não estão relacionados diretamente com sentimentos que temos com o bairro. A visibilidade do bairro pode ser revelada, para Tuan, através:

[...] de um esforço da mente. Então, o bairro inteiro torna-se um lugar. Todavia, é um lugar conceitual e não envolve as emoções. Elas começam a dar cor ao bairro inteiro – recorrendo e extrapolando da experiência direta de cada uma de suas partes – quando se percebe que o bairro tem rivais e que está ameaçado de alguma maneira, real ou imaginária (TUAN, 1983, p.189)

O relacionamento que estabelecemos com diferentes lugares acontece em escalas diferentes, tais como nossa casa, com a rua em que moramos, com o bairro, com a cidade, com país e com mundo.

Para Yi-Fu Tuan existem diferentes formas de estabelecermos relações com lugares, entre elas encontramos a topofília, isto é, a ligação afetiva entre as pessoas e o lugar ou ambiente físico. Para o autor:

A palavra “topofília” é um neologismo, útil quando pode ser definido em sentido amplo, incluindo todos os laços afetivos dos seres humanos com meio ambiente natural. Esses laços diferem profundamente em: intensidade, sutileza, modo de expressão. (TUAN, 1980, p.107)

Os sentimentos topofílicos que desenvolvemos com certos lugares ou ambientes físicos serão influenciados pelas experiências que vivenciamos, dependendo do contato físico que estabelecemos com o meio. Conseqüentemente, os sentimentos topofílicos entre os agricultores diferem dos moradores de uma cidade.

Para Tuan as cidades constituem símbolos, porque seus meios físicos, suas geometrias e a ordem hierárquica das formas, seus meios arquitetônicos, expressam um ideal de cosmo e de sociedade (TUAN, 1980, p.228). Entre os símbolos que constituem a cidade estão as estruturas funcionais, como as pontes, os arcos, entre outros.

Para a compreensão dos lugares, Tuan (1980) ressalta a importância da percepção como uma resposta dos sentidos aos estímulos externos, como a atividade proposital, na qual certos fenômenos são registrados, enquanto outros são bloqueados (TUAN, 1980, p.4). As percepções acontecem através dos órgãos dos sentidos: visão, audição, tato, olfato e paladar.

As percepções que formamos de determinados lugares também são modificadas por nossas experiências e nossa classe, portanto dependendo da classe, das experiências, da cultura, a percepção que temos do lugar ou do ambiente físico será modificada, conforme:

Em qualquer grande metrópole, as pessoas com rendas e status social diferente vivem em partes separadas da cidade. Os ricos raramente visitam distritos mais pobres, exceto nas excursões pelas favelas dentro de ônibus com ar condicionado. Eles podem ter um claro mapa mental da cidade, mas é um conhecimento abstrato. (TUAN, 1980, p.240)

As percepções que temos dos lugares também diferem quanto à familiaridade que temos com eles. Assim, o nativo tem uma atitude complexa, expressa pelo comportamento dentro de uma tradição local, conhecimento e mito. Já a percepção do visitante não está influenciada pela cultura local, mas ainda assim é importante para a compreensão dos lugares, pois a sua perspectiva é nova, capaz de perceber méritos e defeitos no meio ambiente que não são mais visíveis para os nativos.

Para o autor os princípios fundamentais da organização espacial estão em dois aspectos: a postura e a estrutura do corpo humano e as relações (quer próximas ou distantes) entre as pessoas. Assim, o homem, como resultado de sua experiência íntima com seu corpo e com outras pessoas, organiza o espaço a fim de conformá-lo a suas necessidades biológicas e relações sociais (TUAN, 1983, p.39).

Além de Tuan, os estudos de Alicia Lindón destacam-se pela a importância do da compreensão do cotidiano através da dimensão do espaço enquanto do lugar. Em Lindón

(2007) encontramos importantes reflexões sobre o estudo do espaço, que pode ser realizado através de diferentes aspectos, tais como:

El espacio visto a la luz del sujeto como habitante (Dardel, 1990). El lugar en la dialéctica entre el espacio y la sociedad. Esto significa que el lugar es concebido como productor de lo social y al mismo tiempo como producto social. Así, el lugar resulta de un movimiento constante entre fuerzas constituyentes y constituidas: los sujetos construyen el lugar y el lugar es construido socialmente, el lugar modela la vida social que allí se aloja. El lugar en la dialéctica entre las formas espaciales y los sentidos del lugar. Esto implica que el lugar se despliega en lo material y en lo no material. Así, lo material resulta de las formas de sentir, percibir y concebir los elementos materiales del entorno de algunos sujetos sociales (LINDÓN, 2007, p.9)

Para a autora o lugar é entendido como uma construção social dotada de valor, de identidade, de significados, que estão em constante movimento de transformação dentro de uma perspectiva humanística. O lugar transforma-se na medida em que mudanças são provocadas, vivenciadas e praticadas pelos seus sujeitos que nele habitam.

Para Lindón (2012), os lugares são apreendidos através da narração dos sujeitos. Através da narração podemos conhecer os lugares, os valores atribuídos, os significados, práticas socioespaciais, as experiências dos sujeitos em determinados lugares.

Ao analisarmos as propostas teóricas de Tuan (1983) e de Lindón (2012) é possível identificar que ambas se complementam, já que através da linguagem podemos expressar e decodificar as experiências que vivenciamos em determinados lugares.

Para a autora, a reconstrução das experiências vividas se dá através das narrativas. As pessoas desvelam o espaço e a espacialidade de diferentes formas. O narrador se vale do espaço para a simples localização dos fatos, para atribuição de lembranças carregadas de significados, para a afirmação de si mesmo quando esse lugar está relacionado com prestígio ou para depreciação de si mesmo, quando esse lugar é perigoso. (LINDÓN, 2012)

É importante lembrar que Tuan (1983) acredita que podemos experimentar o espaço e o lugar através de todos os nossos órgãos dos sentidos, mas como decodificar essas experiências para fins de pesquisa? Uma alternativa para apreensão dessas experiências seria o uso das narrativas, proposta por Lindón (2012).

Para a autora os sujeitos não constroem lugares somente quando levantam edifícios, abrem caminhos, cultivam a terra, também constroem lugares ao falar deles e fazendo isso, enfatizam algo, privilegiam acontecimentos e esquecem outros (LINDÓN, 2012, p18).

A partir das narrativas podemos entrar em contato com o complexo de fios que se entrelaçam para constituição do tecido que chamamos de lugar. Dito de outra forma, as

narrativas permitem que as tramas de significados ganhem vida, tendo em vista que através do ato de falar, da linguagem, podemos entrar em contato com as práticas socioespaciais dos sujeitos, evidenciando a indissociabilidade entre a fala e o fazer.

A narrativa para Lindón (2012) é uma importante ferramenta para apreensão dos lugares, contudo a autora nos alerta sobre os limites do seu uso para o desvelamento da realidade. Entre esses limites encontramos: a reconstrução do vivido pelo sujeito nunca é completa, a aplicação da narrativa nas ciências sociais deve vir com a utilização do cruzamento de outras fontes de informação para uma aproximação mais fidedigna da realidade; a experiência espacial não é comunicada da mesma forma que foi vivida, pois sempre será uma interpretação dessa experiência.

Além de contribuir com reflexões acerca do conceito de lugar, Lindón (2005) no seu estudo sobre a comparação dos subúrbios norte-americanos e a periferia do México, demonstra as diferentes relações estabelecidas em ambos os espaços. Nos primeiros, seus moradores constroem relações topofílicas (afetividade com o lugar), as quais não são profundas, mas tampouco são passageiras. No subúrbio norte-americano a relação com a natureza é de afetividade, pois a sua proximidade transmite liberdade e tranquilidade. Nas periferias mexicanas, os moradores constroem relações topofóbicas, ou seja, a periferia é vivida como um espaço de medo. Na periferia da Cidade do México os terrenos baldios são percebidos como meio hostil que alimenta medos, pois podem servir de esconderijo para bandidos. As catástrofes naturais podem provocar perdas irreparáveis, assim a natureza é percebida nesta periferia como hostil e causadora de danos.

Os estudos de Alicia Lindón contribuem para que compreendamos a constituição dos espaços topofóbicos nas periferias mundiais, assim pesquisas que incorporam aspectos subjetivos permitem o desvelamento de realidades que até então foram entendidas apenas a partir de variáveis quantitativas, sem atribuição de significados e da escuta das narrativas dos seus moradores.

2.2 CAMINHOS DE UMA PESQUISA

Para desenvolver uma pesquisa é necessário que estejamos abertos ao que vemos, ouvimos, sentimos, percebemos, observamos no trabalho de campo, pois ele pode contribuir

para que desvendemos a realidade a partir dos seus próprios sinais e não através de idéias pré-estabelecidas no campo teórico.

O trabalho de campo foi determinante para os rumos desta pesquisa, pois foi através do convívio com entrevistados, a escuta atenta de cada uma das narrativas dos delegados e conselheiros do OP, da participação em eventos promovidos pela Prefeitura de Porto Alegre sobre o OP, dentro e fora do bairro, das simples caminhadas pelas ruas da Restinga, que se possibilitou a definição dos procedimentos metodológicos adotados nesta investigação.

O trabalho de campo iniciou-se em junho de 2011 com a participação na Assembléia Regional do Orçamento Participativo na Restinga, realizada no Centro Comunitário da Restinga (CECORES, fotografia 1).



Fotografia 1 - Centro Comunitário da Restinga
Fonte: Helena Bonetto (setembro de 2012).

Durante a Plenária identifiquei que todos as secretárias da prefeitura e o prefeito José Fortunati estavam presentes. Foi possível observar que os técnicos da prefeitura utilizaram o maior tempo de fala do que as pessoas da comunidade que estavam presentes na plenária regional.

Durante a plenária também foi possível reencontrar pessoas que fizeram parte da minha trajetória acadêmica e da rede de contatos que já havia estabelecido durante os anos de 2006-2009, período no qual fui educadora no bairro.

O tempo de fala das lideranças comunitárias no bairro, a reaproximação com a rede de contatos anteriormente estabelecida, a extensão do bairro e suas múltiplas formas de organização comunitária, foram determinantes para a definição do universo de entrevistados. Ainda, levando em consideração a importância de dar voz a essas lideranças, além dos três minutos que são reservados a elas durante a plenária regional, optou-se pela realização de entrevistas narrativas.

Durante o campo exploratório também participei do Congresso das Cidades (16 de dezembro de 2011), no qual foi realizada uma oficina sobre Orçamento Participativo. Nessa atividade estavam presentes delegados e conselheiros das regiões orçamentárias de Porto Alegre. A participação nesse congresso gerou novas informações sobre o andamento do OP na cidade e novos contatos para futuras entrevistas.

O campo exploratório foi importantíssimo para a reestruturação do projeto de pesquisa, pois foi através da escuta das lideranças comunitárias da Restinga que a dimensão do espaço, enquanto lugar, revelou-se como um nó que ligava as experiências vividas por essas pessoas no OP e a sua relação com o bairro. O campo exploratório também conduziu a opção da pesquisadora pelas entrevistas narrativas e determinou o número de entrevistados.

Outra explicação que acredito ser conveniente foi a opção de denominar os entrevistados de lideranças comunitárias ao invés de usar delegados e conselheiros do OP na Restinga. Apesar de o bairro possuir uma grande extensão territorial e ser composto por inúmeras divisões, o trabalho de campo demonstrou que é pequeno o número de pessoas que participam como articuladores dentro do OP, assim a simples denominação por conselheiros e delegados colocaria em risco a identidade dessas pessoas, por isso, optei por chamá-los de forma genérica de lideranças comunitárias, compreendendo todos os limites que essa denominação possui.

A escolha dos entrevistados se deu através da técnica “bola de neve”: o primeiro entrevistado foi escolhido a partir da rede estabelecida em 2006-2009, durante a produção das narrativas foi solicitada a indicação de três outras pessoas. Dessas três pessoas uma foi escolhida. Foram entrevistas 14 pessoas, o tempo de duração das entrevistas foi, em média, de três horas e trinta minutos. As entrevistas só foram gravadas após a autorização dos entrevistados. Os áudios e as transcrições foram entregues a cada um deles.

As entrevistas contaram com presença de mais uma pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS. Além disso, os entrevistados tiveram seus nomes modificados preservando assim suas identidades.

A entrevista é um dos procedimentos técnicos mais usados para a coleta de dados em pesquisas qualitativas, através delas podemos conhecer as experiências, os valores, os sentimentos, percepções, as histórias de vida das pessoas que estão participando de nossas pesquisas.

Existem muitas formas de entrevistas, na presente pesquisa optou-se pela entrevista narrativa, pois para Jovchelovitch & Bauer:

Contar uma história é uma forma elementar de comunicação humana e, independentemente do desempenho da linguagem estratificada, é uma capacidade universal. Através da narrativa, as pessoas lembram-se do que aconteceu, colocam a experiência em uma seqüência, encontram possíveis explicações para isso, e jogam com a cadeia de acontecimentos que constroem a vida individual e social (JOVCHELOVITC & BAUER, 2002, p.91)

Além das narrativas resgatarem experiências, fatos importantes da vida das pessoas, ao contarmos uma história, segundo Lindón (2012), atribuímos valores, sentimentos, significados e conferimos características a determinados lugares. Portanto, através das narrativas revelamos lugares que são invisíveis ou estão parcialmente visíveis para o restante da população.

A entrevista narrativa, para Jovchelovitch & Bauer (2002), deve partir de uma situação que incentive ao entrevistado a contar fatos de sua vida e do contexto social. Seguindo este pressuposto, as entrevistas narrativas com as lideranças comunitárias partiram da situação em que os entrevistados foram morar no bairro Restinga e do momento que se envolveram com uma organização comunitária e, conseqüentemente, com o OP.

A partir das narrativas foi possível reconstruir as memórias sobre o bairro, sobre o OP e seu funcionamento na Restinga. Essas informações foram utilizadas nos capítulos sobre os diferentes temas ao longo desse trabalho.

A produção das narrativas também serviu de base para a construção de um holograma socioespacial. O holograma espacial é uma técnica de pesquisa qualitativa proposta por Lindón (2007b), aplicada para a compreensão do lugar a partir das práticas socioespaciais dos sujeitos.

O holograma consiste em uma técnica aplicada pelos fotógrafos para iluminar todas as partes de um objeto, permitindo fotografá-lo de forma integral. Utilizado como uma metáfora, o holograma socioespacial pretende, a partir das narrativas, iluminar lugares da cidade que estão invisíveis ou parcialmente invisíveis. Para Lindón (2012) as narrativas possibilitam o

registro da vida social a partir das práticas socioespaciais desempenhas no cotidiano pelos sujeitos que se apropriam dos lugares, de formas diferentes e para diversos fins.

Os hologramas espaciais² não são apenas descrições de práticas socioespaciais em determinados lugares, pois buscam compreender os lugares em todas suas formas, partindo daquelas que são visíveis aos nossos olhos para compreender aquelas que estão escondidas ou parcialmente visíveis e ainda apreender os sentidos dos lugares, as intencionalidades dos sujeitos que experimentam e simbolizam esses lugares. Na construção dos hologramas, o pesquisador tem como principal tarefa desvelar a rede de significados que estão por trás das palavras. Trata-se de uma técnica em aberto, mas que busca investigar o espaço a partir do conceito de lugar socialmente construído.

As narrativas possibilitaram a imersão no cotidiano do bairro, nas percepções que os entrevistados possuem da Restinga e, além disso, entender os processos envolvidos na formação das percepções sobre bairro como um lugar repleto de memórias, significados e dos sentimentos topofílicos/topofóbicos que estão relacionados às percepções das lideranças comunitárias da Restinga.

Na investigação também foram usadas outras técnicas de pesquisa, são elas: a revisão bibliográfica e a pesquisa documental sobre o OP e sua espacialidade. A revisão bibliográfica permitiu a identificação das temáticas que ainda não foram abordadas pelos estudos sobre o OP e, ainda, resgatar a história da formação do bairro Restinga.

A pesquisa documental é uma importante forma de coletar dados, pois segundo May (2004):

Os documentos, lidos como a sedimentação das práticas sociais tem o potencial de informar e estruturar as decisões que as pessoas tomam diariamente e a longo prazo; eles também; eles também constituem leituras particulares dos eventos sociais. Eles nos falam das aspirações e intenções dos períodos os quais se referem e descrevem lugares e relações sociais de uma época na qual podíamos não ter nascido ainda ou simplesmente não estávamos presentes. (MAY, 2004, p.205-206)

O levantamento no *website* (www.portoalegre.rs.gov.br/op.prestação/acomp.asp) da Prefeitura de Porto Alegre seção acompanhamento de obras, na página é possível selecionar as obras concluídas em cada região do OP. Através do acesso ao *website* obtemos dados sobre os equipamentos públicos implementados na Restinga via OP, são eles: o ano de conclusão, o

² Em correspondência eletrônica com Alicia Lindón, em julho de 2012, a autora esclareceu que a proposta metodológica dos hologramas socioespaciais não tem uma receita e que cada pesquisador deve repensar a proposta e adequá-la ao seu estudo em particular.

local onde foi realizada no bairro, a temática do OP que ela e o órgão municipal que responsável pela obra.

O levantamento das obras foi realizado para verificarmos os equipamentos urbanos que foram conquistados através do OP para a Restinga e para complementação dos dados obtidos através das narrativas das lideranças comunitárias. A partir deste levantamento também foi possível observar como o espaço bairro se transforma no período de 1990-2010.

Os dados obtidos através deste levantamento foram analisados com auxílio do programa de planilha eletrônica (Excel 2003), a partir das planilhas foram gerados gráficos para visualização: dos equipamentos urbanos entre os anos 1990-2010, nos locais do bairro que foram implementados e na Restinga como um todo. Através do banco de dados dos equipamentos públicos também foram construídos, com auxílio do programa ArcGIS, mapas para melhor visualização dos mesmos no espaço do bairro.

2.3 DO CAMPO EXPLORÁTÓRIO PARA A TEORIA E DA TEORIA PARA O CAMPO DAS NARRATIVAS

A decisão de contar aqui um pouco da trajetória da pesquisa se deu pela vontade de compartilhar com os leitores o desenvolvimento de uma dissertação de mestrado, o qual se dá através da construção de problema de pesquisa, fundamentação teórica, procedimentos de coleta de dados e análise de dados.

Constatarei que durante esse processo, em muitos momentos recorri a trabalhos de mestrado e doutorado, a fim de verificar como seus autores conduziram suas pesquisas. No entanto, a maioria dos trabalhos não descreve o processo de investigação e iniciam diretamente com a revisão da bibliografia, para depois apresentar a coleta de dados e a sua análise.

Por essa razão este tópico foi inserido na dissertação para que aqueles, que como eu, estiver ansiosos, inseguros, cheios de dúvidas durante suas pesquisas possam encontrar neste trabalho um pouco de alento durante o desafio de construção de um trabalho de investigação.

Ao iniciarmos a investigação conhecemos a realidade parcialmente. O conhecimento parcial pode determinar apenas um caminho a seguir para responder nosso problema de pesquisa e podemos nos fechar neste único caminho. Esta opção muitas vezes é feita por não termos coragem de explorar as possibilidades apresentadas pelo campo, pela comodidade de

não sairmos da zona de conforto que nos encontramos, tendo em vista que para escrever um projeto de pesquisa precisamos ler inúmeros textos, conhecermos diferentes teorias e nos apropriarmos delas ao ponto de entendê-las e defendê-las como sendo o caminho mais correto a ser seguido.

Ao definirmos esses caminhos eles nos parecem permanentes, afinal apresentaram-se como os mais seguros até aquele momento. Contudo, esta pesquisa transformou-se ao decorrer do seu desenvolvimento, as perguntas de pesquisa inicialmente eram: *Quais foram os impactos sociais das obras demandadas pelo OP e concluídas no espaço em que vivem as populações atendidas? É possível uma resignificação do território a partir da concretização das demandas apontadas nas assembleias do OP em Porto Alegre? A partir da concretização das obras do OP, foram produzidas novas territorialidades? A concretização das obras do OP modificou a pertença sócio-espacial dos moradores dos bairros atendidos?*

Tendo em vista as perguntas acima, a pesquisa estava sendo direcionada para o estudo da realidade da Restinga a partir dos conceitos de território e de territorialidade.

No entanto, em junho de 2011, a necessidade de ir ao campo tornava-se constante e aumentava com o decorrer dos dias e das leituras. Foi partindo dessa necessidade que em meados de julho de 2011 se deu início ao campo exploratório da pesquisa. A primeira ida à Restinga foi registrada no caderno de campo da pesquisa com as seguintes palavras:

Estava curiosa, ansiosa e muito feliz, pois finalmente iria reencontrar os motivos que me levaram escolher este bairro para realizar minha pesquisa, o que afinal ele tem de diferente? Quais são os seus cheiros? Gostos? Discursos? Histórias? Seus lugares importantes? Quais são as lembranças? Quais as lutas e sentidos deste povo que tanto me intriga a voltar neste pedaço quase esquecido da cidade. (Caderno de campo - Helena Bonetto)

Apesar de conhecer o bairro Restinga relativamente bem, por ter trabalhado lá durante seis anos, voltar ao bairro, agora com a intencionalidade de pesquisadora, fez com que me deparasse com outra Restinga, vista sob o olhar rigoroso do problema de pesquisa.

A primeira a atividade do campo exploratório foi realizada na companhia de outra pesquisadora e amiga, Nola Gamalho, do Programa de Pós-Graduação em Geografia, que gentilmente me acompanhou pelo bairro, despertando meu olhar para seu tamanho, fragmentação e história. Acredito na importância de trazer aqui o registro que fiz daquele dia no meu caderno de campo:

Esclareço algo que ainda não tinha falado, fomos, pois tenho a companhia da colega amiga Nola. Ela me adotou literalmente, me levou pela mão e

abriu seu coração enorme para me guiar, ouvir minhas angústias, meus medos, minhas curiosidades, minhas inseguranças e até mesmo meus segredos. Nola tem me ensinado a ser mais paciente e menos exigente comigo mesmo, a curtir esse momento de reencontro com bairro, curtir o exercício do olhar geográfico para a paisagem deste lugar que estava na minha memória com outros traços, outras cores, outras formas. Nola me conduziu calmamente, sem me exigir nada em troca, sem pedir pressa, mas sempre na escuta, de quem sabe que os iniciantes são afoitos e acabam sempre indo armados, no caso dos pesquisadores, sempre com questionários, gravadores, roteiros, projetos de pesquisas para dar conta. Nola na sua paciência diz: vais hoje conhecer o Beleza (amigo de Nola e grande ativista no bairro), vais sentir o bairro, relaxa. É foi assim que deixei todos os aparatos dos pesquisadores em casa e vou com as minhas memórias, vou com a observação e com a escuta como meu único instrumento de pesquisa. (Caderno de campo - Helena Bonetto)

E foi da escuta atenta do campo exploratório que o problema desta pesquisa foi modificado e transformado. Primeiramente, observei que a complexidade do espaço do bairro encontra-se relacionada com a sua fragmentação, pois a Restinga é formada por mais de 20 vilas, com uma grande concentração de população e outros fenômenos sociais.

Esta observação levou à desconstrução da pergunta inicial de pesquisa. Como poderia medir os impactos sociais das obras do OP em toda a população da Restinga? Como relacionar essas transformações com uma dimensão simbólica do bairro? E ainda, de que populações estamos falando? Pois, para grande maioria dos moradores do bairro estas obras não são identificadas por demandas do OP, são apenas melhorias de infraestrutura realizadas pela prefeitura sem vínculo com a participação no OP.

É dentro deste contexto que procurei identificar, através da participação nas Assembleias Geral do OP, as lideranças que representavam as diferentes formas de associativismo presentes no bairro.

Após, identificar algumas lideranças e constatar que algumas delas já faziam parte da rede de contatos que havia estabelecido nos anos em que trabalhei no bairro, abriram-se caminhos para uma série de conversas informais, nas quais se revelou outra dimensão do espaço que até então não era relevante na pesquisa.

A dimensão revelada foi o lugar com todos seus significados, símbolos, marcas, sentidos, experiências, sentimentos, lutas, brigas e conquistas. A partir da dimensão do lugar, a pergunta de partida desta pesquisa seguiu outros caminhos e foi transformada. Assim, as questões centrais são: *Como as percepções dos líderes comunitários com relação ao espaço do bairro foram modificadas através da obtenção de melhores condições de infraestrutura para Restinga? E ainda, como a concretização das demandas conquistadas para o bairro*

através do OP modificaram as percepções tofílicas/topofóbicas desses líderes comunitários da Restinga?

Após reformular a problemática de pesquisa iniciaram-se as entrevistas narrativas com as lideranças com a finalidade de coletar informações para o desenvolvimento da pesquisa. O resultando de todos esses caminhos percorridos durante dois anos de investigação encontram-se nas próximas páginas. Espera-se que através deste pequeno relato, outras pessoas possam encontrar alento, ideias e inspiração para suas pesquisas. Agora vamos definitivamente para a dissertação.

3 MEMÓRIAS DA RESTINGA

Este capítulo tem como objetivo proporcionar ao leitor uma caminhada pelas memórias do bairro, a qual se inicia na constituição, destacando pontos importantes da sua origem, e chega à sua diversidade e atual divisão. Ao leitor é sugerido o exercício da experiência conceitual de Tuan (1983), que implica experimentar um local através de informações secundárias, tais como: narrativas, jornais antigos e imagens. Experimentar o lugar e o espaço através do conceitual permite a construção de imagens, sentimentos e símbolos que podem ou não corresponder à realidade, mas nos ligam de alguma forma àquele local que até então estava distante de nós.

A Restinga é um bairro da periferia da cidade de Porto Alegre (figura 2), e recebeu esse nome pela sua vegetação ciliar do Arroio do Salso e por existirem, naquela região, figueiras e maricás. Os estudos de Soster (2001), Dal Molin (2007) e Gamalho (2009), realizados sobre o bairro, apontam que sua formação iniciou-se a partir da aquisição pela Prefeitura de Porto Alegre, em 1960, de uma área para remoção da população moradora das malocas na zona central de Porto Alegre.

O Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB) foi criado em 1965 e sua atribuição seria a busca de alternativas para as regiões alagadiças da cidade, já que apresentavam grande risco para a saúde das populações moradoras desses locais. As regiões que se encontravam nessas condições correspondiam às Vilas Teodoro, Marítimos, Ilhota (figura 3) e Santa Luzia, próximas do centro, localizadas onde hoje encontramos o bairro Cidade Baixa.

Os moradores dessas vilas foram arrancados de suas casas violentamente, levados à força para um lugar distante a 22 km do centro da cidade, o qual não possuía nenhuma infraestrutura. É possível observar essa afirmação na seguinte fala de Carlos³: *Eu fazia só remoções, eu botava a casa deles no caminhão, a família junto, e vinha pra cá, com casa, mudança e família tudo em cima, às vezes não eram casinha, era quase o dobro do caminhão, sobrava um metro, dois metros para lado* (entrevista realizada com Carlos, fevereiro de 2012).

³ Carlos é um dos nossos entrevistados da dissertação.

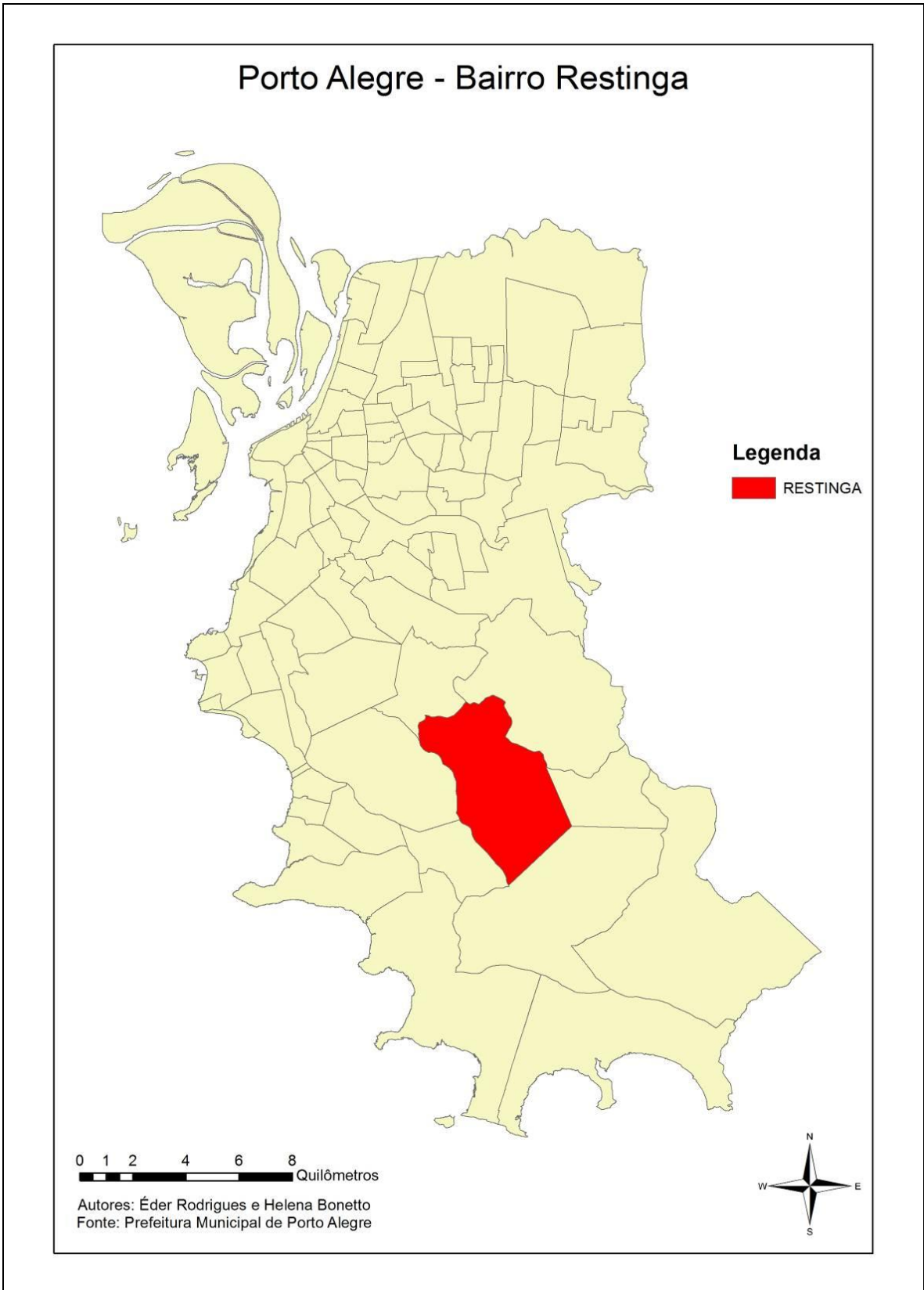


Figura 2 – Localização do Bairro Restinga
Fonte: Prefeitura de Porto Alegre



Fotografia 2 - Ilhota, uma das Vilas de Porto Alegre que deu origem à Restinga
 Fonte: Museu Joaquim José Felizardo

A reportagem do jornal Zero Hora (Figura 3) confirma as informações obtidas através da entrevista de Carlos, pois nela encontramos o relato sobre a proliferação de malocas no centro na cidade e a preocupação do prefeito daquela época – Célio Marques Fernandes, da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) – em remover os casebres e confiná-los em uma gleba na Estrada da Restinga.

CÉLIO VAI CONFINAR MALOCAS

SUNAB NÃO CRÊ EM BAIXA

O Conselho da CADEP decide hoje sobre a redução em 5% da margem de lucro dos varejistas, mas antes de fazê-lo terá que ouvir as ponderações do representante da SUNAB, que deseja garantir de que os consumidores não serão ludibriados na hora da fixação do preço dos gêneros alimentícios. A proposição do sr. Rodolpho Engleit, representante dos atacadistas, é de redução pura e simples da margem de lucro, mas a SUNAB somente a aceitará se tiver certeza de que junto serão fixados preços máximos para os produtos que constam da lista da CADEP. Acha o sr. Thedy Rodrigues Corrêa, delegado substituto da SUNAB, que reduzir o lucro do varejista não significa vantagem para o consumidor, pois o comerciante pode elevar o preço da mercadoria, não se verificando uma baixa no preço das

mercadorias mas sim uma alta, que é exatamente o contrário do que deseja a CADEP. Por isso, o sr. Thedy Rodrigues sugerirá que paralelamente à redução do lucro seja estabelecida uma tabela de preços máximos, que não poderá ser ultrapassada, sob pena de sanções.

RELAÇÃO

Os artigos incluídos na lista da CADEP são arroz, feijão, macarrão, farinha de trigo, farinha de mandioca, manteiga, margarina, sabão, cebola, óleo de amendoim, algodão e soja, e banha. A baixa através da redução de lucro atingirá somente os artigos sujeitos à fórmula CLD (Custo, Lucro, Despesa), mas a SUNAB também já comunicou que deseja o benefício para todos os produtos da lista da CADEP.

Visando pôr um término à proliferação de malocas em zonas residenciais e em algumas próximas até mesmo do centro da cidade, a Divisão de Fiscalização, a partir de hoje tomará a si a responsabilidade de fiscalizar e remover os casebres existentes na periferia da cidade. Conforme determinação do prefeito todas as malocas existentes atualmente em zonas residenciais serão removidas e confinadas numa gleba de terra adquirida pela Prefeitura na Estrada da Restinga, próximo à Sociedade Hípica. Atualmente existem em Porto Alegre cerca de 50 mil malocas que a cada dia que passa são aumentadas na sua proliferação. Para essa fiscalização serão designados 15 fiscais da Prefeitura para realizar exclusivamente essa tarefa. A remoção será procedida de comum acordo com o Departamento Municipal de Habitação e com ajuda dos funcionários da Divisão de Limpeza Pública, em caminhões da Secretaria Municipal dos Transportes.

BONDE É MAIS CARO EM 67

Figura 3 - Notícia do Jornal Zero Hora do dia 17 de janeiro de 1966
 Fonte: Museu da Comunicação Hipólito José da Costa

O uso de certos termos pela reportagem, tais como proliferação e confinamento, demonstra o tratamento que o Estado dava às pessoas que moravam nas malocas, pois o uso

dessas palavras transmitia a ideia de que esses locais representavam doenças que ofereciam riscos aos demais habitantes da cidade e, por isso, deveriam ser removidos e isolados do restante de Porto Alegre.

A política empregada pela Prefeitura tinha como slogan “Remover para Promover”, sendo seu principal objetivo o desenvolvimento de Porto Alegre, a limpeza do que era feio e sua realocação para bem longe do centro da cidade.

Para os entrevistados, a política de remoções das famílias do centro da cidade para a Restinga tinha um único objetivo, esconder a miséria dos demais moradores de Porto Alegre. Algumas frases ditas pelos entrevistados são recorrentes: *a Restinga é o tapete verde da cidade, varreram a sujeira do centro e largaram aqui* (entrevistada Geni, janeiro de 2012); *a Restinga é um pedaço da Ilhota só tem ladrão e vagabundo lá* (entrevista Beleza, fevereiro de 2012); *eu sempre digo que a Restinga foi construída com restos da sociedade. Porto Alegre, o centro da cidade, o bairros nobres foram se constituído, ai os pobres que não tinham como construir as suas casas ou reformar foram jogados aqui* (entrevista Paula, janeiro de 2012).

Por conseguinte, ao mesmo tempo em que eram abertas grandes avenidas e viadutos, ou seja, ocorria a modernização da capital gaúcha, os governantes daquela época entendiam que levando as populações dessas vilas para longe do centro da cidade estariam promovendo aquelas pessoas, pois estavam possibilitando um novo ambiente para que eles pudessem ter uma nova vida.

Outra notícia do jornal Zero Hora (Figura 4) ilustra muito bem o processo de modernização que acontecia na cidade de Porto Alegre nas décadas de 1960 e 1970. Além disso, ela demonstra como as populações pobres que residiam no centro da cidade constituíam-se em um verdadeiro entrave para o projeto de modernização da cidade.

Assim, revelava-se uma contradição, numa política que supostamente incluía promovendo a exclusão.

O espaço da Restinga foi artificialmente criado a partir da ordem tecnocrática de uma corrente de pensamento racional e modernizante, re-projetando a conjuntura social, cuja manifestação teve materialidade na segregação socioespacial oculta na ideologia de higienização, havia a contradição do programa de urbanização, que incluía e excluía. (GAMALHO, 2007, p.52)



Figura 4 - Notícia do Jornal Zero Hora do dia 22 de janeiro de 1970

Fonte: Museu da Comunicação Hipólito José da Costa

As populações removidas para a Restinga receberam somente uma casa de madeira de duas peças, de caráter provisório, uma vez que o DEMHAB, em conjunto com o Banco Nacional da Habitação (BNH), previa a construção futura de casas definitivas de alvenaria (SOSTER, 2001, p.147).

Ao mesmo tempo em que acontecia o reassentamento das populações (Figura 6) removidas na Restinga, a Prefeitura de Porto Alegre iniciou, em 1969, a elaboração de um grande projeto habitacional com a pretensão de ser o maior desse tipo no Brasil. Como destaca Soster (2001):

Os destinatários destas moradias não eram mais, necessariamente, os primeiros moradores da Vila Restinga, mas sim, aqueles trabalhadores de diferentes áreas da cidade de Porto Alegre, inscritos no DEMHAB e com uma renda de cinco salários mínimos, permitindo assim o pagamento de um financiamento. (SOSTER, 2001, p.148)



Figura 5 - Notícia do Jornal Zero Hora do dia 22 de janeiro de 1970
Fonte: Museu da Comunicação Hipólito José da Costa

A implementação desse projeto habitacional transformou a realidade socioespacial do bairro em duas, a partir da Av. João Antônio da Silveira, que corta o bairro em dois: Restinga Velha e Nova Restinga.

Por outro lado, a Nova Restinga, que posteriormente ganharia o nome de Restinga Nova, tem a paisagem marcada pelos conjuntos habitacionais, pela abertura de uma grande avenida, chamada Nilo Wuff, e pela infraestrutura. Na Restinga Nova encontramos a primeira, a segunda e a terceira unidades vicinais, as quais foram entregues com infraestrutura básica.

Para a inauguração da terceira unidade vicinal em 29 de agosto de 1976, o presidente da República daquele ano – Ernesto Geisel – veio a Porto Alegre. A cerimônia parou o bairro e os moradores se mobilizaram para receber a visita do presidente. É importante lembrar que o Brasil estava em plena ditadura militar.

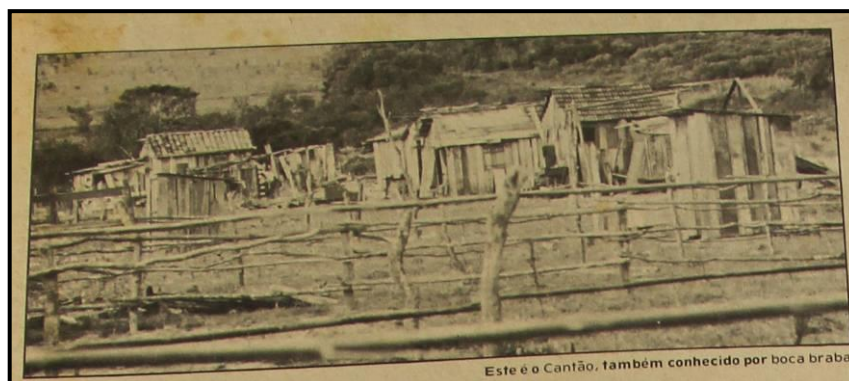
A mesma reportagem (Figuras 6 e 7) destaca o surgimento de uma nova cidade dentro de Porto Alegre e as condições de infraestrutura que eram oferecidas na terceira unidade vicinal da Restinga. A população que residiria naquele local contaria com rede de esgoto, água e iluminação pública. A prefeitura ainda prometeu a pavimentação das ruas, creche, escola e uma vila com vida própria, que não precisaria do centro da cidade, tendo em vista que seria implantado um Distrito Industrial para o aproveitamento da expressiva mão de obra.



Vila Restinga, uma nova cidade dentro de Porto Alegre

Figura 7 - Notícia do Jornal Zero Hora do dia 30 de agosto de 1976
Fonte: Museu da Comunicação Hipólito José da Costa

A paisagem da Restinga Velha lembra a das vilas removidas, pois é constituída pelo mesmo tipo de moradia, chamadas de malocas, as quais são sinônimos de condições precárias, como explorado nas figuras 8 e 9.



Este é o Cantão, também conhecido por boca braba

Figura 8 - Notícia do Jornal Zero Hora de março de 1974
Fonte: Museu da Comunicação Hipólito José da Costa

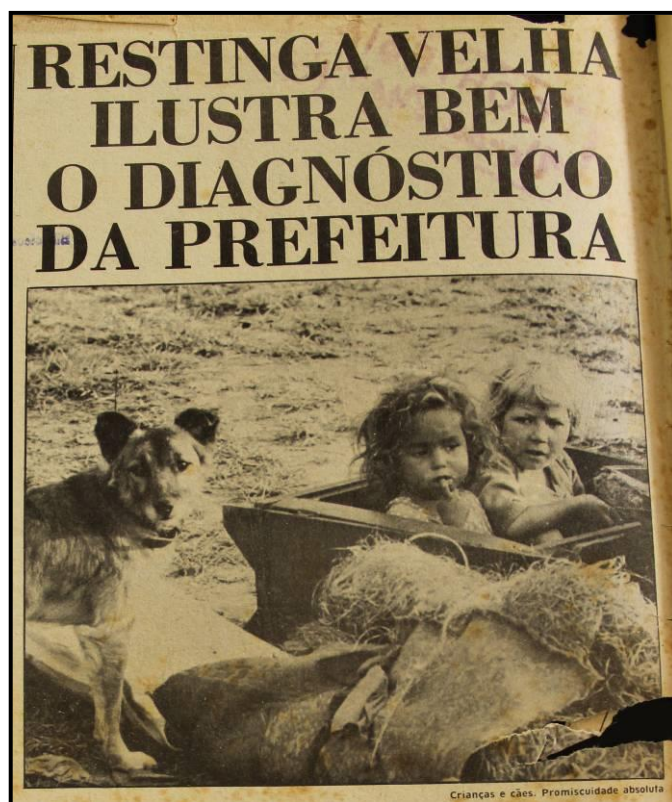


Figura 9 - Notícia do Jornal Zero Hora de março de 1974
Fonte: Museu da Comunicação Hipólito José da Costa

Na reportagem (figura 9) encontramos as seguintes palavras a respeito da Restinga Velha: crianças, cães e promiscuidade absoluta. Contudo, a notícia é sobre um diagnóstico da sub-habitação em Porto Alegre.

As políticas adotadas pelo Estado acabaram por provocar diferentes formas de ocupação socioespacial na Restinga, as quais marcaram e marcam a atual realidade do bairro. É o que podemos observar em:

Os processos de urbanização da Restinga podem ser entendidos como um importante componente de segregação urbana e constituinte de outros processos de estigmatização e isolamento em relação à administração central da cidade, pois atuam dividindo certos espaços, integrando, combinando ou bloqueando outros, reforçando hierarquias sociais e normalizando comportamentos. (DAL MOLIN, 2007, p.82)

A vivência no bairro revelou as diferenças socioespaciais dos moradores da Restinga Velha e da Restinga Nova. Todavia, se faz necessário destacar que a estigmatização desses

setores do bairro está relacionada aos diferentes processos históricos de ocupação daquela área⁴.

Além disso, cabe observar como esses processos históricos contribuíram para a estigmatização dos moradores da Restinga Velha pelos moradores do restante do bairro. A estigmatização foi observada durante a realização das entrevistas, através das manifestações relacionadas com a Restinga Velha que, em sua maioria, destacam aspectos ruins daquela parte do bairro. Vejamos a seguinte fala que ilustra a afirmação acima: *A Restinga Velha na verdade tem fama até hoje de bandidagem, de tráfico, de tudo, de um monte de coisa* (Carlos, fevereiro de 2012,).

Outra forma de identificar a divisão do bairro em Restinga Velha e Restinga Nova são as referências utilizadas para a localização dentro bairro. Determinada loja, comércio, posto de saúde ou garagem de ônibus encontra-se na Restinga Velha ou na Restinga Nova.

Ao longo dos anos, contudo, o espaço do bairro foi sendo marcado pela sua divisão. Atualmente, existem 27 vilas que constituem a Restinga⁵, fato constatado durante as entrevistas exploratórias e que pode ser exemplificado através da afirmação de um dos moradores: *A Restinga é um bairro que possui um monte de bairros dentro dela* (Alves, fev.2012).

É importante destacar que a diferenciação e a estigmatização dos moradores da Restinga Velha ocorrem em outras divisões do bairro. As narrativas revelaram processos semelhantes relacionados com a quinta unidade, Bitá, Rocinha e Vila do Salso. Vejamos a fala de Carla sobre a quinta unidade: *Dentro da quinta unidade que um dia foi considerada um antro de drogados e de aidéticos* (Carla, fev.2012).

A Vila do Salso é chamada pelos moradores de Vila do Cocô, e os entrevistados ora se referiam àquele pedaço do bairro como Vila do Cocô, ora como Salso. Carla, ao falar da divisão do bairro, enumera as suas vilas da seguinte forma: *...A Restinga hoje é um bairro, aí tem vilas, Vila Castelo, Vila Santa Rita, quinta unidade, quarta unidade, Chácara Pedroso, Vila Cocô*. (Carla, fev, 2012). Essa denominação para a Vila do Salso também pode ser observada em outra entrevista: *o pessoal do Beco do Cocô disse que não, sabe aqui né, aonde, a Vila do Cocô é a Vila do Salso* (Carla, jan.2012).

⁴ As entrevistas exploratórias foram realizadas a partir de junho de 2011 para aproximação do campo e tiveram como público alvo as lideranças comunitárias do bairro Restinga.

⁵ Para maiores informações indico a leitura de GAMALHO, Nola Patrícia. **A Produção da periferia: das representações do espaço ao espaço de representação no Bairro Restinga**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

A denominação de Vila do Cocô para a Vila do Salso surge do fato de o esgoto correr a céu aberto naquele pedaço do bairro por onde passa o arroio do Salso (Fotografias 3 e 4).



Fotografia 3 - Arroio do Salso – Vila do Salso
Fonte: Helena Bonetto (novembro de 2007).



Fotografia 4 - Lixo despejado no arroio do Salso – Vila do Salso
Fonte: Helena Bonetto (novembro de 2007).

Por outro lado, existem divisões do bairro que são vistas como não pertencentes ao todo do bairro. Durante as narrativas foi possível observar que a Chácara do Banco é vista como:

Uma área nobre dentro do bairro – dizem que a Chácara do Banco é o bairro nobre da Restinga, são duas realidades diferentes. [Entrevistador – Vocês sentem essa diferença?] Se disser que eu não sinto, eu vou estar mentindo, eu não tenho isso, o pessoal fala (Carlos, fev, 2012).

Os entrevistados atribuem a diferenciação daquele local do bairro à forma de apropriação da terra pelos seus moradores, pois segundo eles as pessoas que moram lá não vieram de remoções, mas compraram os lotes onde residem com suas famílias. Conforme Carlos:

O início da Restinga era bem diferente do nosso, nós compramos a nossa terra, na verdade o que tinha aqui? Aqui tinha terrenos de valor baixo, terreno irregular, lote de pequeno valor, que a gente tinha condições e o pessoal todo que comprou esses lotes era assim, a gente passava assim, passava fim de semana carregando coisas das madeiras, fazendo suas casas, pessoal trabalhador, saía para trabalhar e voltava de noite. E a Restinga, tu pode passar ali, é outra realidade, é gente o dia inteiro na rua, lá é criança, mulher barriguda. [Entrevistador: então tem essa divisão?] Eu não sinto isso, mas tem essa separação, mas existe (Carlos, fev. 2012).

Essas divisões do bairro também apareceram nas formas de organização da Restinga para a participação no OP.

Além da estigmatização de partes do bairro pelos próprios moradores, se faz necessário destacar o processo de estigmatização da Restinga como um todo. O principal fator, que contribui para estigmatização do bairro pelo restante da cidade, é a atuação da mídia local, a qual se configura como um instrumento de disseminação de formas de pensar, mesclando representações de várias origens, do lugar, das ideologias do urbanismo, entre outras. (GAMALHO, 2009, p. 55).

As vilas que formam a Restinga foram identificadas por Gamalho (2009). A divisão do bairro apresentada na (Figura 10) foi realizada a partir de Gamalho (2009), das narrativas realizadas para esta dissertação, contudo é importante salientar a necessidade de um estudo maior sobre estas divisões e seus limites dentro do bairro.

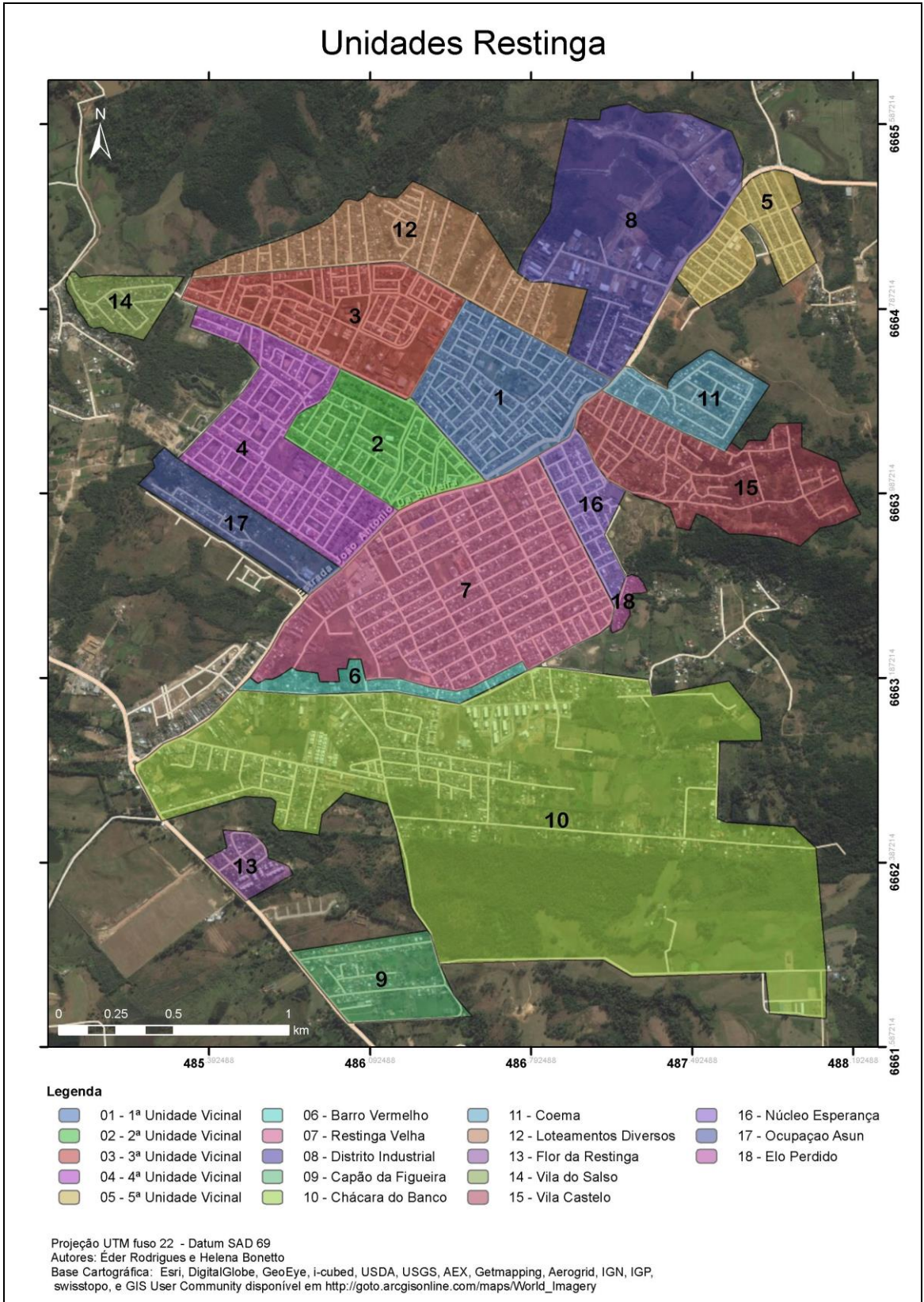


Figura 10: Unidades da Restinga
 Fonte: Gamalho (2009) e narrativas realizadas durante esta dissertação.

Em um breve levantamento realizado pela autora no jornal Correio do Povo, entre os anos de 1986-1989, revelou-se que a maioria das notícias sobre a Restinga gira em torno de temas como violência, tráfico de drogas, homicídios, entre outros crimes. As notícias que destacam pontos positivos do bairro são insignificantes.

A associação entre a distância do bairro do centro da cidade, a precariedade na infraestrutura e a vinculação de notícias sobre os aspectos violentos da Restinga contribuíram para a construção da estigmatização da população que reside naquele espaço.

A história do bairro também é marcada pela carência de equipamentos públicos, e isso pode ser percebido em todas as entrevistas realizadas, nas quais a frase mais recorrente é: “aqui não tinha nada”. Mas, o que significa “aqui não tem nada” para os entrevistados? É justamente a carência de equipamentos públicos. As principais reclamações apontadas nas entrevistas estão relacionadas com o transporte, tendo em vista que a Restinga está a 22 km do centro da cidade. As entrevistas de Carla, Beleza e Marcos, por exemplo, exemplificam o fato:

Ônibus era o do Belém caindo os pedaços carregavam cavalos dentro do ônibus, eram horríveis, as crianças vomitavam, dentro do ônibus, passando mal, porque vinha se arrastando, estragando, na maioria das vezes. Não tinha nem parada aqui no bairro. Eles colocavam uma pedra no caminho pintada de branco (Carla, jan. 2012).

No começo não tinha ônibus era só lá embaixo (Avenida João Antonio da Silveira) era só lá embaixo, era só mato, o que tinha que fazer? Tirar o sapato, colocar umas botinas e vir aqui em cima, onde o ônibus tirava a botina colocava o sapato de novo e depois pegava o ônibus. O ônibus derramando de gente, um ônibus, branco com uma linha vermelha, vamos chacoalhar que cabe mais gente, quando nós chegávamos ali na Juca Batista quebrava o ônibus (Beleza, fev. 2012).

Quando as pessoas vieram pra primeira unidade quando tu abrias porta que tu recebia a chave, atrás da porta tava ali os horário de ônibus era um de manhã um de tarde que se tu perdesse aquele não tinha mais, tanto daqui pra lá como de lá pra cá eu várias vezes tive que pousar aqui porque eu morava ali na Cavahada eu tive que pousar aqui na casa da madrinha da minha mulher que é irmã da minha sogra é porque não tinha ônibus pra ir às 6 horas perdia o último 6 horas da tarde, aí ficava aqui (Marcos, jan.de 2012).

Além da questão do transporte, os moradores enfrentavam outras dificuldades, como ruas sem calçamento, precariedade de fornecimento de água e de iluminação pública, falta de escolas para as crianças, falta de telefones públicos e posto de saúde que atendesse a população, entre outras necessidades.

Para reivindicar melhores condições de vida para a população residente naquele espaço, os moradores começaram a se organizar em associações de moradores, organizações não governamentais e outras formas de organizações populares.

Além das associações, na década de 1970, a igreja do bairro era o ponto de encontro para mobilização popular, como expressado no seguinte depoimento: *Alguns moradores, nos tínhamos um movimento dentro da igreja, o padre oferecia isso, movimento de comunidade eclesialístico de base, infelizmente a igreja foi lá e cortou, porque começou a dar muito problema* (Beleza, jan. 2012). No entanto, quando os moradores começaram a ter mais autonomia e conhecimento dos seus direitos, a igreja fechou suas portas.

Os dados obtidos pelas narrativas revelaram a existência de um Conselho de Desenvolvimento Comunitário da Restinga (CODECORES) e um Conselho de Lutas entre as décadas de 1970 e 1980. O CODECORES era uma subprefeitura do bairro, segundo Marcos:

O presidente do CODECORES era o prefeito aqui o cara que mandava aqui, ele tinha um carro que servia polícia, era da brigada pra leva as mulheres pra ganha nenê era pra tudo aqui meu carro era um dos carros mais bonitos que tinha na Restinga (Marcos, jan. 2012).

No CODECORES reuniam-se 43 entidades na primeira segunda-feira do mês, a fim de deliberar sobre ações a serem executadas no bairro, em diferentes áreas, como saúde, transporte, pavimentação, entre outras.

Os conselhos de desenvolvimento existiam em outros bairros de Porto Alegre, como no Glória e no Partenon. A partir da década de 1990, o CODECORES vai perdendo sua função de organização para o OP. Para outro entrevistado ele não acabou, mas o que aconteceu foi falta de manutenção: *Ele foi engolido pelo orçamento participativo. Engoliu ele. O que iria se decidir no CODECORES passou a ser decidido no OP. A garantia política das ações passou a ser o OP. Toda Porto Alegre entrou no OP* (Fernando, fev. 2012).

No entanto, nem todos os moradores da Restinga concordavam com as ações do CODECORES. Assim, para a contestação dessas ações, foi fundado o Conselho de Lutas. Para Beleza, o Conselho de Lutas surgiu para:

[...] o povo daqui tem que entender que tenho que lutar pelo meu irmão, o vereador lá não vai fazer nada, ele pode ta lá por uma questão de simpatia, eu tenho que dar voz para as pessoas que estão do meu lado e ai o que aconteceu foi que esse pessoal que estava no CODECORES começou a criar problema porque eles não iam em reunião mais, só o cara da instituição, era diretor não sei da onde. O pessoal se juntou porque não gostava da forma que era administrada, o critério para participar era ter uma frequência nas

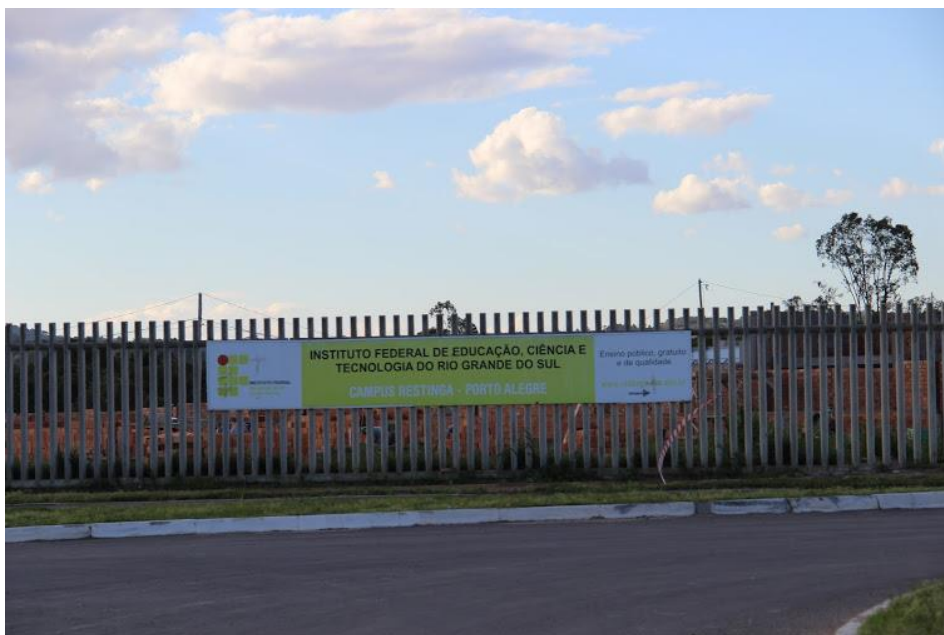
plenárias, não precisava ser representante de uma associação, e tu ter uma frequência nas plenárias para tu poder usar a sala, isso casou ciúmes nesse pessoal, eles perderam poder e acabaram não funcionando mais, eles apontavam as falhas que eles faziam, as falhas na comunidade para interesses próprios [...] (Beleza, fev.2012).

O próximo passo na organização do bairro por reivindicação de infraestrutura foi a constituição do OP em Porto Alegre. Contudo, esse tema será trabalhado nos próximos dois capítulos.

Entretanto, podemos verificar as conquistas do bairro através de outras formas de organização que não estão vinculadas ao OP. Entre essas conquistas destacam-se, nas entrevistas, o Hospital da Restinga e a Escola Técnica Federal da Restinga (Fotografias 5 e 6). A escola técnica já está em funcionamento, mas o prédio continua em construção, e o hospital está sendo construído. Essas conquistas foram também resultado de intensa mobilização da comunidade.



Fotografia 5 - Construção do Hospital da Restinga
Fonte: Helena Bonetto (setembro de 2012).



Fotografia 6 - Escola Técnica da Restinga
Fonte: Helena Bonetto (setembro de 2012)

A organização do bairro pode ser percebida em outras ações não vinculadas às reivindicações por infraestrutura. Entre essas ações podemos destacar a Semana da Restinga (Figura 11 e Fotografia 7), evento que acontece desde a década de 1970 e mobiliza o Centro Administrativo Restinga (CAR), as organizações comunitárias e os demais interessados na construção do evento. Durante a semana do bairro, é oferecida à comunidade uma diversidade de atividades culturais, esportivas e religiosas.

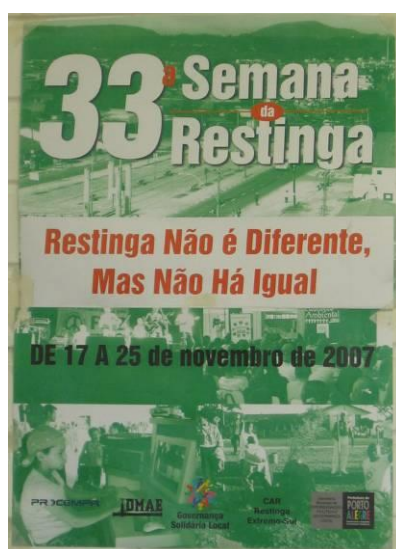


Figura 11 - Cartaz Semana da Restinga
Fonte: Helena Bonetto (novembro de 2007)

Fotografia 7 - 38ª Semana da Restinga



Fotografia 7 - 38ª Semana da Restinga
Fonte: Helena Bonetto (novembro de 2012).

Ainda sobre outras formas de organização do bairro, encontramos a presença de duas escolas de samba na Restinga – a Estado Maior da Restinga (Fotografia 8), fundada em 1977, e a Academia de Samba União da Tinga, fundada em 1989 – que mobilizam os moradores durante o ano inteiro até o carnaval.



Fotografia 8 - Escola de Samba Estado Maior da Restinga
Fonte: Helena Bonetto (novembro de 2012).

A paisagem do Bairro Restinga nos dias de hoje pode ser observada através das imagens abaixo (Fotografias 9, 10 e 11):



Fotografia 9 - Restinga vista do alto do morro São Pedro
Fonte: Helena Bonetto (novembro de 2007)

Ao caminharmos pelo bairro, encontramos paisagens extremamente urbanizadas e outras que lembram o rural.



Fotografia 10 – Vila do Salso
Fonte: Helena Bonetto (novembro de 2007).



Fotografia 11 - Avenida João Silveira
Fonte: Helena Bonetto (novembro de 2012).

A paisagem da Restinga também é marcada pela forte presença da religiosidade. Optei por destacar aqui as religiões afrobrasileiras, e justifico essa opção pelo fato de Walter Calixto Ferreira, o Mestre Borel, ter falecido em 4 de julho de 2011, durante a realização do campo da pesquisa. Mestre Borel morava no bairro e era o símbolo da cultura negra em Porto Alegre e no Rio Grande do Sul, conforme a notícia do Diário Gaúcho, de 4 de julho de 2011:

Walter Calixto Ferreira, conhecido como Mestre Borel, um dos mais principais representantes das religiões afrobrasileiras e da cultura negra no Rio Grande do Sul, além de carnavalesco, escritor e pesquisador, morreu nesta segunda-feira, aos 85 anos, no Hospital Parque Belém,. Mestre Borel era considerado o mais antigo alabê (tamboreiro de candomblé ou batuque) e também um dos principais responsáveis pela preservação da cultura e da história dos povos africanos em Porto Alegre (Diário Gaúcho do dia 4 de julho de 2011).

Ao escrever sobre a Restinga, é impossível não falar da cultura negra que ali existe, com todos os seus simbolismos religiosos. Escrever apenas algumas linhas em sua memória é lembrar da sua importância para a preservação da cultura e da história dos bairros negros de Porto Alegre.

A Restinga produz também seus próprios meios de comunicação dentro do bairro. Atualmente, existem dois jornais, um canal de televisão na internet e uma rádio comunitária.

O bairro também foi escolhido para a implementação de algumas políticas públicas desenvolvidas pela Prefeitura de Porto Alegre, tais como o projeto de descentralização administrativa, iniciado em 1989 durante a primeira administração do Partido dos Trabalhadores. Esse projeto teve como piloto a criação do Centro Administrativo da Restinga (Fotografia 12).



Fotografia 12 - Centro Administrativo Regional Restinga e Extremo Sul
Fonte: Helena Bonetto (novembro de 2012).

Em 2001, durante a administração do Partido dos Trabalhadores, o plano de segurança pública tinha como objetivo tirar os jovens do tráfico de drogas, oferecendo alternativas culturais e esportivas que possibilitassem a geração de renda. A Restinga foi escolhida como plano piloto desse projeto de segurança pública.

Além de receber projetos pilotos da Prefeitura de Porto Alegre, a Restinga constitui-se em dos bairros incluídos na política pública do Governo Federal dos Territórios da Paz.

Os Territórios da Paz constituem um dos projetos do Programa Nacional de Segurança com Cidadania (PRONASCI), o qual tem como objetivo a identificação das áreas com maior índice de violência e necessidade de intervenção social nas cidades. A intervenção social se dá através do policiamento comunitário e de outras ações.

O objetivo deste capítulo foi proporcionar ao leitor uma caminhada pela história do bairro ao longo dos seus quarenta anos de formação. Cabe destacar que precisaríamos muito mais do que vinte páginas e uma dissertação para abordar toda a complexidade característica do barro Restinga, porém esperamos que o leitor possa ter vivenciado pelo menos um pouco da experiência conceitual de Tuan (1983) com esse pedaço da cidade de Porto Alegre.

4 BREVE HISTÓRIA DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

O Orçamento Participativo (OP) de Porto Alegre, implantado em 1989 durante a primeira gestão do Partido dos Trabalhadores (PT), é considerado um marco histórico para a democracia brasileira, pois abriu a possibilidade de uma cogestão do orçamento público entre a população e o governo local.

O OP, conforme Avritzer (2003) é definido como um mecanismo que visa à articulação entre a democracia representativa e democracia participativa, sendo caracterizado por quatro elementos: a) a abertura da soberania da democracia representativa para democracia participativa através de um conjunto de assembleias regionais e temáticas que utilizam critérios nos quais todos os cidadãos podem participar e com igual poder de deliberação; b) o OP introduz no cenário da democracia representativa elementos de participação local, tais como a assembleia regional, e de elementos de delegação, tais como os conselhos na escala municipal, combinando métodos da tradição de democracia participativa; c) o OP fundamenta-se no princípio de autorregulamentação, pois as regras são definidas pelos seus participantes e podem sofrer alterações periódicas; d) o OP é uma tentativa de reversão de prioridades na distribuição de recursos do orçamento público em escala municipal através de uma fórmula técnica que varia de cidade para cidade, tendo como objetivo a identificação de prioridades orçamentárias que privilegiam os setores mais carentes da população.

O OP também projetou a cidade de Porto Alegre internacionalmente, pois através de sua implantação a cidade tornou-se a capital da democracia participativa e passou a ser sede do Fórum Social Mundial.

Os estudos realizados por Fedozzi (2000; 2001), Avritzer (2003), Gugliano (2010) e Souza (2000a; 2000b; 2006a; 2006b) sobre o OP de Porto Alegre apontam que suas raízes são anteriores à administração do PT e estão intimamente ligadas ao cenário socioespacial de Porto Alegre.

Entre os fatores que permitiram a implantação do OP na capital gaúcha encontramos: a precariedade de infraestrutura nas vilas populares, a intensificação do associativismo, a fundação da Federação Riograndense de Associações Comunitárias e Amigos do Bairro (FRACAB) e a fundação da União das Associações de Moradores de Porto Alegre (UAMPA), a administração do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e a formação dos Conselhos Populares.

Para esses autores, a capacidade de organização da população portoalegrense foi definida a partir da década de 1960, período no qual a cidade passou por vários processos de urbanização precária em função do crescimento populacional.

Dessa forma, a partir dos anos 60, Porto Alegre recebeu populações oriundas do interior do Estado do Rio Grande do Sul. Assim, o aumento da população foi consequência das transformações sócio-econômicas brasileiras, pois o país passou de agrário-exportador a urbano e industrial, conforme Fedozzi:

A população das cidades foi acrescida de mais de 60 milhões de pessoas, 29 milhões somente durante os anos 80, passando as áreas urbanas a concentrar mais de 800 da população brasileira no ano 2000. Esse extraordinário processo migratório um dos maiores do mundo contemporâneo- foi impulsionado pelo modelo de *modernização conservadora* gestado no período nacional-desenvolvimentista, de 1930-50, e intensificado pelo regime militar instaurado a partir de 1964. (FEDOZZI, 2001, p. 93-94)

O êxodo rural para Porto Alegre fez com que a população do centro da cidade aumentasse drasticamente. Entretanto, essa área da cidade não possuía infraestrutura para atender essas populações e os governantes desse período estavam preocupados com a modernização da cidade, por isso adotaram políticas que consistiam na remoção daquelas pessoas do centro da cidade para lugares distantes.

A população das vilas dos arredores do centro da capital gaúcha era levada – muitas vezes sem consentimento – para lugares distantes e sem nenhuma infraestrutura. A precariedade desses locais, onde literalmente essas pessoas eram jogadas, fez com que elas se mobilizassem e se organizassem em associações de moradores para reivindicar melhores condições de sobrevivência.

Para Baierle (1992), os movimentos associativistas na capital gaúcha iniciaram desde os anos de 1930. No entanto, a intensificação desses movimentos aconteceu a partir dos anos de 1950, com a criação da Federação Rio-grandense de Associações de Moradores e de Amigos do Bairro (FRACAB).

A articulação da FRACAB dava-se através da oferta de serviços jurídicos à população das vilas carentes de Porto Alegre, os quais estavam centrados principalmente nas questões de regularização fundiária dessas áreas.

Apesar da intensificação dos movimentos associativistas ter acontecido na década de 50, no ano de 1960 o cenário político das organizações de moradores caracteriza-se pelo início de um período de radicalização dessas associações.

É importante lembrar que a partir de 1964 o Brasil encontrava-se em uma ditadura militar, na qual os direitos de expressão e de organização da população foram extintos e punidos pelo Estado com prisão e tortura.

É nesse período que iniciaram as remoções no centro da cidade de Porto Alegre. Essas políticas realizadas na capital gaúcha ganharam o nome de “Remover para Promover” ou “Erradicar para Promover”. O principal objetivo dessas medidas era a remoção das populações carentes do centro e dos seus arredores para lugares distantes. Um dos exemplos mais radicais dessas remoções foi o das vilas Ilhota, Marítimos, Teodora e Santa Luzia, as quais deram origem ao bairro Restinga.

É nesse contexto que as populações que viviam nesses locais sem nenhuma infraestrutura iniciam sua organização, buscando melhores condições de vida. Assim, as condições de precariedade dessas populações tornam-se a principal motivação para que esses moradores procurassem os políticos e a imprensa, iniciando o processo de constituição das associações de moradores, a partir das quais foi possível conquistar espaço público para as reivindicações.

Pode-se dizer que a intensificação do processo de participação política através da constituição de associações de moradores em plena ditadura militar marcou a história socioespacial de Porto Alegre. No entanto, é necessário ter presente a ligação entre as associações de moradores e a ação dos partidos em Porto Alegre durante os anos 1950-60 e o final dos anos 1970. O partido que mais exerceu influência dentro dessas Associações foi o Partido Democrático Trabalhista (PDT). Após esse período, o Partido dos Trabalhadores (PT) começa a ganhar força no cenário político da capital gaúcha e, por conseguinte, nas associações de moradores.

É justamente no início da década de 1980 que foi fundada a União de Associações de Moradores de Porto Alegre (UAMPA), a qual surgiu:

[...] para organizar uma novidade, os movimentos comunitários “combativos”, que assumiam uma postura de enfrentamento com Poder Público para a satisfação de suas reivindicações, mas terminou aprisionada por uma lógica burocrática e aparelhista de direção de movimentos, reprodutora do paradigma estatal de organização da sociedade (O Estado como organizador da sociedade e defensor do povo) (BAIERLE, 1992, p.58).

A criação da UAMPA não pode ser atribuída apenas à constituição e efervescência das associações de moradores em Porto Alegre, pois muitas lideranças comunitárias que estavam à frente dessas associações pertenciam a partidos de oposição ao regime ditatorial.

Durante as décadas de 1970 e 1980, o cenário político de Porto Alegre foi marcado pela crescente organização da população em busca dos seus direitos. Estas organizações, segundo Fedozzi (2001), promoveram novas práticas que não estavam mais submissas ao paternalismo (ato de pedir favores) ou ao clientelismo (a troca de favores) tradicionalmente presentes na relação entre as classes populares e poderes políticos.

Contudo, para Fedozzi (2001), esse avanço nas relações entre o Estado e a sociedade civil não significou a eliminação dessas práticas pelos movimentos comunitários. É importante destacar que outros movimentos comunitários surgiram em Porto Alegre, tais como as Articulações Regionais, as Uniões de Vilas e os Conselhos Populares, os quais se originaram em regiões da cidade com grande concentração de núcleos de sub-habitações.

Outro fator histórico que contribuiu para a implantação do OP em Porto Alegre foi a administração do PDT, a qual teve o primeiro prefeito eleito após a redemocratização de nosso país, Alceu Collares.

Durante seu mandato foi implantado o programa Fala Favela, o qual possibilitou a indicação de prioridades nas comunidades por meio de votação para aplicação de recursos do orçamento municipal.

Além do Programa Fala Favela, foi durante a administração do PDT que iniciaram as discussões sobre a implantação dos conselhos populares. Os conselhos populares foram discutidos em uma primeira reunião promovida pela Prefeitura de Porto Alegre, pela UAMPA e por quatro representantes comunitários das regiões Sul, Norte, Leste e Oeste da cidade que participavam do Conselho do Plano Diretor.

Essa reunião contou também com a participação de entidades de bairro de cada uma das regiões de Porto Alegre. Nessa oportunidade, foi definido que fossem chamados de Conselhos Municipais, que houvesse revogabilidade do mandato dos conselheiros e presença majoritária 60% das entidades comunitárias da composição de cada conselho (FEDOZZI, 2000, p.49).

Após essa primeira reunião, iniciaram as divergências entre a UAMPA e a comissão eleita com membros do governo sobre questões como: o nome dos conselhos, se deveriam ser deliberativos ou consultivos e se os conselheiros seriam remunerados. Essas divergências deram origem à elaboração de dois projetos, um do Executivo e outro da UAMPA.

O projeto de lei dos conselhos populares foi enviado para Câmara de Vereadores em 1987 com a incorporação de algumas das exigências da UAMPA, tais como: a representação majoritária do movimento comunitário, o caráter deliberativo e a revogabilidade do mandato dos conselheiros.

Mas, mesmo depois do envio do projeto, continuaram os impasses entre a UAMPA e o Executivo, o que acabou por afetar a votação do projeto. A votação somente aconteceu em sessão extraordinária no ano de 1988 e o projeto foi sancionado pelo prefeito Alceu Collares no dia 30 de dezembro do mesmo ano, após a vitória nas eleições pela Frente Popular.

A Frente Popular iniciou sua gestão herdando do PDT a Lei Complementar nº 195/88, a qual estabeleceu que a administração municipal deveria implantar 17 Conselhos Populares na cidade.

Os fatores descritos acima compõem o complexo tecido socioespacial e histórico da cidade de Porto Alegre anterior ao OP, os quais foram determinantes para sua implementação e, posteriormente, para seu êxito.

A seguir será contextualizada a implantação do OP com a vitória da Frente Popular, que assumiu a Prefeitura da capital gaúcha em 1989 e era composta pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e o ex-Partido Comunista Brasileiro (PCB).

4.1 A VITÓRIA DA FRENTE POPULAR E A IMPLANTAÇÃO DO OP EM PORTO ALEGRE

Entre os principais partidos que disputaram as eleições para a Prefeitura de Porto Alegre em 1989 estavam o PT e o PDT. Os dois partidos tinham como principais propostas de campanha a construção de vias que permitissem uma maior participação popular na gestão da cidade.

O cenário político nacional era de redemocratização e de construção da Constituição de 1988, a qual previa a ampliação da cidadania e a criação de instrumentos que possibilitariam a democracia direta e maior participação popular nas decisões, tais como:

[...] o Plano Plurianual (PPA), referente a despesas, obras e serviços que durarem mais de um ano; a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), por meio da qual se definem principalmente as metas e prioridades para o período subsequente à elaboração do PPA; e a Lei Orçamentária Anual (LOA), que é propriamente o orçamento que será executado no ano. Mesmo

existindo normatização nacional, a Constituição também garantiu autonomia aos municípios no tocante à forma como esses procedimentos deveriam ser executados, o que abriu uma brecha considerável para o desenvolvimento de um modelo participativo de gestão das finanças públicas, perspectiva reforçada com a aprovação do Estatuto da Cidade, a partir de 2001. (GUGLIANO et al, 2010, p. 190)

Além da elaboração da Constituição, Gohn (1990) destaca os fatores econômicos, tais como a crise do Estado de Bem Estar Social que representou um Estado de Mal Estar Social, impulsionando a descentralização e a transferências de papéis para os municípios, além de conferir maior poder aos governantes locais.

Com o fortalecimento dos municípios e a descentralização de papéis, a vitória da Frente Popular deu início ao projeto de criação de novos canais de participação da população nas decisões para a cidade. Cabe destacar que a vitória da Frente Popular em 1989 não foi uma mera casualidade política, pois o PT estava ligado a muitas associações de bairro. Portanto, a conquista da prefeitura foi também a expressão dos movimentos urbanos de Porto Alegre.

Ao assumir a prefeitura, a Frente Popular encontrou muitas dificuldades para a implantação do seu projeto participativo, como, por exemplo, a falta de participação nas medidas adotadas pelo governo no início de sua administração e a intervenção realizada nas empresas de ônibus da capital gaúcha, as quais, de acordo com Lahorgue (2004), elevaram as tarifas acima da inflação durante o governo de Alceu Collares.

A intervenção inicialmente tinha o objetivo de estatização das empresas, mas com o tempo a prefeitura constatou a impossibilidade dessa medida e acabou optando pela organização do sistema de tarifas e pela sua centralização na prefeitura.

Uma segunda dificuldade encontrada pela gestão relacionava-se às finanças da prefeitura, as quais estavam comprometidas em quase sua totalidade com o pagamento do funcionalismo público, restando apenas 3,2% do orçamento para investimentos. Esse percentual colocou em risco o primeiro ano da administração da Frente Popular, como veremos a seguir.

Apesar das dificuldades encontradas, o governo apostou fielmente na implantação dos Conselhos Populares, o que possibilitou a abertura para participação nas decisões sobre o orçamento da cidade. Contudo, com o passar do tempo, o ideal de implantação dos Conselhos Populares como sendo o único instrumento de abertura para a participação popular foi sendo desmistificado e posto à parte.

Paralelamente à desmistificação dos Conselhos Populares foram instituídos o Conselho Municipal do Plano de Governo e Orçamento, que era chamado somente de Conselho do Orçamento Participativo (COP), e o Fórum de Delegados do Orçamento Participativo. Essas duas instâncias transformaram-se na base do que foi chamado posteriormente de Orçamento Participativo (OP).

Os fatores descritos acima possibilitaram um ambiente favorável para a abertura do aparelho do Estado para a cogestão com a sociedade civil em Porto Alegre, visando objetivar os investimentos públicos em demandas que partissem das reais necessidades da população.

Após conhecermos os fatores que possibilitaram a construção do OP em Porto Alegre é importante descrever o seu funcionamento básico ao longo dessas duas décadas e suas transformações. Entre essas transformações, é possível citar o acréscimo no número de regiões orçamentárias da cidade que, em 1991, eram quatro e passaram para 17 em 2011. As regiões do orçamento participativo são a expressão da força do tecido associativista portoalegrense, pois a divisão da cidade foi realizada a partir da mobilização das organizações populares.

Além disso, o ciclo do OP teve seu número de reuniões suprimido em 2003. Inicialmente eram realizadas duas rodadas de reuniões em cada região, passando a ser realizada apenas uma rodada.

Em 1994, a Prefeitura acrescenta ao ciclo do OP as Plenárias Temáticas, as quais objetivavam ampliar as discussões que aconteciam somente nas regiões, possibilitando que a população passasse a cidade como um todo. As Plenárias Temáticas estão divididas em: Educação, Esporte e Lazer; Circulação, Transporte e Mobilidade Urbana; Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental; Desenvolvimento Econômico, Tributação e Turismo; Saúde e Assistência Social.

É importante salientar que as regras que regem o OP podem ser alteradas a qualquer momento, visto que o Regimento Interno é discutido em todos os ciclos do OP e pode ser modificado ou melhorado pelos participantes do processo.

Para Fedozzi (2000), Silva (2002), Laranjeira (1996) e Lahorgue (2004) o êxito do OP em Porto Alegre deve-se aos seguintes aspectos:

- 1) A tradição associativista da cidade;
- 2) A reforma tributária realizada pela Administração da Frente Popular no início da sua gestão e o aumento na arrecadação do Imposto Territorial Urbano (IPTU). De acordo com Laranjeira (1996):

A administração partiu então para uma política de recuperação financeira com base na reforma tributária, orientada pelo princípio de justiça social. O foco dessa política foi a alteração de alíquotas, introduzindo a progressividade no pagamento do IPTU - a atualização de outras taxas municipais – como coleta de lixo e a indexação mensal de tributos anteriormente pagos em parcelas fixas – bem como o aumento da eficiência da fiscalização tributária. (LARANJEIRA, 1996, p.134)

O aumento de arrecadação permitiu que a prefeitura reverteresse o quadro de descrença do primeiro ano de OP, pois as obras apontadas pela população não foram entregues por falta de recursos financeiros. Após essa reversão, as organizações populares voltaram a apostar na participação como instrumento para conquista de melhor infraestrutura para seus bairros.

3) A reorientação da estrutura organizacional da prefeitura, a partir da qual o orçamento deixou de ser elaborado pela Secretaria do Planejamento e passou para o Gabinete de Planejamento da Prefeitura (GAPLAN) e para a Coordenação das Relações com a Comunidade (CRC), duas instâncias ligadas diretamente ao Gabinete do Prefeito. Essas modificações propiciaram:

[...] um controle centralizado sobre as definições de prioridades governamentais através da GAPLAN, em oposição a lógica fragmentária da atuação das Secretárias do Governo, e, ao mesmo tempo constituíram um canal de interlocução direta com os segmentos sociais organizados e de incentivo de participação através da CRC. (SILVA, 2002, 171-172)

4) A elaboração de critérios – a mobilização popular; a importância da região para o desenvolvimento de Porto Alegre; população em áreas carentes; carência de saneamento, infraestrutura e equipamento e serviços públicos – para hierarquização das prioridades em cada uma das regiões data de 1990. Porém, ao longo dos anos esses critérios foram modificados. No entanto, constituíram-se em uma importante inovação da administração municipal, pois possibilitaram a transformação do processo de investimentos públicos, tornando-o claro e objetivo.

Após as modificações descritas acima, o OP provocou inúmeras transformações na cidade de Porto Alegre, as quais foram abordadas nos trabalhos de Fedozzi (2001), Silva (2002), Marqueti (2003), Souza (2000a; 2000b; 2006), Lahorgue (2004) e Santos (2002).

Entre as principais transformações apontadas por esses autores destaca-se o esforço para a criação de condições favoráveis para a emergência da cidadania. Entre essas condições estão: a partilha de poder e o processo de acesso ao orçamento público baseado em regras e critérios objetivos, impessoais e universais no acesso aos recursos municipais. De acordo Fedozzi:

[...] a experiência do OP em Porto Alegre vem efetivamente trazendo importantes mudanças em direção à despatrimonialização do poder político. Ao promover um movimento contra as práticas de clientelismo, patrimonialismo e falta de accountability (controle do poder e de prestação de contas) o OP parece efetivamente instituir um novo tipo de contratualidade que é favorável a promoção da cidadania (FEDOZZI, 2001, p.187).

A abertura do Estado para participação popular com força deliberativa para uma gestão dos recursos públicos permitiu a publicidade do processo de investimentos do orçamento de Porto Alegre. Além disso, a participação popular gerou credibilidade e confiança no OP.

O OP também contribui para o monitoramento dos investimentos públicos, pois o Conselho do Orçamento Participativo é responsável pela implementação e fiscalização das obras, conjuntamente com o CRC e a GAPLAN. Para Santos (2002, p. 590), o OP também inova no próprio conceito de *accountability* administrativa, ao transformar o monitoramento em uma característica permanente do processo participativo.

A população, ao participar do OP, obtém conhecimento sobre como se dá o processo dos investimentos públicos. Além disso, tem a possibilidade de apontar as principais carências de sua região.

A participação da população contribui para que os recursos públicos sejam investidos em reais necessidades e, por conseguinte, o Estado pode aperfeiçoar o funcionamento da cidade e do oferecimento de serviços públicos, tais como a coleta de lixo, iluminação, calçamento de ruas, etc. O OP, portanto, constitui-se em uma importante ferramenta para aperfeiçoar e tornar mais eficiente a gestão da cidade.

Apesar dos inúmeros avanços socioespaciais e políticos que OP possibilitou para a capital gaúcha, é necessário pontuar as críticas que já foram realizadas ao processo implementado pela Frente Popular.

A principal crítica de Navarro (2003) está relacionada à participação da população no OP, pois para o autor a participação não pode ser apenas quantitativa e somente de alguns segmentos da população.

A crítica de Navarro pode ser verificada nas pesquisas realizadas pelo Observatório da cidade de Porto Alegre (ObservaPoa), conjuntamente com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e publicadas em 2007, as quais demonstram o perfil da participação no OP. Em relação ao sexo, a maioria dos participantes são mulheres; quanto à escolaridade prevalece o ensino fundamental e em relação à renda familiar a maior parte recebe até dois

salários mínimos. Esses dados permitem verificar que a participação no OP ainda não é plural, pois outros segmentos da sociedade ainda não participam do processo.

Além da questão da pluralidade de participação no ciclo do OP, existe a restrição na participação nas Plenárias Regionais, pois a manifestação é realizada somente por aqueles que já conhecem e apreenderam as formas argumentativas da oratória.

Para Navarro (2003), é necessário que o OP conte com cidadãos que sejam preparados para o exercício da fala nas Plenárias Regionais, pois é nesse espaço que acontece a escuta da população e das suas necessidades.

Entre as lacunas ainda existentes na literatura produzida sobre o OP estão as questões relativas à sua relação com o espaço de Porto Alegre. Essas questões serão tratadas no próximo subtítulo.

4.2 A ESPACIALIDADE E O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

A experiência do Orçamento Participativo de Porto Alegre tornou-se objeto de estudo de diversas áreas do conhecimento, como a Sociologia Política, a Arquitetura, a Ciência Política, entre outras. Todavia, a vasta literatura produzida sobre o tema tende a privilegiar as questões relativas aos avanços políticos oriundos de sua implantação, tais como o alargamento da democracia no Brasil (AVRITZER, 2003), a importância da participação da população nas decisões sobre o orçamento da cidade (FEDOZZI, 2000; 2001), deixando em segundo plano as questões referentes à sua espacialidade. Nesse sentido, segundo Marcelo Lopes de Souza:

O orçamento participativo tem sido estudado sem que os seus condicionantes e as suas conseqüências espaciais sejam devidamente considerados. Embora a literatura a respeito ainda não seja propriamente muito numerosa, devido à relativa novidade do objeto, já há um número razoável de trabalhos sobre o assunto, assinados tanto por brasileiros quanto por estrangeiros. Infelizmente, nenhum desses trabalhos dá à espacialidade do fenômeno em tela a devida atenção, em que pese a sua organização possuir um evidente e fortíssimo componente espacial (organização da população por bairros ou agregados de bairros para extração de delegados e definição de prioridades de investimento) (SOUZA, 2000, p. 41).

As análises realizadas sobre o Orçamento Participativo ainda estão centradas nos avanços políticos que sua implantação provocou na democracia brasileira. Contudo, as

análises que incorporam a importância espacial são escassas na literatura brasileira. As principais pesquisas realizadas nessa perspectiva são encontradas nos trabalhos publicados pelo geógrafo Souza (2000a; 2000b; 2006a; 2006b). O autor, assim como outros cientistas sociais, nos chama atenção para a desnaturalização do uso do conceito de espaço, pois muitas vezes o espaço é visto somente como um palco onde acontecem as relações sociais. Assim como Souza (2000; 2006), outros autores como Wallerstein (2006), Santos (2002) e Haesbaert (2004), destacam a importância da dimensão espacial para análise dos fenômenos sociais.

Para Souza (2000), duas dimensões do espaço social merecem destaque no processo de participação popular na elaboração do orçamento: o espaço enquanto território e o espaço enquanto lugar. O espaço como território é entendido como sendo “um espaço delimitado por e a partir das relações de poder” (SOUZA, 1995, p. 78). O espaço como lugar pode ser entendido como espaço vivido e percebido, dotado de uma “personalidade própria e referencial para construção de identidades” (SOUZA, 2000, p. 47).

Para Souza (2006a) uma das dimensões fundamentais na operacionalização do OP nas cidades brasileiras é a divisão espacial, pois para o autor é necessário que se respeite o espaço como lugar, ou seja, o espaço em seu cotidiano, com suas organizações e orientações dos moradores, ou seja, o espaço vivido pela população com sua identidade e características próprias. A divisão espacial adotada não pode ser criada a partir de critérios técnicos, não pode ser imposta pelo planejador.

Um recorte espacial construído somente a partir de critérios técnicos pode ser um obstáculo para a participação da população, pois os moradores acabam por não se identificarem com a divisão imposta pelo Estado.

Um dos principais aspectos que é apontado pela produção científica sobre o OP de Porto Alegre, segundo Fedozzi (2000) e Silva (2002), é o respeito na regionalização da cidade, pois a sua construção se deu a partir do tecido associativo já constituído geograficamente, ou, pela geografia do associativismo na capital.

Para Souza (2006b) um dos pontos mais importantes do OP de Porto Alegre foi a construção de sua divisão territorial, por ter sido um processo realizado conjuntamente com a população.

Em 1989, ao constatar-se a inadequação da divisão territorial herdada do plano diretor de 1979, que dividia o município em apenas quatro grandes áreas, a Prefeitura, tendo como ponto de partida reuniões com líderes de grandes associações de moradores, deflagrou um frutífero processo de discussão, ao longo do qual foi elaborada a divisão territorial que deveria

servir de referências para o processo de orçamento participativo. (SOUZA, 2006b, p. 346)

Para analisar a articulação entre recortes espaciais e participação popular no OP de Porto Alegre, Souza (2006b) construiu um indicador de consistência participativa, definido a partir da articulação entre a participação popular e o Estado, na construção das regiões orçamentárias que se constituíram como referência para as decisões do OP. Segundo o autor:

Com efeito, os atores sociais, por mais que, idealmente, consigam não perder de vista os interesses do município “como um todo” se organizarão para serem satisfeitos, antes de mais nada, as demandas referentes aos seus territórios: as “regiões” e, um nível mais elementar, os bairros comuns e as favelas. (SOUZA, 2006b, p. 343)

As reflexões de Souza (2006b) são importantes para pensarmos a relação entre participação popular e a construção da divisão territorial que é utilizada como referência para o OP em Porto Alegre. As divisões territoriais estão intimamente ligadas às possibilidades e limites da participação popular no OP.

Entre os limites impostos pelas divisões territoriais apontados por Souza (2006b) encontramos: a separação de um bairro em duas ou mais divisões territoriais, podendo provocar a desarticulação da população na participação do OP; a extensão excessivamente grande das divisões territoriais, o que dificulta o acesso às assembleias e a outras reuniões, pois o descolamento exige investimento financeiro, que muitas vezes parte da população não possui; e, por fim, a heterogeneidade dos bairros que compõem determinadas divisões territoriais, pois em algumas delas há bairros de classes sociais mais altas e bairros extremamente pobres. Na maioria das vezes as prioridades de cada um se diferenciam. Essa heterogeneidade pode provocar a exclusão de um desses grupos das decisões referentes àquela unidade espacial.

Outra crítica que o autor faz sobre o recorte adotado pelo OP de Porto Alegre é quanto à sua denominação em regiões. Para o autor, essa denominação é imprópria, pois é expressão de poder, define fronteiras, condiciona e orienta a participação, portanto, definem territórios.

Souza (2000b) ainda aponta lacunas que precisam ser pesquisadas sobre a espacialidade do OP, entre elas está a combinação entre dimensões espaciais e setoriais, pois as regiões do orçamento servem de referência para a mobilização da população, para a eleição de prioridades e para a escolha dos delegados que representarão diretamente a população junto à prefeitura. Além disso, o autor propõe alguns questionamentos: Quais foram os

critérios para definição dos recortes espaciais das regiões orçamentárias? Estes recortes foram feitos de forma arbitrária pela prefeitura ou foram levadas em consideração as organizações populares de cada região? Como as definições das regiões orçamentárias condicionam os processos de participação nas assembleias? Qual é identificação dos moradores com suas regiões orçamentárias?

Para responder a essas questões é necessário aprofundar as pesquisas sobre a espacialidade do OP de Porto Alegre.

4.3 ORÇAMENTO PARTICIPATIVO HOJE

O recorte espacial adotado pela cidade foi a divisão em regiões que, historicamente, estão ligadas às tradições associativistas, sendo inicialmente cinco grandes regiões. Atualmente, o município está dividido, segundo o Regimento Interno do OP – Critérios Gerais, Técnicos e Regionais de 2010/2011⁶, em dezessete regiões (Figura 12).

⁶Disponível em: <<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/op/>> Acesso em: 12 abril 2011.



Figura 12 - Regiões do OP de Porto Alegre
Fonte: Prefeitura de Porto Alegre

Em alguns casos as regiões são compostas por diferentes bairros e em outros casos não. Por exemplo: a região da Restinga é constituída apenas por um bairro, já a região Noroeste é constituída pelos bairros Boa Vista, Cristo Redentor, Higienópolis, Jardim Itu, Jardim Lindóia, Jardim São Pedro, Passo da Areia, Santa Maria Goretti, São João, São Sebastião, Vila Floresta e Vila Ipiranga.

Nas regiões são realizadas as assembleias regionais, nas quais são levantadas as demandas da população segundo a hierarquização das obras e dos serviços prioritários daquelas comunidades. Além disso, é realizada a definição do número de delegados e a eleição de delegados e conselheiros.

O OP ainda possui sete temáticas para decisão em assembleias, são elas: circulação, transporte e mobilidade urbana; saúde e assistência social; educação, esporte e lazer; cultura; desenvolvimento econômico, tributação e turismo; organização da cidade; desenvolvimento urbano e ambiental.

O ciclo do OP (Figura 13), ou seja, as etapas a serem seguidas no processo, é anual e está estruturado em: reuniões preparatórias, rodada de assembleias regionais e temáticas, eleição dos delegados, eleição dos membros do Conselho do Orçamento Participativo, hierarquização das obras e serviços, visita dos delegados às primeiras demandas solicitadas, posse dos novos delegados, entrega da hierarquização das obras, análise técnica das demandas pelo governo, discussão e votação da matriz orçamentária e início da distribuição de recursos para as regiões e temáticas no Conselho do Orçamento Participativo⁷.

⁷ Para maiores informações consultar o Regimento do Orçamento Participativo - 2010/2011. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/op/usu_doc/pa002010-op_reg_int.pdf> Acesso em: 05 abr. 2010.

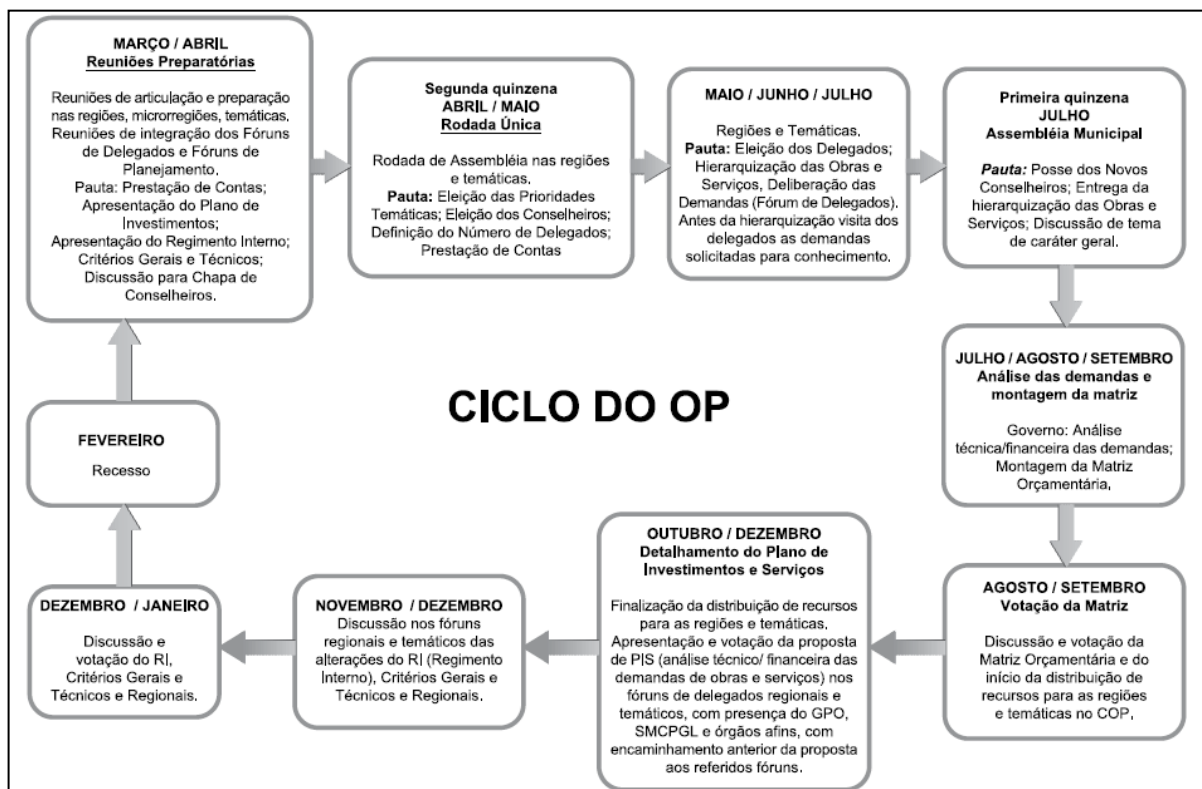


Figura 13 – Ciclo do OP
Fonte: Plano de Investimentos 2011 – Porto Alegre

Os critérios, regionais e temáticos, para as demandas do OP obedecem às seguintes ordens de hierarquização: 1º) Prioridade da micro-região ou comunidade; 2º) Prioridade dos Delegados(as); 3º) Carência do serviço ou infraestrutura; 4º) População atingida. A aplicação dos critérios acontece obedecendo cada uma destas etapas: a) Cada Associação ou comissão de rua faz o levantamento de suas necessidades; b) Em assembleia de cada micro-região, ou nas assembleias temáticas, as comunidades decidem: I - Uma ordem de prioridade por tema; II - Em cada tema, as demandas são hierarquizadas. Nas assembleias regionais ou temáticas: I - Aplica-se o cálculo para verificar a hierarquização dos temas da Região ou Temática, com 17 (dezessete) temas, atribui-se notas de 17 (dezessete) a 1 (um). Na soma obtêm-se os temas de maior índice.

Os critérios gerais para a distribuição de recursos entre as regiões e temáticas obedecem à seguinte ordem: a) Nas assembleias regionais e temáticas os participantes escolhem as quatro primeiras prioridades dentre os dezessete temas existentes (saneamento básico, água e esgoto cloacal, habitação, pavimentação, circulação e transporte, saúde, assistência social, educação, áreas de lazer, esporte e lazer, iluminação pública, desenvolvimento econômico, cultura, saneamento ambiental, acessibilidade e mobilidade

urbana, juventude e turismo). b) São atribuídas notas às prioridades de cada região ou temáticas, segundo as prioridades (Quadro 1). c) Posteriormente, são somadas todas as notas de todos os participantes e chega-se as quatro primeiras prioridades regionais e temáticas. d) Somente as quatro primeiras prioridades da região ou temática serão as que receberão os recursos, com exceção do Departamento de Águas de Esgoto (DMAE), que possui critérios próprios.

Quadro 1: Notas das Prioridades do OP de Porto Alegre

PRIORIDADE	NOTA
Primeira	4
Segunda	3
Terceira	2
Quarta	1

Fonte: Regimento do Orçamento Participativo - 2011/2012.
Elaborado pela autora.

O OP é ainda constituído por um Conselho do Orçamento Participativo (COP), o qual é formado por quatro conselheiros (dois titulares e dois suplentes) de cada região. O COP tem como principal função contribuir no planejamento, fiscalização e deliberação dos investimentos do Orçamento Participativo. Para a melhor compreensão do funcionamento do OP na atualidade, a prefeitura de Porto Alegre disponibiliza *on-line* seu Regimento Interno⁸.

No próximo capítulo, veremos como o OP funciona na oitava região que corresponde: ao bairro Restinga, através da análise das narrativas e dos dados disponibilizados pelo *website* da Prefeitura de Porto Alegre, será possível verificar como se dá a articulação das lideranças dentro do OP e a transformação dos sujeitos e do espaço ao longo do período de 1990-2010.

⁸ Disponível em < http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/op/usu_doc/ri_2011_2012_.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2010.

5 CAMINHOS ADOTADOS PARA RECONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA DO OP NA RESTINGA

Neste capítulo, abordaremos as conquistas de equipamentos públicos através do OP, as transformações no espaço do bairro e o processo do OP na Restinga. Compreendemos o processo do OP a partir de sua implantação e funcionamento até o período em que as lideranças estão participando dele.

Os dados apresentados neste capítulo são resultantes da análise do *corpus* dos textos, o qual é constituído pelo conjunto das transcrições das narrativas das lideranças comunitárias da Restinga. Para Gakaell (2007), o pesquisador deve fazer uma imersão no *corpus* dos textos resultantes das transcrições, procurando identificar os sentidos e compreendê-los para além dos valores aparentes e buscando padrões e conexões ao longo dos textos.

Um dos procedimentos metodológicos mais amplamente aplicados para a análise de *corpus* de textos dentro das Ciências Sociais é a Análise de Conteúdo (AC). Este procedimento, segundo Bardin (1979), permite a construção de saberes que se dá através das inferências obtidas pela leitura cuidadosa dos textos. A inferência permite ao pesquisador relacionar os dados obtidos com o contexto da investigação. Segundo Bauer (2007), na análise de conteúdo:

Os analistas de conteúdo inferem a expressão dos contextos e o apelo desses contextos. Se focarmos a fonte, o texto é a um meio de expressão. Fonte e público são o contexto e o foco da inferência. Um corpus de texto é a representação de uma comunidade que escreve. Os textos contêm registros de eventos, valores, regras e normas e traços de conflitos e do argumento (BAUER,2007,p.192).

Através da Análise de Conteúdo, podemos reconstruir memórias, entrar em contato com as experiências vivenciadas, com as opiniões, visões e atitudes dos sujeitos entrevistados. Acrescentamos que através da AC podemos reconstruir memórias que estão entrelaçadas com o espaço em que foram vivenciadas. Além disso, sabemos que os procedimentos metodológicos que valorizem a espacialidade dentro das Ciências Sociais ainda precisam ser mais aprofundados e estudados por nós pesquisadores.

A aplicação da AC nesta pesquisa se deu conforme os preceitos de Bardin (1979). Assim, foi realizada uma leitura flutuante do *corpus* de textos e a partir da leitura minuciosa das narrativas foram feitas inferências que resultaram na construção das seguintes categorias:

História do OP, Funcionamento do OP, História das demandas conquistadas, Restinga após OP e o OP nos dias de hoje.

Além da análise de conteúdo das narrativas, foram consultados e analisados dados sobre o acompanhamento das obras do OP, disponíveis no *website* da Prefeitura de Porto Alegre⁹. Na própria página foi possível realizar o levantamento das demandas – por temática e por ano – entregues à população na Oitava Região do OP.

Para a construção do banco de dados das demandas conquistadas pela população da Restinga, as obras foram separadas pelas temáticas já utilizadas no OP, quais sejam: saneamento básico (drenagem e dragagem), saneamento básico (água e esgoto), habitação, pavimentação, educação, saúde, circulação e transporte, áreas de lazer, esporte e lazer, iluminação pública, desenvolvimento econômico, tributação e turismo, cultura, saneamento ambiental, juventude, acessibilidade e mobilidade, turismo e trabalho e renda. No quadro 3, encontramos a área de abrangência de cada temática e a definição de suas especificidades:

Quadro 2 - Especificação das Temáticas

Temática	Especificidades
Saneamento básico (Drenagem e Dragagem)	Estão incluídos neste tema: Rede Pluvial Micro e Macrodrenagem (escoamento das águas da chuva); Arroios e Cursos d'água, drenagem e dragagem, e o Programa de Educação Ambiental (Arroio não é valão).
Saneamento Básico (Água e Esgoto)	Estão incluídos neste tema: Rede de Água e Rede de Esgoto Cloacal (são aqueles formados pelas águas escoadas pelos tanques de roupa, pias de cozinha, banheiros e descargas sanitárias).
Habitação	Neste tema estão incluídos os programas: Regularização Fundiária e Urbanística, Programa de Regularização Fundiária (PRF) (levantamento topográfico e cadastral, urbanização de vilas e construção de unidades habitacionais nas vilas do PRF), cooperativas habitacionais de baixa renda, oriundas de ocupação e loteamentos irregulares e clandestinos. Produção Habitacional - programa de reassentamento (compra de área, produção de lotes urbanizados com módulos sanitários e construção de unidades habitacionais), Programa de Ajuda Mútua de mutirão e cooperativas autogestionárias de baixa renda.

⁹ Disponível em: <http://www.portoalegre.rs.gov.br/op_prestacao/acomp>. Acesso em: 20 jan. 2013.

Pavimentação	Faz parte deste tema a pavimentação de vias urbanas, incluindo a abertura de ruas e a construção de calçadas, escadarias, passarelas, pontilhões originados de demandas da pavimentação.
Educação	Este tema é composto pelos programas: Educação Infantil - atende crianças de 0 a 6 anos através de convênio com creches comunitárias, aumento de metas, reconstrução/reforma e ampliação de creches comunitárias, construção de creches comunitárias, cesta de material, recuperação/reforma/reconstrução de escolas infantis de RME; Ensino Fundamental - atende ao ensino de 1º grau com ampliação, reforma/reconstrução de Escolas de Ensino Fundamental, construção de Escola de Ensino Fundamental, educação de jovens e adultos (Programa SEJA e Projeto MOVA) e Educação Especial, além da adaptação de espaços físicos para o atendimento dos portadores de necessidades educativas especiais.
Saúde	Estão incluídos neste tema; reforma/ampliação/construção de postos de saúde; ampliação de serviços na rede básica e equipamentos e material permanente para os postos de saúde.
Saneamento Ambiental	Estão incluídos neste tema o projeto "Bota Fora" (atendimento em vilas) e o Serviço de Coleta Seletiva, Programa de Compostagem de Lixo Orgânico e Reforma de Unidades de Triagem.
Áreas de Lazer	Tema que tem como objetivo realizar serviços de manutenção e conservação de praças e parques e também implantar equipamentos (recreação infantil, bancos, aparelhos esportivos, etc.) em áreas administradas pela SMAM. Também trata do Programa Área de Risco, que tem como objetivo geral proteger a população e o meio ambiente dos danos causados pela ocupação humana em áreas impróprias para moradia.
Esporte e Lazer	Estão incluídas neste tema as atividades de esporte e lazer como: construção de equipamentos esportivos (campos de futebol, quadras, canchas de bocha, e outros) e equipamentos de lazer (playground, recantos infantis, e mais) bem como sua conservação nas áreas administradas pela SME, além da reforma e ampliação dos Centros Comunitários.
Iluminação Pública	Este tema trata da iluminação de logradouros públicos do município no que diz respeito a projetos, implantação e manutenção. Aborda também a implantação de novos pontos em ruas, avenidas, praças, parques, passagens de pedestres, escadarias, e mais.

Desenvolvimento Econômico/ Tributação e Turismo	Este tema tem como objetivo o desenvolvimento econômico do município através dos programas de abastecimento e área rural, programa de ocupação e renda (apoio às iniciativas econômicas populares), apoio a empreendimentos, urbanização, reforma, ampliação ou construção de equipamentos turísticos e apoio à produção e serviços turísticos.
Cultura	Este tema está vinculado às atividades de cunho cultural da cidade: administrando equipamentos culturais (teatros, museus e outros), desenvolvendo atividades de descentralização da cultura (Programa Cultura Pura Aqui, Oficinas, Festival de Música, Memória dos Bairros, Festas da Cidade, e mais) além de ações, eventos da cultura (Carnaval, Semana de Porto Alegre, Porto Alegre em Cena, e outros).
Juventude	Demandas que contemplem os programas vinculados à SMJ (Ex.: Gurizada Cidadã, Juventude em Foco, Bem-me-quer, Lugar de Criança é na Família e na Escola, e outros) Ações e eventos, Geração de Trabalho e Renda e Comunicação.
Acessibilidade e mobilidade Urbana	Demandas que contemplem os programas vinculados à SEACIS (Ex.: Acessibilidade Arquitetônica, Urbanística, Transporte, Comunicação e Inclusão Social)
Turismo	Este tema trata do apoio, urbanização, reforma, ampliação ou construção: serviços e produtos turísticos; equipamentos turísticos.

Fonte: <http://www.portoalegre.rs.gov.br/op_prestacao/acomp.asp>

Elaborado pela autora.

Após o levantamento das demandas e agrupamento em temáticas, observamos que, para dar conta de demonstrar os equipamentos urbanos conquistados, ainda seria necessário um reagrupamento entre as temáticas mais próximas. Assim, por exemplo, foram reagrupados o saneamento (drenagem e dragagem) e saneamento básico (água e esgoto) em apenas uma categoria: saneamento. Para a construção de gráficos e tabelas abordando os equipamentos urbanos conquistados pela Restinga foi utilizado o programa Excel, versão 2003.

Além disso, para a localização e visualização dos equipamentos públicos conquistados no espaço do bairro foram elaborados mapas, através de bases cartográficas obtidas da série

geoprocessamento do Laboratório de Biociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, além de *shape file* gentilmente cedidos por Nola Gamalho.

É importante destacar que a história do OP aqui relatada pertence a um grupo de lideranças do bairro, portanto está relacionada com as experiências que este grupo vivenciou ao participar do OP na Restinga. O período de participação da maioria das lideranças está concentrado principalmente entre os anos da década de 1990 a 2010.

Portanto, nesse período abordado temos 16 anos de administração do PT (1990-2005); em 2005 iniciou a gestão do Partido Popular Socialista (PPS) que tinha como prefeito José Fogaça, o qual inicialmente era do Partido Popular Socialista (PPS), retornando, posteriormente, ao seu antigo partido, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Esta gestão durou de 2005 a 2010 e, atualmente, o município de Porto Alegre é governado pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), tendo como prefeito José Fortunati.

Os resultados apresentados na próxima sessão do texto foram obtidos através da análise de conteúdo das narrativas e do levantamento de dados retirados do *website* da prefeitura de Porto Alegre.

5.1 MEMÓRIAS DO OP NA RESTINGA – TRANSFORMANDO ESPAÇO E SUJEITOS

A partir de 1997, a Restinga passa a formar uma única região do OP, antes disso o bairro fazia parte da Região Extremo Sul. A história que contaremos aqui é o resultado da análise das narrativas e corresponde à primeira etapa do ciclo preparatório do OP de Porto Alegre.

Nas reuniões preparatórias, as quais são realizadas em diferentes locais do bairro, são decididas as demandas e são indicados os delegados para a participação na assembleia geral que acontece no CECORES. Essa assembleia é chamada de plenário pelas lideranças. No plenário são hierarquizadas as demandas de cada região e são definidos os delegados e os conselheiros da região.

Para nossos narradores, nos últimos anos o OP tornou-se a principal via de conquista de equipamentos urbanos na Restinga. Conforme as falas das lideranças: *...eu tenho outros mecanismos para conseguir coisas para comunidade, o OP não é um mecanismo só, o OP é uma porta, é uma das portas principal... (Vitor, fev.2012);. Naquela época o OP era o ponto*

de encontro não para discutir, mas também para mobilizar, tinha que ir lá para dar conta... (Paula, fev.2012),

... nos chegávamos no Orçamento nos debatíamos, organizávamos, as pessoas levavam para Orçamento ansiedade, não ter moradia, não ter saneamento, de não ter saúde, então era para lá que todos levavam as suas ansiedades, mesmo que tivesse discutido na comunidade pronto as suas prioridades, mas lá ainda tinha discussão porque agente sabia quando chegasse lá, agente ia brigar, brigar no sentido de debater, de ir para outro, em relação as prioridades que a comunidade tinha...(Cíntia, fev.2012).

... Quando começou o orçamento participativo em 1991 nos tivemos um começo de melhorias, como diz o ditado, o governo não tem uma bola de cristal para saber onde tem que aplicar as melhorias, o que acontecia, foi se criado o orçamento participativo, o pessoal, o pessoal começava a discutir, quem precisava mais a Resting...(Fernando, fev.2012).

Um dos fatores que contribui para que o OP pudesse tornar-se esta via de conquista de equipamentos urbanos na Restinga foi a crença das pessoas na iniciativa, além da entrega das demandas. Segundo as lideranças: *...naquele tempo a participação popular era muito grande. E as pessoas acreditavam no OP; podia demorar, mas nos tínhamos esperança de sair. (Fabiola, fev.2011).*

Contudo, para a conquista de equipamentos públicos através do OP é necessário demandar no plenário. O ato de demandar apresentou-se como um processo que envolve diferentes dimensões dentro do bairro, pois esse processo não consiste em apenas apontar as necessidades da Restinga. A figura 25, a seguir, resume as etapas do processo de demandar, o qual será explicado em seguida no texto.

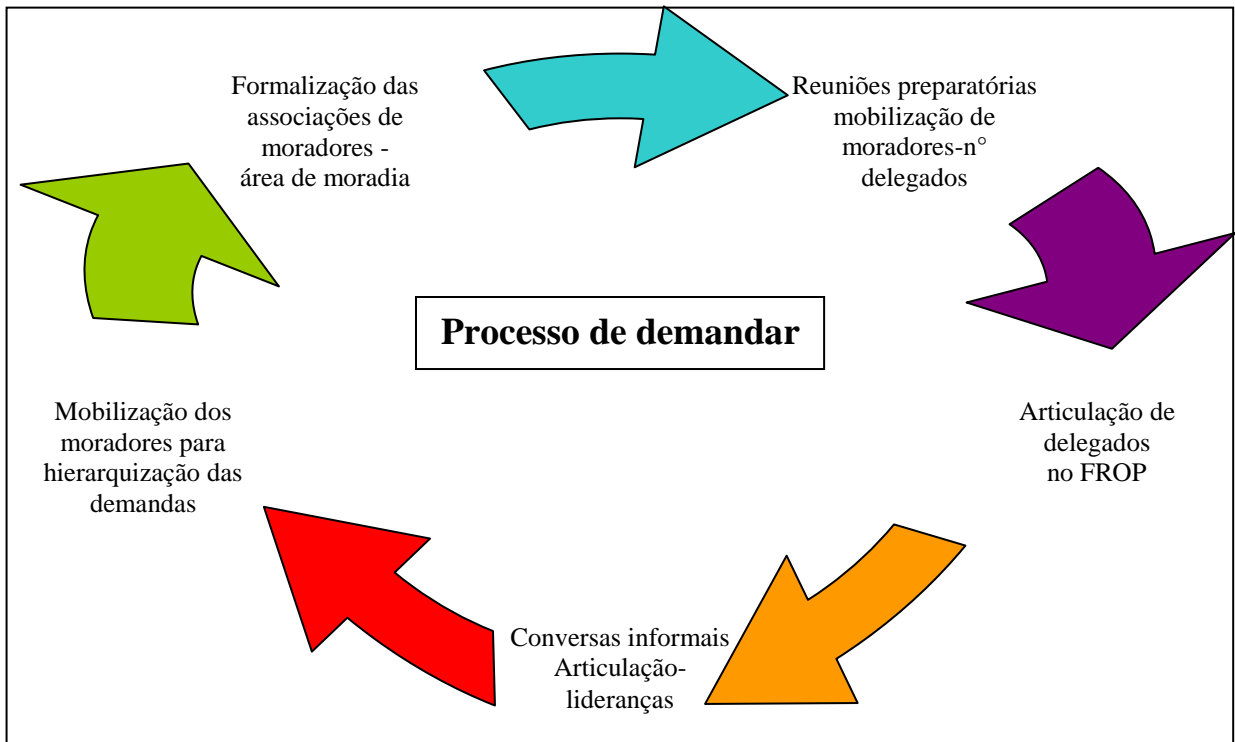


Figura 14 - Processo de demandar
 Fonte: Narrativas das lideranças comunitárias da Restinga
 Elaborado pela autora.

Primeiramente, ficou evidente a necessidade de formalização das associações de moradores, fato que pode ser verificado através das palavras de Tatiana:

...se tu não tem uma associação toda estruturada, tu não pode entrar no OP, mesmo que tu ganhe alguma coisa pelo OP, mas se não ter associação, com CNPJ, tu tem que ter negativa do imposto de renda, negativa da prefeitura, endereço fixo, tem que ter uma eleição com tudo bonitinho, ah, associação se associa na UAMPA (Tatiana, fev.2011).

A formalização não se limita apenas à estruturação da associação de moradores, existem outros critérios para que haja a possibilidade de demandar no OP e ter suas demandas atendidas. A regularização fundiária é essencial para ingressar no OP e através dele conquistar os equipamentos públicos, conforme Carlos: *...começamos a participar do OP, não foi imediato, não foi. O loteamento era irregular e a prefeitura não investe em área irregular (Carlos, fev.2011).*

A segunda etapa do processo de demandar consiste em reuniões nas associações e em outras organizações. Estas reuniões são duplamente importantes, pois através delas os moradores são mobilizados, e quanto maior o número de pessoas presentes, mais delegados aquela associação terá. Assim, a cada 10 pessoas presentes, elege-se um delegado. De acordo

com Carlos: *nossas plenárias ali não eram pouca coisa, nossas plenárias ali eram de 330 pessoas, 200 pessoas, era entupida de gente... (Carlos, fev.2021)*. Ainda segundo Carlos e Tatiana:

... pega toda a tua comunidade, a chácara do banco, cada associação reuni toda a sua comunidade, dali daquela reunião vocês vão tirar todas as obras que vocês precisam, digamos que tu precisa de saneamento, pavimentação, iluminação, por exemplo, desses três uma deve ser prioridade. É prioridade um, dois, três, pode ter quantas tu quiser, mas nos vamos brigar pelas três primeiras, dessas três uma tem que ser prioridade. Então a prioridade daqui, o peso dela, chegava a Hípica, com asfalto, chegava a outra lá, também com asfalto, agente que discutia lá, prioridade da Hípica era asfalto, a nossa era asfalto, assim tinha que ser no voto mesmo, só de nós colocar a prioridade de asfalto, o asfalto já era nosso, não precisamos brigar, era uma demanda nossa, de vocês, nós colocamos a botar peso, 10 para prioridade um, nota 8, 9, assim para outras prioridades, depois somava o total das notas, ai tu montava uma grade, aqui por exemplo, vamos dizer que tenha vinte moradores, eu quero creche, eu quero asfalto, eu quero, saneamento, eu quero asfalto, essa reunião é na associação, hoje vai sair duas ou três prioridades, às vezes por exemplo: todo mundo queria asfalto, mas todo mundo queria na sua rua...(Carlos, fev.2012).

Nas reuniões preparatórias são levantadas as principais demandas para localidade. Na Associação, porque assim, nós temos que ir até o CAR para marcar que vai ter reunião do OP, mas antes disso, nós da Associação já nos reunimos para ver quem vai ser delegado, quem vai ser, quem não quer, sabe, para não ficar uma coisa bagunçada na hora, ai o pessoal do CAR tem que estar junto, o CAR participa junto na Associação para tirar os delegados, ele é obrigado. Porque o é Porque o CAR é a prefeitura no bairro, né... (Tatiana, fev.2012).

O número de delegados é extremamente importante na hierarquização das demandas, pois eles exercem uma grande influência no processo de votação que acontece durante a assembleia geral ou “plenarião”.

Nas reuniões preparatórias não existe um consenso sobre as prioridades para cada localidade do bairro, estas divergências aparecem nas prioridades de cada divisão da Restinga. Assim, em alguns locais a prioridade era o asfaltamento de ruas, em outros a iluminação ou o saneamento, como podemos verificar nas palavras das lideranças:

... É assim. Só que eu fui vendo diferente. Só que outros pediam pavimentação primeira, aí depois saneamento, aí, pois é agora precisamos de esgoto. Aí é sacanagem pavimentação bonita. Aí tu vem e abre uma vala, quando é que vai ficar a mesma coisa, nunca. ah, tu sabe que sou meio curioso em tudo, quando eu vejo uma obra nova, que eu vejo, eu vou ali e pergunto, a gente vai se ligando, é simples, a convivência, no dia a dia tu vai aprendendo isso, entende, por tu ver erros dos outros, que vem fazendo essas burrices, eu não. E a comunidade me apoiou muito nisso, porque tinha

gente que dizia pede afastado, até porque no início nos tínhamos o problema da regularização do loteamento, era complicado, aí veio o saneamento pronto e depois a pavimentação, pode olhar, a nossa comunidade aqui é que tem o asfaltamento melhor hoje, por esse trabalho que a gente fez, nós fomos priorizando por etapas para não ter que voltar depois (Carlos, fev. 2011)

Outro local importante para tomada de decisões é o Fórum de Delegados (FROP), que acontece todas as semanas no Centro Administrativo Regional (CAR). Neste encontro os delegados têm a oportunidade de discutir as demandas de diferentes lugares do bairro e estabelecer as prioridades para a Restinga como um todo.

...as decisões são tiradas antes no CAR, nas reuniões. O CAR é tipo uma subprefeitura, tem responsável lá no CAR, tem tudo lá no CAR. Os pedidos que tu precisa fazer de concerto, não sai aqui do CAR, isso problema aqui do CAR também, fica lá, embasbacado, não sai. Na nossa época tinha reunião de segunda a sexta, era mais delegado, como eu participava de todas (Tatiana, fev.2012)

No FROP, pois nas suas reuniões os delegados também podem convencer seus pares da importância das demandas para aqueles locais, muitas vezes todos os delegados entram em um consenso e estabelecem prioridades para o bairro como um todo.

... Fórum dos Delegados da região, é onde cada comunidade leva suas demandas para lá, e lá começa a discussão e quem vai levar a fatia do bolo, (o processo é simples para quem tá dentro) era mais difícil dentro da comunidade, porque eram todos os moradores, a gente tem que argumentar, mas a gente tem que ter conhecimento, porque que vinha o conselheiro? Vinha o presidente e um conselheiro na região, um pessoal da prefeitura, (Carlos: quando era conselheiro e presidente eu trazia outra pessoa, aqui era presidente e não era conselheiro) aí vem o conhecimento da parte técnica porque não vão priorizar uma obra Y e não a X, porque a X esta assim e assado, porque ali passava o ônibus, porque passa mais gente, porque tem ligação com a rua tal, pra ti entender que é melhor asfaltar aquela rua hoje... (Cíntia, fev.2012).

... é claro que quando íamos para FROP a gente defendia as nossas demandas, mas se a gente soubesse que outra comunidade precisava muito mais e tava dentro dos critérios, então vinha aquele negócio assim, esse ano vamos votar, tanto que às vezes tinha prioridade, que nos já sabíamos para o ano que vem que agente já ia votar para tal comunidade porque ela já tinha levado, aí vem aquilo que tu tava falando de tu confiar na pessoa que na próxima votação, a pessoa vai votar, isso que mudava delegado, mas agente sabia que no outro ano os cabeças iam tá ali...(Cíntia, fev.2012).

... Desses trinta delegados, se tu quer pavimentação eu te apoio na pavimentação e eu te apoio no saneamento e tu vai ter 30 votos para tua pavimentação, isso não é pouco, dentro de um Fórum de Delegados, nós nos

organizávamos nós queremos isso, isso e isso, o resto não nos interessa hoje (Carlos, fev.2011)

As demandas que são apontadas nos canais formais, ou seja, nas reuniões preparatórias, no FROP e no “plenarião”, não são decididas apenas nestes espaços. As decisões são tomadas através de conversas informais entre as lideranças do bairro. É possível observar estas articulações através dos seguintes relatos: ... *a gente pegava e entrava em acordo com o pessoal da Chácara do Banco, para nós pedirmos a mesma coisa e poder ganhar...* (Tatiana, fev.2012)

[No] OP se juntavam várias associações, aí o que a gente negociava, porque às vezes tinha 300 metros de calçamento, mas tinha uma outra avenida, mas só que tinha uma outra associação que precisava desses trezentos metros. Ou tinha outra coisa que servia para ela duas lideranças muito importantes andavam muito juntos porque sabiam negociar, nos conseguimos o R3 – Restinga Rápida... (Fabiola, fev.2011).

Na decisão das demandas, a população do bairro é extremamente importante, sem ela não poderiam ser identificadas as principais necessidades de equipamentos urbanos da Restinga. Na assembleia geral, a comunidade hierarquiza as demandas e discute as necessidades locais, tem a oportunidade de pensar sobre o espaço e nestas plenárias são retiradas as quatro principais demandas.

As primeiras demandas do OP na Restinga estavam centradas, principalmente, no asfaltamento de ruas, iluminação pública, saneamento e moradia, tal como nossos entrevistados descrevem a seguir:

... O que acontece com o orçamento, a comunidade decide o que é prioridade, vamos priorizar: construir uma escola, vamos priorizar, quando o Olívio veio a ser prefeito de Porto Alegre muita gente demandava asfalto porque nas vilas não tinha infraestrutura e ninguém se dava conta. Pode ser que isso virou politicagem, mas o Olívio entrou nas vilas de POA e viu o que realmente as vilas não tinham asfalto, não tinham luz, não tinham esgoto (Carla, jan.2011).

.... Para vocês terem uma ideia que ganhou todinho o saneamento de uma vez só, foi a Chácara do Banco, aqui da região nenhuma comunidade ganhou a quantidade de saneamento que nós ganhamos, num ano, num PI que é Plano de Investimentos, é deu nada menos que 9.000 e poucos metros, nos ganhamos tudo de uma vez só (Carlos, fev. 2011)

... E a gente conseguiu pavimentar isso daqui (Avenida ver nome). O lado de cima dessa avenida. Conseguimos pelo orçamento isso daí. Nós negociávamos, nós conseguimos 500 metros de pavimentação, nós negociávamos com outra associação para fecharmos tudo. E na próxima ia

para eles. Nós chegávamos pela necessidade, o (uma liderança) ia visitar as comunidades... (grifo da autora, Tatiana, fev.2011)

As narrativas acima são complementadas pelos dados obtidos através de levantamento no *website* da Prefeitura de Porto Alegre, seção Acompanhamento de obras OP. Através dos dados do *website* podemos confirmar que as principais demandas foram por pavimentação e saneamento.

É importante ressaltar alguns problemas que encontramos no levantamento de dados no *website* da prefeitura de Porto Alegre. O primeiro problema que enfrentamos foi que algumas demandas não estão localizadas dentro do bairro, portanto, é impossível saber em que vila do bairro foram realizadas. Diante deste problema, as demandas sem localização foram classificadas no bairro Restinga como um todo.

O segundo problema encontrado diz respeito à falta de explicação sobre o que seria cada uma das demandas, o que elas englobam. Por exemplo: o que é urbanização? É água, luz, abertura de ruas? Ou seja, não existem especificações para cada uma das temáticas, somente os critérios técnicos para elas sejam realizadas no bairro.

O terceiro problema está relacionado à temporalidade das obras, pois não existem informações sobre o ano em que a demanda foi apontada pela população, somente o ano no qual ela foi entregue. Portanto, não podemos ter a exatidão sobre o ano em que ela foi apontada pelo bairro. Isso impossibilita saber, por exemplo, se foram demandas apontadas durante a administração do PT e entregues em outra administração.

Outro problema encontrado diz respeito à Prefeitura de Porto Alegre, pois atualmente não existe nenhum acervo centralizado sobre a memória do OP na cidade e nos bairros.

Apesar dos problemas encontrados no levantamento dos dados disponibilizados pela Prefeitura de Porto Alegre, nos concentramos nas informações que eles oferecem. As demandas foram agrupadas em temáticas. Para a construção dos gráficos, obedecemos aos seguintes padrões: a temática distribuída nas vilas que formam a Restinga, distribuição das temáticas nos anos que foram concluídas e a temática na Restinga como um todo.

No gráfico 1 e na figura 15 (mapa das obras de saneamento) - Temática: Saneamento, podemos observar as demandas conquistadas na temática do saneamento nas vilas da Restinga. No gráfico 100% correspondem a cada um dos tipos de obras realizadas dentro da temática saneamento, por exemplo: na unidade do bairro chamada de Cabriúva, foi realizada a cobertura de canal, a qual corresponde a 100%. Contudo, é possível concluir através do

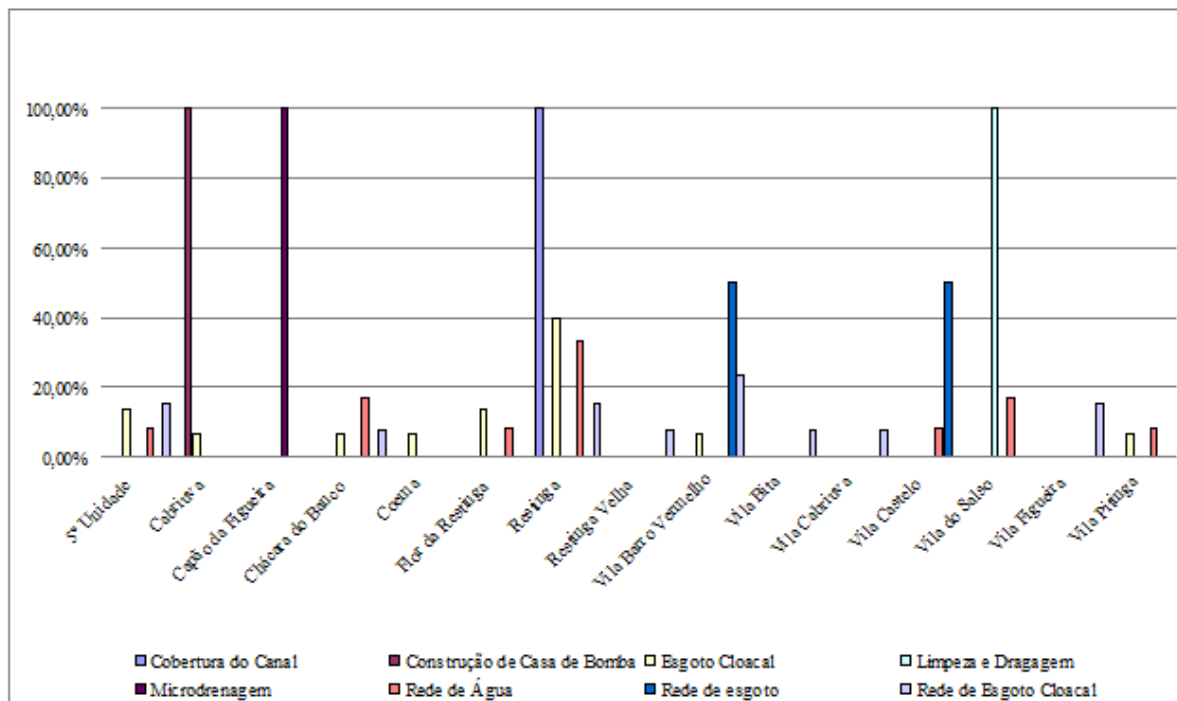
gráfico que as principais obras realizadas dentro desta temática são: a construção de rede de esgoto, de rede de esgoto cloacal e rede água.

Na figura 15 observamos que a concentração de obras se dá na parte do bairro chamada pelos moradores de Restinga Velha, esta parte do bairro caracteriza-se pelo tipo de ocupação, pois recebeu principalmente remoções do centro da cidade e caracterizava-se pela falta de equipamentos urbanos. No mapa podemos observar que o espaço do bairro que recebeu mais obras dentro da temática saneamento foi a Restinga Velha.

A Chácara do Banco, por exemplo, foi contemplada de uma vez só com todo o saneamento para vila, pois priorizou como demanda esta temática nos anos de 1996 e 1997. De acordo com Carlos:

... um ano, nos conseguimos o saneamento pelo DMAE, porque todo mundo queria acabar com a poeira dentro de casa e nós não, só que esqueciam do saneamento, poeira tinha e tinha barro também aqui era parte baixa, mas era importante saneamento primeiro e como nós... aqui da região nenhuma comunidade ganhou a quantidade de saneamento que nós ganhamos, num ano, num PI que é Plano de Investimentos, é deu nada menos que 9.000 e poucos metros, nos ganhamos tudo de uma vez só...(Carlos, fev.2012).

Gráfico 01: Gráfico 1- Obras da Temática de Saneamento

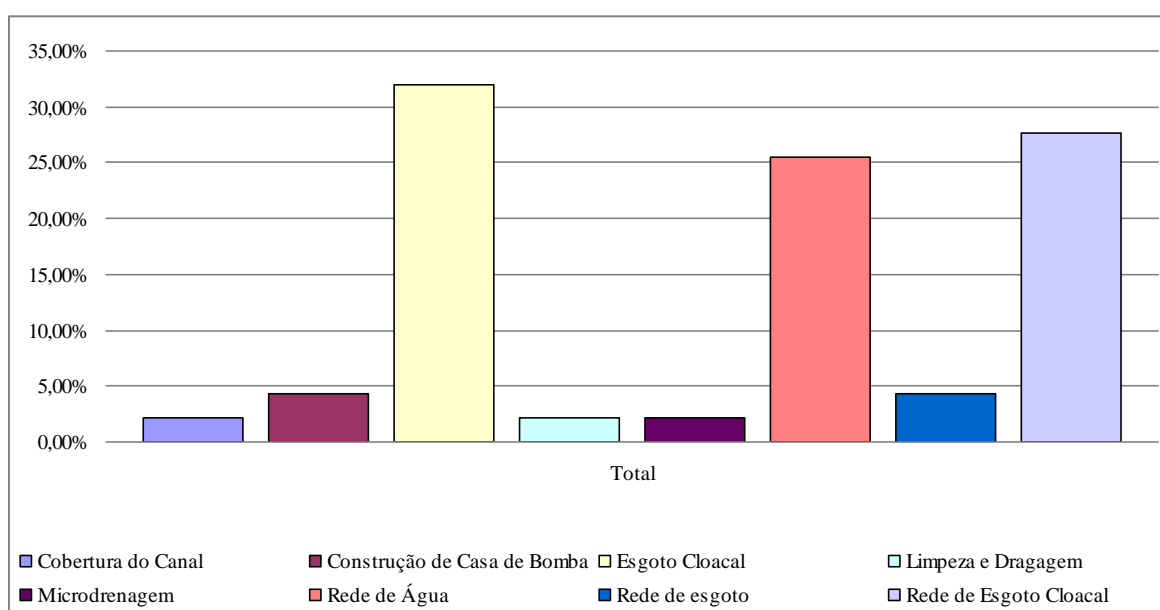


Fonte: <http://www.portoalegre.rs.gov.br/op_prestacao/acomp>
Elaborado pela autora.

É necessário fazer uma correção em relação às informações contidas na narrativa. Através da análise dos dados do *website* da Prefeitura de Porto Alegre, chegamos ao número de 3.000 metros de rede de esgoto cloacal ao invés de 9.000 metros, como apontado por Carlos.

No Gráfico 2, podemos observar, na Restinga como um todo, quais foram as demandas conquistadas dentro da temática saneamento. É possível observar que, dos 100% de saneamento, mais de 30% estão concentrados em esgoto cloacal e 25% em rede de água.

Gráfico 2 – Obras do OP relacionadas à temática saneamento - Restinga (1990-2010)



Fonte: <http://www.portoalegre.rs.gov.br/op_prestacao/acomp>
Elaborado pela autora.

Obras da Temática de Saneamento (1990 - 2010)

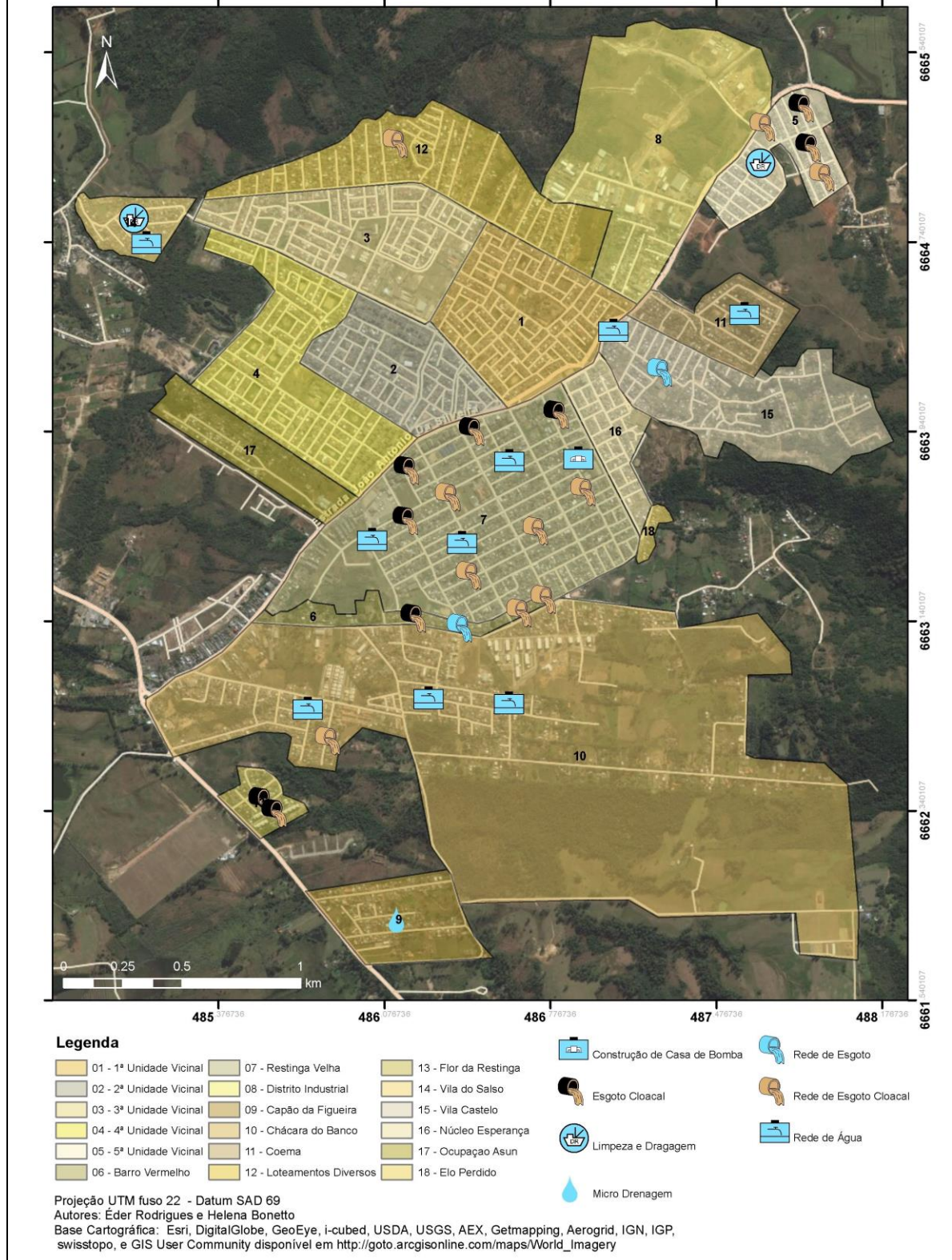
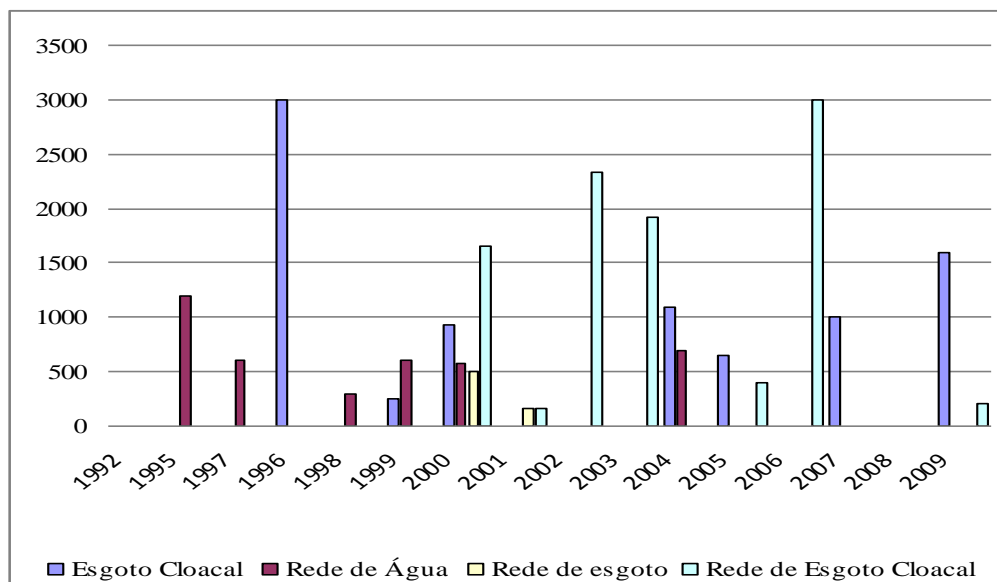


Figura 15: Obras Temática de Saneamento

Fonte: Fonte: <http://www.portoalegre.rs.gov.br/op_prestacao/acomp>

A distribuição da temática – saneamento, em metros, no período de 1990-2010 (Gráfico 3), tem uma concentração de esgoto cloacal no ano de 1996 e de rede de esgoto no ano 2007. Esse período corresponde a duas administrações de partidos diferentes em Porto Alegre, PT e PPS.

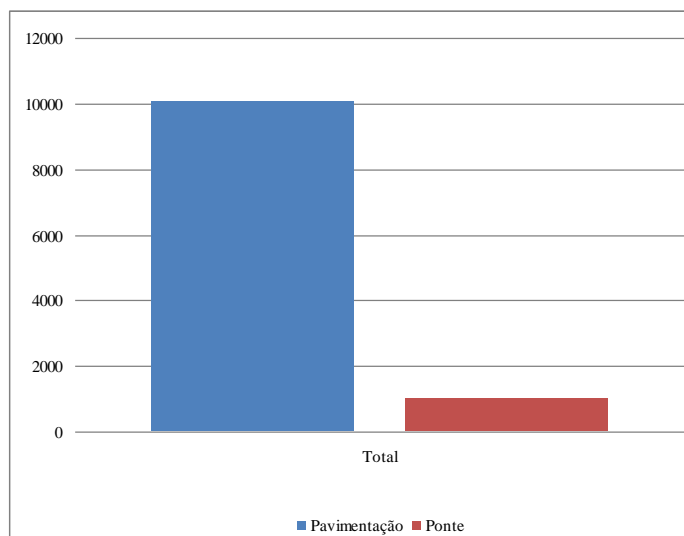
Gráfico 3 – Obras relacionadas à temática saneamento em metros por ano (1990-2010)



Fonte: <http://www.portoalegre.rs.gov.br/op_prestacao/acomp>
Elaborado pela autora.

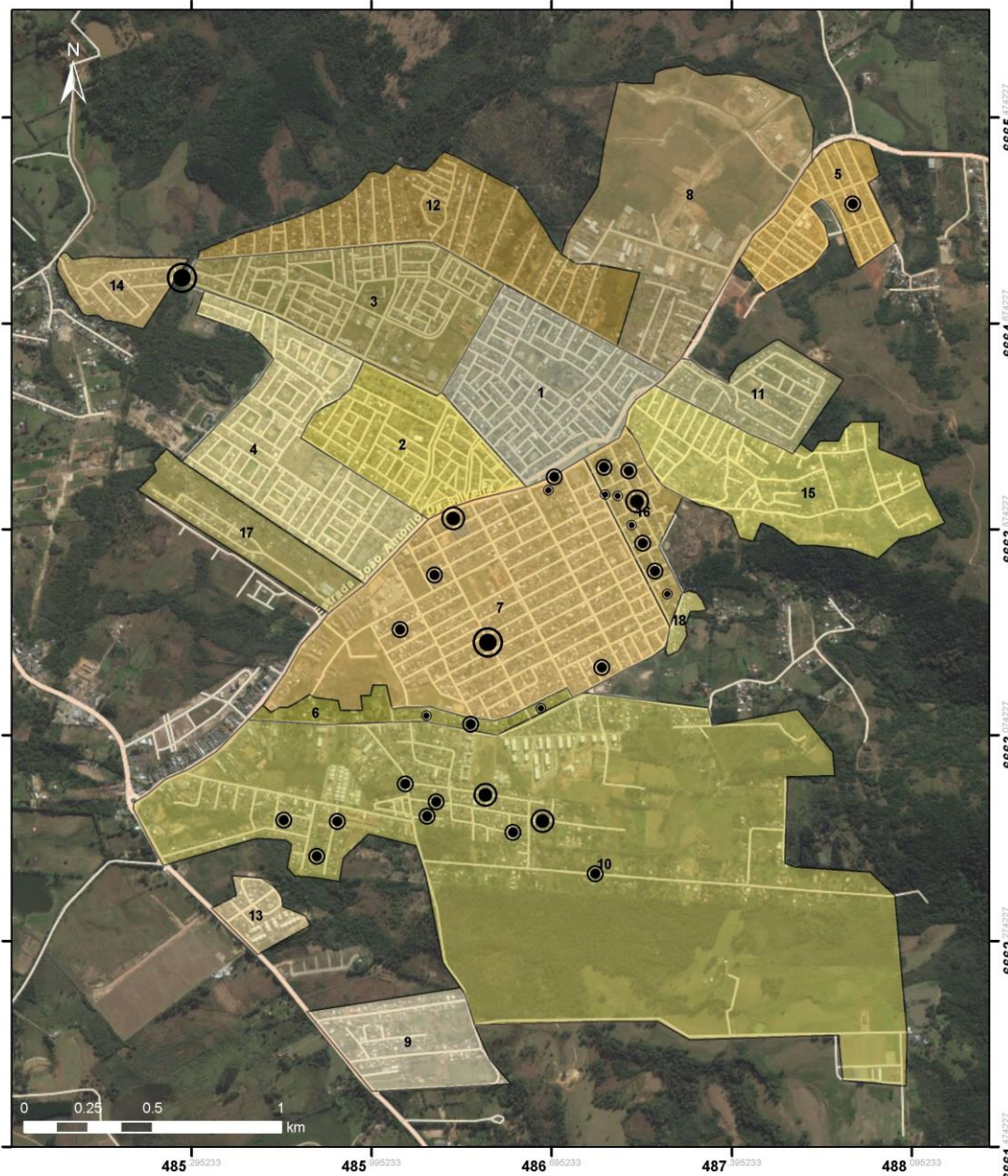
Mas, um dos equipamentos urbanos que mais nos chamou atenção é a pavimentação de ruas. Podemos verificar que durante o período de 1990-2010 foram pavimentados 10.000 de metros em todo o bairro (Gráfico 4)

Gráfico 4 – Temática: Pavimentação em metros na Restinga (1990-2010)



Fonte: <http://www.portoalegre.rs.gov.br/op_prestacao/acomp>
Elaborado pela autora

Obras da Temática de Pavimentação (1990 - 2010)



Legenda

01 - 1ª Unidade Vicinal	07 - Restinga Velha	13 - Flor da Restinga
02 - 2ª Unidade Vicinal	08 - Distrito Industrial	14 - Vila do Salso
03 - 3ª Unidade Vicinal	09 - Capão da Figueira	15 - Vila Castelo
04 - 4ª Unidade Vicinal	10 - Chácara do Banco	16 - Núcleo Esperança
05 - 5ª Unidade Vicinal	11 - Coema	17 - Ocupação Asun
06 - Barro Vermelho	12 - Loteamentos Diversos	18 - Elo Perdido

Obras de Pavimentação - Quantidade (m)

●	66 - 180
●	190 - 400
●	530 - 650
●	1000 - 1200

Projeção UTM fuso 22 - Datum SAD 69

Autores: Éder Rodrigues e Helena Bonetto

Base Cartográfica: Esri, DigitalGlobe, GeoEye, i-cubed, USDA, USGS, AEX, Getmapping, Aerogrid, IGN, IGP, swisstopo, e GIS User Community disponível em http://goto.arcgisonline.com/maps/World_Imagery

Figura 16- Obras da Temática de Pavimentação
 Fonte: <http://www.portoalegre.rs.gov.br/op_prestacao/acomp>

Na figura 16 observamos a pavimentação distribuída nas divisões bairro, a partir da construção do mapa novamente podemos visualizar que a pavimentação esta concentrada na Restinga Velha, tendo um maior adensamento na Chácara do Banco e no Núcleo Esperança, através do mapa é possível verificar que boa parte das ruas da Restinga antes do OP não possuía pavimentação.

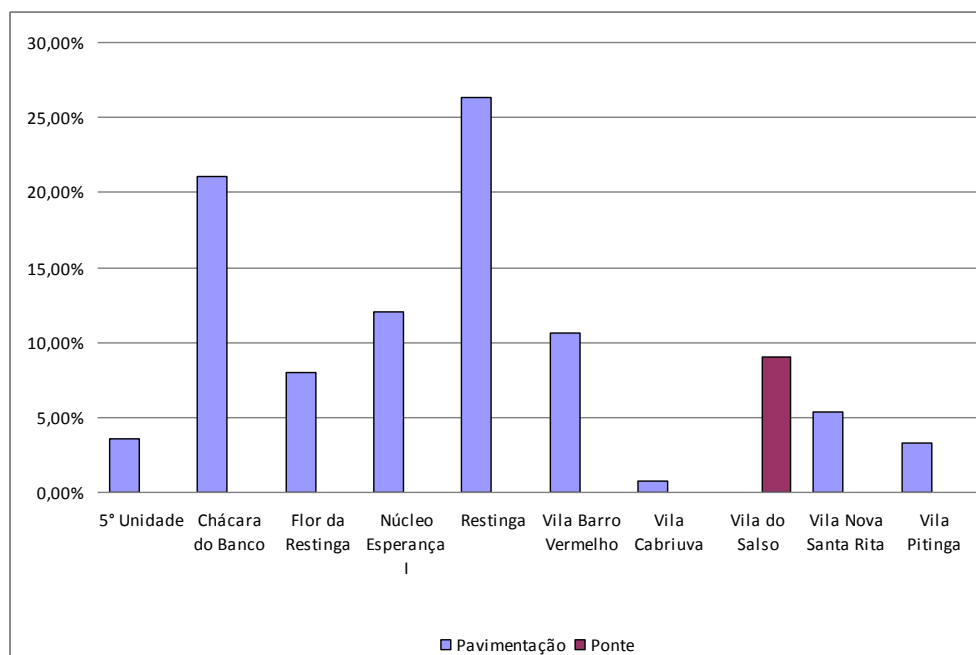
Os dados apresentados acima complementam as narrativas, pois uma das principais demandas apontadas é a pavimentação de ruas por todo o bairro. Conforme Ana e Paula:

... a gente começou a se organizar, a gente queria melhorias, queria pavimentação...(Ana, fev.2012). E a gente conseguia as coisas através da votação, né e aí onde que saiu a primeira pavimentação foi toda da Luís Francisco Zanella, foi feito em duas etapas. O ano assim a data eu não tô lembrada, depois com tempo eu passo pra vocês e depois terminou a Luís Francisco Zanella que foi né ela fez toda volta que vai termina lá na sinaleira que fecha a Antonio da Silveira depois aí começou, o outro ano a gente começou aqui, porque a nossa pavimentação é de um ano pro outro ,a gente conquistava num ano eles começava no outro ano terminava aquela a gente já tinha conseguido no orçamento.. (Ana, fev.2012).

... A estrada do barro vermelho mesmo foi na gestão de noventa que foi asfaltado. Asfaltamento pelo OP. Até lembro que era o Tarso Genro que era prefeito. Foi o Olívio depois. Era barro mesmo. Imagina todo mundo vinha, o barro vermelho. Era o ônibus não podiam passar porque não tinha asfalto. Tudo era porque o barro vermelho era barro vermelho. Nós fomos em peso para conseguir tudo aquilo...(Paula, fev.2012)

Outra demanda importante que foi conquistada é a ponte que liga a Avenida Econ. Nilo Wuff e a Vila do Salso e dá acesso à Estrada Costa Gama. De acordo com Márcia: *...outra coisa que foi muito importante foi essa ponte do salso (Márcia, jan.2012).* No Gráfico 5, podemos observar a pavimentação por vilas da Restinga:

Gráfico 5 – Temática: Pavimentação por Metros nas Vilas da Restinga (1990-2010)



Fonte: <http://www.portoalegre.rs.gov.br/op_prestacao/acomp>
Elaborado pela autora

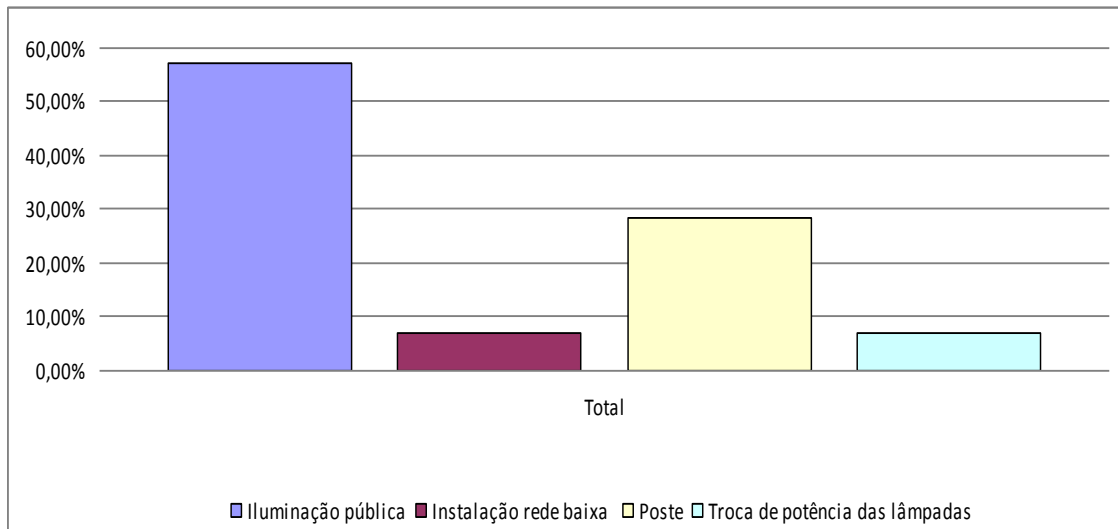
O gráfico converge com os dados obtidos através das narrativas, tais como: a pavimentação da Vila Chácara do Banco foi toda conquistada através do OP. No Gráfico 5, podemos observar que dos 100% de pavimentação, mais de 20% estão concentrados na Chácara do Banco.

Os dados também corroboram as informações sobre a participação das associações de moradores, pois nas narrativas as principais associações do período analisado são a Associação de Moradores Chácara do Banco e a Associação de Moradores Núcleo Esperança I: *... o núcleo esperança era o único que era organizado, era o núcleo esperança e Chácara do Banco. Mas, como o nosso era mais centralizado, ela tinha muita participação e tinha muita influência...* (Tatiana, fev.2012.)

Podemos verificar a participação destas associações pelas demandas conquistadas, por exemplo: se excluirmos a Restinga do Gráfico 5, (lembrando que fomos obrigados a localizar as demandas na Restinga por falta de informação sobre o local), a segunda vila que conquistou mais pavimentação foi o Núcleo Esperança I.

Contudo, no levantamento realizado, diferentemente de outros estudos sobre o OP ou do que se costuma repetir no senso comum, a temática da iluminação pública não se apresentou tão expressiva em comparação com outras temáticas, na região Restinga. Vejamos o Gráfico 6 – Temática Iluminação Pública:

Gráfico 6 – Temática Iluminação Pública (1990-2010)



Fonte: <http://www.portoalegre.rs.gov.br/op_prestacao/acomp>
Elaborado pela autora.

Observamos no gráfico acima que o 100% equivale ao total das especificidades da temática de iluminação no período de 1990-210 (são elas iluminação pública – instalação de rede baixa – postes e troca de potências das lâmpadas). Destes 100%, a iluminação pública 57,14% o que corresponde a implantação de novos pontos em ruas, avenidas, praças, parques e outros espaços públicos. A colocação de postes corresponde a 28,57% e o restante 14,28% são correspondentes a instalação de rede baixa e troca de lâmpadas.

Os narradores destacam a importância da conquista destes equipamentos públicos para ter a garantia de outros equipamentos e serviços públicos, tais como: atendimento médico de emergência realizado por ambulâncias e transporte público. Além disso, a iluminação pública está relacionada a outros fatores, tais como: a diminuição da criminalidade e dos perigos eventuais que podem acometer os moradores da Restinga. As lideranças dizem claramente que a iluminação pública conquistada pelo OP diminui a atuação de criminosos e do tráfico em determinados locais da Restinga.

...dinheiro era pouco, então muitas vezes numa rua ele (Olívio) colocava três postes com luz. Uma esquina, um no meio e outra na esquina. Aquilo já dava uma baita visibilidade e diminuía bastante a questão da criminalidade, que ninguém se liga, a onde entra o governo, entra infraestrutura e a criminalidade diminui, então muita gente demandava asfalto... (Carla, jan.2011).

Apesar do destaque dado para a temática habitação durante as narrativas, inclusive com conquistas de áreas para moradia significativas através do OP, parte de uma ocupação, que era chamada de Unidão, foi transferida para a 5ª unidade por demanda conquistada através do OP. Segundo Carla:

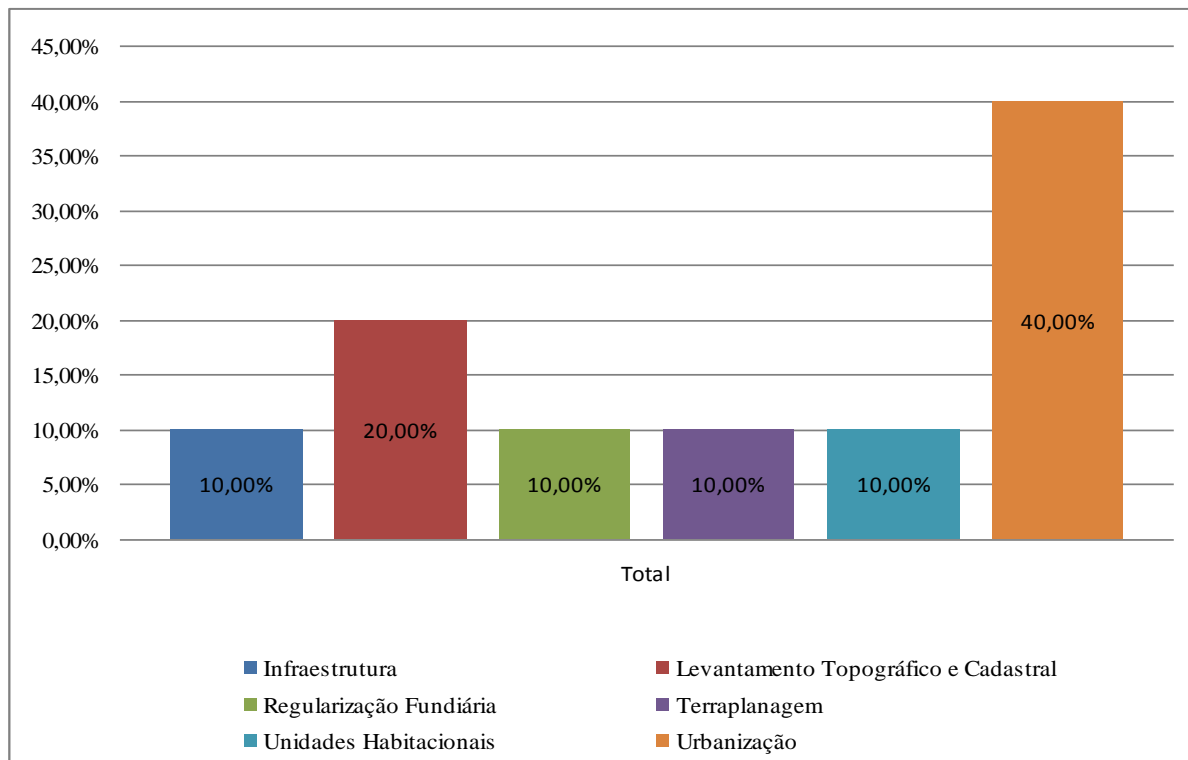
... Aí quando o movimento de luta pela moradia viu a demanda das pessoas dentro da própria Restinga era imensa, muitas pessoas não tinham onde morar e que o governo alegava que não se interessava em fazer novas moradias, começou a brigar dentro do OP porque o governo alegava que não tinha verba para fazer a infraestrutura (água, luz, esgoto) e realmente só tinha para fazer o lote sem a casa. Então naquela época o que me levou a entrar no OP foi o movimento pela luta da moradia que queriam ter suas casas, colocar delegar e aí botar no plano de investimento (PI) em todo o bairro a habitação... (Carla, jan.2012)

Contudo, verificou-se, através da análise dos dados disponibilizados pela prefeitura, que assim como a iluminação pública, a moradia também não era uma demanda expressiva do bairro.

No Gráfico 7 - Temática: Habitação (1990-2010) neste gráfico 100% equivale ao total das especificidades desta temática (Quadro 3), assim neste período são 40% em urbanização, sendo que apenas 10% equivalem a unidades habitacionais. Tendo em vista que correspondem em números absolutos: 139 unidades habitacionais, entregues em 1997 na Restinga.

Embora durante o trabalho de campo observou-se o MNLM fortemente organizado dentro da Restinga, a ponto de, na assembléia geral do OP de 2011, mobilizar um boicote à não participação popular naquele evento. Conforme Fabíola: *... Nós vimos na última assembléia que teve aqui no plenarião, o movimento de luta pela moradia negou-se a participar.... (Fabíola, fev.2011).*

Gráfico 7 – Temática: Habitação (1990-2010)



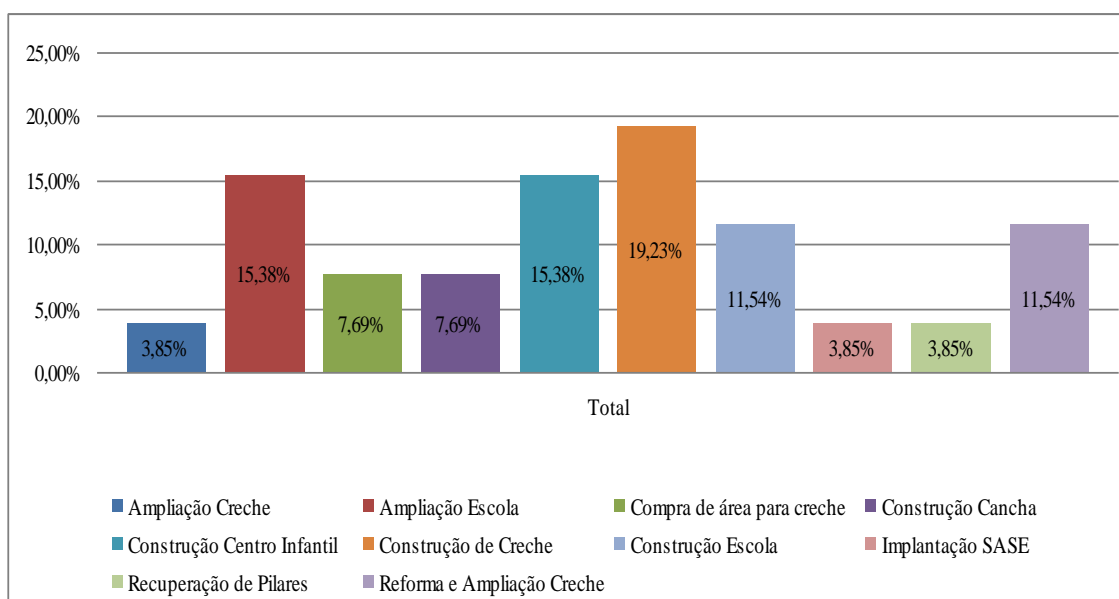
Fonte: <http://www.portoalegre.rs.gov.br/op_prestacao/acomp>
Elaborado pela autora.

Na análise dos dados sobre as demandas entregues no bairro, é possível observar que no Gráfico 8 - Temática: Educação (1990-2010), a maior parte das demandas conquistadas dividem-se em 30,77% de ampliação e reforma de escolas e creches; e 19,23% de construção de creches no bairro. Cabe destacar que as escolas construídas são de ensino fundamental.

Os relatos de conquistas de creches pelo bairro são inúmeros. De acordo com Fabíola: *...a gente conseguiu ônibus, consegui posto de saúde, creche...* (Fabíola, fev.2011). No mesmo sentido, Tatiana afirma que:

... nós conseguimos uma creche para 120 crianças e com refeitório, foi conseguindo, só que tem que ter reunião sempre periodicamente pra ir, quando entrei na associação sempre tinha alguém para representar, no momento que mudou a direção ninguém mais participou, sabe, quando tinha reunião, ninguém ia, o que fizeram, ninguém apareceu numa reunião lá, a creche ficou para 80 crianças não ficou mais para 120... (Tatiana, fev.2011)

Gráfico 8 – Temática: Educação (1990-2010)



Fonte: <http://www.portoalegre.rs.gov.br/op_prestacao/acomp>
Elaborado pela autora.

Para além do gráfico, verificamos nas narrativas que houve muitos problemas com as demandas dentro desta temática. São recorrentes os relatos de que as demandas foram conquistadas em determinado ano e demoraram mais de cinco anos para serem entregues. O caso mais complicado dentro dessa temática foi o da Escola Nossa Senhora do Carmo, que foi demanda pela 5ª Unidade no ano 2000.

A história da Escola de Ensino Fundamental Nossa Senhora do Carmo localizada na 5ª Unidade, revela as contradições existentes no processo do OP. Segundo nossa narradora Paula, a escola foi uma demanda do ano 2000 que foi aprovada e recebeu apoio de todas as lideranças do bairro.

Mas, apesar de ter sido demandada em 2000, a escola foi entregue somente em 2009 para comunidade. Por que tanta demora? As pessoas responsáveis pela execução da obra alegaram que esta demanda já tinha sido entregue e que não havia necessidade de fazê-la, pois ela já estava gravada no Plano de Investimento. Contudo, só haviam sido construídas duas salas de madeira no local, e a associação de moradores da 5ª obrou o cumprimento da demanda na prefeitura, conversou com os técnicos e secretários, organizou até um dossiê para provar que a demanda da escola já existia e encontraram o Plano de Investimentos em que ela estava gravada, o qual havia sido perdido pela prefeitura. Conforme Paula:

... Eu disse - nós vamos fazer um dossiê e eu vou mostrar para o senhor que uma comunidade organizada ela sabe reivindicar. Porque vocês enquanto

governo são tão desorganizados que tu não tem o papel que diga aí que vocês enfiaram não sei aonde essa escola tem que ser construída que foi gravada. ...Encontraram a obra em um PI perdido para mostrar ao representante do governo... Mas se eu não tivesse esfregado o papel na cara deles, eles não iam até o fim dizendo não. Aí a secretária nos recebeu e disse nos vamos chamar uma reunião com a SMOV, também depende muito dessa secretária ela foi muito convicta não vou prometer nada para vocês, eu não quero nem promessa, eu quero que seja cumprido aquilo que foi dito, ta gravado... (Paula, jan.2011)

Somente após inúmeras mobilizações de moradores da 5ª Unidade no OP, das lideranças junto à Prefeitura de Porto Alegre e até mesmo na imprensa local, a escola começou a ser construída, segundo Carla:

... eu não lembro das palavras, mas era sobre a construção da escola. Dito por ela, aí a gente veio aqui para saber que nós vamos apoiar na eleição municipal, que estão tentando nos enrolar, o Fogaça, nós fizemos uma manifestação lá no CECORES no dia da reunião do OP da Região, fizemos cartazes, fizemos um auê, fomos boicotados, o ônibus aqui para quinta para levar o pessoal, lá para... Cadê o ônibus, tava chuviscando, eu tô com mulheres, com crianças, com bunda sentada na escada da escola. Os professores aqui atucanado, consegui levar pai, alunos, a comunidade, e como o ônibus não parou aqui, ele veio para Pitinga, passou reto, porque uma liderança, não sei quem é, mandou passar reto que a quinta unidade não ia participar da reunião, aí ela ligou para a empresa e vieram nos pegar, que a votação não ia começar em quanto a quinta unidade não chegasse... (Carla, jan.2012)

Outros relatos como este são frequentes durante as narrativas, como no caso de ruas que foram demandas e ainda não foram asfaltadas. Segundo Paula:

... É a pessoa que leva tudo, do grupo que dá conta do OP. Se tu vai nas outras regiões também, ah, porque é bom que eu digo isso. E que vocês gravarem. Eu hoje moro aqui na abolição é uma das ruas que ainda não foi asfaltada, todas as outras ruas foram asfaltadas, e quando nós fomos na câmara dos vereadores, porque a gente cumpriu todos os protocolos do OP. Nós colocamos não sei quantos na reunião do centro e a rua não saiu. Parece que é a terceira vez que a comunidade faz esse movimento. Consta na prefeitura que essa rua já foi asfaltada. A abolição vai ficar na história... (Paula, fev.2012)

O posto de saúde do Núcleo Esperança I (Fotografia 13) é outro exemplo da demora e do descaso da prefeitura, pois foi demanda do ano 2002 e somente foi entregue em junho de 2012, após denúncia no Ministério Público:

... na segunda-feira nós inauguramos um posto de saúde que era demanda de 2002, que não foi feito pela prefeitura de bom grado, nós tivemos que

entrar no Ministério Público para poder sair a obra e somente no ano passado... (Eduardo, fev.2012).



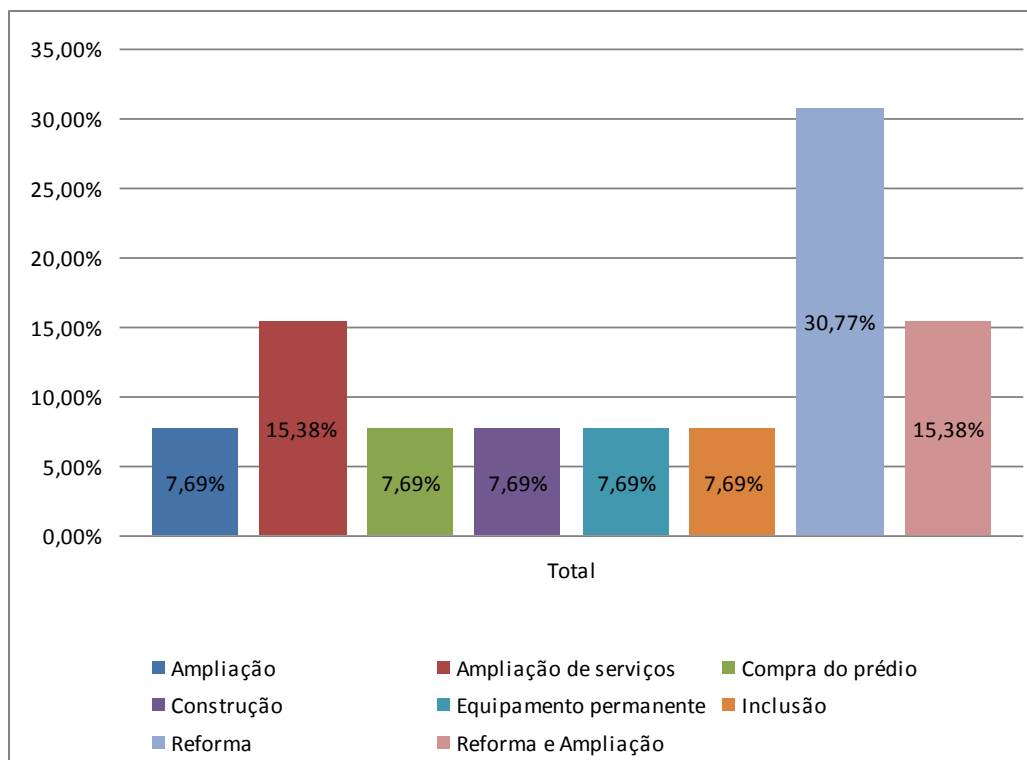
Fotografia 13 - Posto de Saúde Núcleo Esperança I
Fonte: Helena Bonetto (novembro de 2012).

Na temática da saúde observamos, durante as narrativas, o relato de que somente um posto de saúde no núcleo Esperança I foi construído. No Gráfico 9 – Temática: Saúde é possível observar que a maior porcentagem (30,7%) dos investimentos foi realizado em material permanente para as unidades de saúde da Restinga. Nesse sentido, Tatiana afirma:

... E outra briga foi com Carlos, eles ganharam um postinho ali, material cirúrgico se chama permanente, material de posto de saúde é tem que estar sempre repondo, repondo, não pode faltar. O Carlos pegou e disse que o pessoal do beco do cocô disse que não, sabe aqui né, aonde, a Vila do Cocô e a Vila do Salso, que a guria disse de lá que tinha que fazer um adendo, eu disse: não senhor, não tem fazer adendo coisa nenhuma, material cirúrgico e permanente, não senhor, imagina tu quebra uma tesoura e tu vai levar três meses para ganhar uma tesoura. Quer dizer, ninguém faz curativo, ninguém faz nada. Aí mandaram chamar a guria, eu não falei isso, alguém falou, eu disse para ela, se alguém falou, falou errado. Isso não existe, pode até denunciar para Mistério Público que estão se negando a dar material para vocês... (Tatiana, fev.2012).

Segundo o Gráfico 9 – Temática: Saúde (1990-2010), o restante das demandas envolve ampliação e reforma de unidades de saúde já existentes no bairro:

Gráfico 9 – Temática: Saúde



Fonte: <http://www.portoalegre.rs.gov.br/op_prestacao/acomp>
Elaborado pela autora

Após destacarmos as demandas da população da Restinga atendidas no OP, é preciso lembrar que a Restinga ainda necessita de grandes investimentos em equipamentos urbanos, o que possibilitará um bom funcionamento da cidade como um todo. Segundo Tatiana:

... A cultura aqui na Restinga era boa, não tem mais cultura, a semana da Restinga é um fiasco, aquela escola de samba não abre a não ser em época de carnaval. Sabe, ali, é um baita de um espaço, ali podia ser um cinema, nós pedimos pelo orçamento, a gente ganhou, eles não quiseram abrir, acho isso errado, tu vê, aquilo ali é espaço público... (Tatiana, fev.2011)

O levantamento de dados também revelou que algumas temáticas não possuíram demandas ou tiveram apenas uma demanda durante todo o período de 1990-2010, entre elas encontramos: áreas de lazer, esporte e lazer e cultura.

Além disso, os anos que concentram a entrega das demandas de pavimentação, saneamento, educação, iluminação pública e saúde correspondem aos anos da administração do PT. Isso pode ajudar a atender porque as lideranças apontam que, com a entrada da nova administração do PPS, o OP sofreu modificações, enfraqueceu-se e teve menor participação da população.

O período da entrada de um novo partido na gestão de Porto Alegre é destacado pelas lideranças como um momento de profundas transformações no OP. Entre essas transformações, pode-se citar a diminuição da participação da comunidade, conforme Carla e Tatiana: *...pois, já houve muito mais empenho do que hoje em dia, as pessoas meio se esgotaram um pouco, principalmente na troca da prefeitura...(Carla, fev.2012); ...O PT tinha carro de som, o PT tinha reunião, não tem mais... (Tatiana, fev.2012).* Ainda Paula afirma que:

...as pessoas que estavam no OP não estão mais porque eles mudaram a essência a mudança de governo, da política partidária, eles dizem que não. Tanto que a propaganda do Fogaça era o que tá bom fica o que ruim vai fora. Mas, não é assim. Eles mudaram a essência das coisas... (Paula, fev.2012).

Outra transformação destacada pelas lideranças é que as decisões são tomadas na maioria por delegados e conselheiros. De acordo com Paula:

... a comunidade levava as suas demandas, exigia, criticava, entendeu, a gente não concorda, mas de que forma nós vamos fazer juntos de que forma vamos construir juntos? É construir juntos que foi essência do OP. Hoje quem decide é os delegados e os conselheiros. A comunidade vota conforme as orientações antes, se eu falar que 60% da Restinga ninguém mais vai no OP. São as cartas marcadas. Por exemplo, antes chegava a comunidade do Núcleo Esperança I com as sua demanda. Já eu sou do Barro Vermelho com a minha e lá o que é prioridade? De repente o Barro Vermelho tá precisando, a gente se une ali, então tá, tu voto primeiro do Núcleo Esperança, depois a minha. Tinha aquela coisa gostosa de construir juntos. Daí hoje são tudo Joãozinho do passo certo, ai vão lá e voltam aqui..(Paula, fev.2012).

Além disso, segundo as lideranças, há também a participação nas assembleias de pessoas que não moram no bairro, fato denominado pelos moradores de “inchaço do plenário”. Para Paula:

...Eu fiquei sabendo que eles vão se meter em outras regiões por esse inchaço que eles fazem na Restinga. Tu faz uma reunião. (Da onde vêm as outras pessoas?) Vem dos outros núcleos que eles tem politicamente. (ah, mas não tem que comprovar o endereço na hora da Assembléia, teria que ter o título?) identidade, comprovante de endereço, de um tempo para cá a Restinga foi marcada por esse tipo de escândalo... (Paula, fev.2012)

Por fim, as lideranças destacam que o OP mantém-se como um posto de escuta, mas que não resolve mais os problemas do bairro e que também já perdeu credibilidade. Segundo as falas de Paula e Eduardo:

... Eu chegar cansada, eu vou para um a reunião do OP sobre a habitação, a abolição que até hoje não foi asfaltada. Então eles dizem que a senhora fica tranquila que vai dar tudo certo. Tu vira as costas, eles nem sabem aonde apontaram seu endereço, os meus telefones. Entendeu. Então o povo perdeu credibilidade. Não digo só a Restinga. Outras regiões também. Dai se tu não acredita vai fazer o quê? Tu viaja uma hora e dez para chegar aqui pra ir numa região, discutindo, por algo que não adianta, perdeu a credibilidade. Eu estava na associação, no CRAS, fui sempre liderança comunitária... (Paula, fev.2012).

... o OP não é mais participativo, o OP é um posto de escuta. É um posto de escuta para terapia comunitária, tu reclama e volta para casa zerado, bem descansado, achando que botou no papel, é assim que funciona o negócio, é diferente da câmara de vereadores... (Eduardo, mar.2012)

Foi possível observar, ao longo da análise das narrativas e dos dados disponibilizados pela prefeitura, que o OP enfraqueceu-se após o término da gestão do PT. Contudo, é importante lembrar que todos os equipamentos urbanos conquistados pelo OP na Restinga já deveriam estar presentes no bairro sem a mobilização dos moradores, pois é obrigação do Estado oferecer as mínimas condições de infraestrutura para as pessoas viverem na cidade. É sobre esse direito que uma das nossas narradoras nos lembra:

... isso começou a 20 anos, que começa não quem inaugura obra, ninguém se interessa com obra enterrada que não aparece, que ver na Restinga o que mais chama atenção é pavimentação, a rua da escola ta esperando não sei quanto tempo para ser pavimentada, mas nem era para ser demandada, é obrigação da prefeitura em rua cheia de buraco e esgoto a céu aberto, de tempos em tempos nós temos umas revoluções na Restinga em todas as áreas..(Geni, mar.2012)

Apesar das críticas que envolvem o OP, entre elas a que destacamos acima, se faz necessário o reconhecimento da sua importância como instrumento para mobilização, organização e participação popular na Restinga. O envolvimento com OP possibilita o exercício da participação política, o conhecimento e o reconhecimento da Restinga.

Também merece destaque o fato de que o OP cumpre com a sua proposta de inversão de prioridades, pois foi possível observar a transformação do espaço do bairro no período de 1990-2010, através dos gráficos apresentados ao longo do capítulo.

Outro aspecto relacionado ao OP para além de uma via de conquistas de equipamentos urbanos é o seu caráter pedagógico. Nesse sentido, todas as lideranças entrevistadas destacam

que aprenderam a ter voz, a brigar por seus direitos e a exercer sua cidadania após terem a experiência de participação no OP da Restinga, como podemos observar nas falas abaixo:

... Meus direitos, minha cidadania, minhas obrigações, eu sei o que são que tenho que pra cima, que tenho que correr atrás, isso, a participação abre a tua mente, ver o que te dizem é sete um, é muito mais fácil pra tu ir, tu segue reto, não faz um monte de curva. (Geni, mar.2012)

... aprendi os direitos que nós temos de reivindicar, que a gente tem direito a uma educação de qualidade, sim. O OP proporciona isso. A gente conhece o direito da gente, conhece o direito da gente, quando a gente vê o troço errado, tu questiona, tu discute, tu cobra, porque tu sabe dos teus direitos, o governo entendeu isso hoje, por isso é mais fácil pro governo, tu também vai aprender, por exemplo, os direitos mesmo, a questão da escola pedagogicamente, mas a estruturas porque no Brasil...(Carla, jan.2012).

... tu aprende um monte coisa, uma delas eu já sabia que bom tu ouvir as pessoas, não acha que tu sabe mais que as pessoas, eu já sabia, não aprendi, isso vem de casa, mas tu aprende a ver não só teu umbigo assim, saber ver o que tu fazer pelos outros e saber ceder também. Porque dentro do Orçamento, dentro daqui da região, toda a região, eu era o, todo mundo vinha mim, outras todas lideranças para ver o que tinha que fazer ou tinha que ceder, porque tem liderança que não cede nada, eu tinha que chegar lá e fazer ele entender que ele tinha que ceder isso hoje para amanhã ele ganhar outra coisa...(Carlos, fev.2012).

No próximo capítulo, destacaremos a importância da experiência íntima de participação no OP para a transformação das percepções que as lideranças comunitárias da Restinga possuíam antes de se envolverem no OP e após terem essa experiência.

6 UMA BREVE EXPLICAÇÃO SOBRE O HOLOGRAMA ESPACIAL

O holograma espacial consiste em uma técnica de pesquisa qualitativa desenvolvida por Lindón (2007a) para possibilitar a compreensão dos sentidos, da teia de significados e da simbolização atribuída aos lugares através das experiências espaciais dos sujeitos.

Para Lindón (2007b), os hologramas socioespaciais não são simples descrições das experiências espaciais dos sujeitos em determinados locais da cidade, pois buscam compreender e aprender estes lugares em todas as suas dimensões.

Lindón (2007b) destaca que a denominação para este método de pesquisa qualitativa já passou por transformações; foi chamado inicialmente pela autora de holograma sócio-espacial, de hologramas territoriais e atualmente Lindón optou por nomeá-lo de holograma espacial, por partir da concepção em que o espaço inclui o social.

O holograma espacial é uma técnica em aberto e que deve ser adaptada por cada pesquisador, repensando a proposta e adequando-a ao seu estudo. A partir desta afirmação da autora, esta técnica foi adotada para análise dos dados desta investigação, a qual tem como finalidade demonstrar a transformação das percepções das lideranças comunitárias em relação ao espaço do bairro após experienciarem a participação política no OP.

O holograma, para Lindón (2007b), também permite ao pesquisador captar lugares invisíveis ou parcialmente visíveis dentro da cidade, os quais muitas vezes são visíveis apenas para determinados grupos que compartilham experiências íntimas.

É importante salientar que as experiências analisadas neste trabalho foram aquelas que contribuíram para a transformação das percepções das lideranças da Restinga relacionadas com o bairro enquanto lugar em que residem. Para Tuan a experiência envolve diferentes maneiras de apreensão da realidade, tais como: sensações, pensamentos, concepções, emoções que sentimos em determinados espaços e lugares.

Para Tuan, as experiências se constituem através das vivências em determinados espaços e lugares e estão relacionadas diretamente à apreensão humana da realidade. As experiências vivenciadas pelos seres humanos impregnam as percepções que tem ou vão ter do espaço e do lugar. O autor classifica as experiências em indireta/conceitual e direta/íntima.

Apesar de estarmos cientes de que para Tuan o espaço e o lugar são relacionais, nesta pesquisa buscamos centralizar a análise no lugar. O lugar aqui é entendido através das perspectivas teóricas de Yi-Fu Tuan e Alicia Lindón.

Para a construção do holograma, foram realizadas narrativas de vida espaciais, as quais, para Lindón (2012), são importantes ferramentas para a reconstrução das experiências vividas pelos sujeitos, pois ao narrarmos conectamos lugares, atribuímos significados e acessamos os conhecimentos construídos ao longo de nossas vidas, conforme a autora, “El sujeto conecta, asocia y contrasta su espacio de vida presente con otros espacios vividos.” (LINDÓN, p. 21, 2012).

Lindón ainda destaca que as narrativas nos permitem entrar em contato com a espacialidade dos sujeitos a partir da perspectiva de suas experiências. Assim, para a autora as narrativas possibilitam narrativas espaciais. A atribuição de significados aos locais do bairro transforma-o em lugares.

O holograma buscou identificar três momentos nas narrativas das lideranças comunitárias da Restinga. No primeiro momento, identificaram-se as percepções topofílicas/topofóbicas que as lideranças possuíam do bairro a partir das suas experiências indiretas/conceituais ou experiências diretas/íntimas antes de virem morar do bairro e antes de se envolverem no OP.

No segundo momento, analisou-se como a experiência de participação no OP transformou as percepções topofílicas/topofóbicas das lideranças da Restinga. No terceiro momento, buscou-se evidenciar a transformação das percepções topofóbicas/topofílicas do bairro, provocada nas lideranças partir da experiência direta de participação no OP e, ainda, da construção social dos lugares da Restinga visíveis ou parcialmente visíveis.

6.1 HOLOGRAMA ESPACIAL (1º MOMENTO): PERCEPÇÕES TOPOFÍLICAS/TOPOFÓBICAS DAS LIDERANÇAS ANTES DE MORAR NO BAIRRO E ANTES DE PARTICIPAREM DO OP

Antes de iniciar a apresentação da análise dos dados obtidos através das narrativas realizadas com as lideranças comunitárias, acreditamos na importância de apresentá-las, mesmo que seja descrito aqui apenas um breve perfil, tendo em vista a necessidade de manter o sigilo dos nomes e dos locais de moradia dentro da Restinga. O único nome que não foi alterado foi o do narrador Beleza, por ser considerado memória viva da história do bairro.

Nossos narradores são oito mulheres com mais de quarenta anos e com filhos. Das oito mulheres seis possuem o ensino médio completo, uma possui ensino fundamental e outra

ensino superior completo. Os outros seis narradores são homens que também possuem mais de quarenta anos e concluíram o ensino médio.

Dos quatorze entrevistados, oito compraram suas casas; desses oito, somente dois compraram com a intenção de vir morar no bairro, dois compraram para investir e após vieram para o bairro em função de suas ocupações profissionais. Os outros compraram para deixar de pagar aluguel e ressaltaram que era o local onde podiam pagar. Retomarei estas informações ao longo do holograma.

Apesar dos nossos narradores terem vindo morar na Restinga entre as décadas de 1970 e 1990, todos eles afirmaram ter tido algum tipo de experiência conceitual-indireta ou íntima-direta com bairro antes de virem morar nele. Para Tuan (1983), a experiência conceitual-íntima é aquela em que obtemos algum tipo de informação sobre determinados locais da cidade, do país ou do mundo através dos livros, da mídia ou do relato de outras pessoas.

Para Lindón (2012) e Tuan (1980), os sujeitos sociais percebem o local em que vivem a partir das experiências conceituais-indiretas ou íntimas-diretas que vivenciam nele. As percepções iniciais que as lideranças da Restinga tiveram do bairro configuram-se como topofóbicas e foram constituídas através de diferentes tipos de experiências conceituais-indiretas e íntimas-diretas.

A topofobia é entendida a partir de Tuan (1980) e Lindón (2005) como sendo o medo que temos de determinados lugares. Contudo, nas experiências conceituais dos nossos narradores, a topofobia ganha outros significados além do medo, ela aparece também através da atribuição de características negativas ao bairro Restinga.

Entre as experiências conceituais vivenciadas pelas lideranças e que estavam carregadas de características negativas, citamos, por exemplo: **a distância do centro da cidade** – ... *porque sempre ouvia falar coisa da Restinga, porque era longe...*(Fabíola, fev. 2011); **violenta** – ...*a gente achava assim que a Restinga era um lugar violento...*(Joana, jan. 2011); *naquela época a Zero Hora fazia muito alarde disso e a brigada trazia os camburão pra cá, aí trazia uma duas ou três camburões pra cá, entravam, demoliam a casa das pessoas* (Beleza, fev.2011); ... *eu ouvia falar que o bairro era assim que o bairro era muito violento, dava muito assalto...*(Ana, fev.2012); **medo por parte de familiares e amigos** - *Ai o que aconteceu a minha mãe morava no interior, ela ficou apavorada...* (Fábio, fev.2012), e ausência ou precariedade de equipamentos urbanos:

...(Pesquisadora: E tinha medo de vir para cá?) Não nenhum um pouco, esse barro vermelho aqui era tudo banhado, quando o XX veio pra cá já era bom, eu conheço essa restinga, tu não faz idéia, eu conheci ela em 79, a

Restinga, quando eu comecei na prefeitura em 79, (e tinha alguma fama a Restinga naquela época?) tinha, a Restinga Velha na verdade e tem fama até hoje (de que?) de bandidagem, de tráfico, de tudo, de um monte de coisa, só que a gente foi vendo que não era isso, eu trabalhava direto dentro da Restinga Velha, meu caminhão ficava aberto, eles ficavam cuidando pra mim, na época não existia Brigada Militar aqui, tinha um posto de emergência precário, meu caminhão servia de ambulância ai, era mulher grávida, era nego esfaqueado, com tiro, tudo eu socorria, levava lá para baixo, na época não era nem Parque Belém, ai foi como eu falei, era uma casa, então não tinha, todo mundo me conhecia, não comprei aqui para vir morar, mas para investir...(Carlos, fev 2011)

Além de experiências conceituais-indiretas, as lideranças também tiveram experiências íntimas-diretas com a Restinga antes de virem morar no bairro, são elas: **a visita a parentes ou amigos que já moravam no bairro**, os quais também adjetivavam o bairro de forma negativa, conforme as seguintes falas: ... *a minha irmã morava aqui embaixo, o que a gente via era que a Restinga era um bairro bandido, era assalto, morte... (Cátia, jan.2012); ... eu conheci a Restinga com 12 anos, a minha tia ganhou um apartamento na Nilo Wuff, Naquele tempo em volta do CECORS não tinha nada, só uns barracos assim, o ônibus era pinga, pinga do Belém, era um horror... (Carla, jan.2011); e de Marcos:*

... aqui era um abandono total isso não existia eu to dizendo a palavra, não existia aí depois que, eu não me lembro agora, mas eu só lembro desta parte depois que flores iniciou no caso a criação total e geral da Restinga a primeira unidade, Restinga Velha e outras, depois na sequência veio as outras, não tinha nada, nada, ali na Restinga Velha existia só um valão eu me lembro que tinha vinte e poucas casas ali não tinha comunidade, eu vinha de picape, pra buscar os jornaleiros pra vender jornal no Centro vender a Zero Hora no Centro. E aí eu vinha de picape, antes da Edgar Pires de Castro que hoje querem duplicar era um trilho de carroça tu vinha vindo nela de repente tinha que parar um pouquinho, esperar o que vinha vindo muito difícil passar por alguém. Esperar o que vinha, ver uma partezinha mais larga pra tu poder passar com a tua caminhonete eu vinha de picape e aquela entradinha lá, não sei se tu já viu a entrada do Ronaldinho, do Instituto Ronaldinho ali na 38, ali era um lombão, ali eu botava as correntes nas rodas traseiras da picape pra mim vim andar nos dias de chuva, pra mim poder subir aquela lombã ali e vim pela estrada pra mim pegar os guri, daqui eu cortava pelo Pinheiro pra pegar os guri ali da 20 e pra levar pro Centro. Este foi o primeiro trajeto de começo da Restinga que a gente fazia, mas eu não morava aqui, depois veio a primeira unidade veio... (Marcos, fev.2012)

As lideranças comunitárias foram morar no bairro ao longo dos últimos trinta e cinco anos, e a aquisição das casas se dá de diferentes formas, segundo as falas abaixo:

...eu vim para Restinga por uma necessidade pessoal por uma necessidade pessoal de não mais pagar aluguel, eu era funcionária do estado e não queria que minha filha saísse da universidade, ai o que aconteceu minha

sobrinha fez vestibular, meu irmão alugou a casinha menor, nos já tínhamos o dinheiro e compramos aqui, e se tu fizer o cálculo hoje eu pago menos nessa aqui do que daquela lá na época, pela parte social mesmo, eu precisava pagar aluguel mesmo...(Márcia, jan.2012)

...daí eu me mudei para outros lugares sempre de aluguel, aí quando eu morava em uma casa na Otto eu morava em uma casa que era da firma onde trabalhava. A firma faliu, o dono morreu e eu fiquei sem pé e sem cabeça. Eu não tinha nem para onde ir. Aí minha conta que me pagaram. A minha rescisão, eu comecei a procurar casa para morar... (Fabíola, fev.2012)

Entre os seis restantes, cinco conquistaram sua moradia através de inscrição no DEMHAB, como podemos observar nos trechos abaixo:

...morei 15 anos em Viamão aí me inscrevi, fiquei inscrita no DEMHAB 15 anos, tá e fui sorteada com a chave pra essas casinhas aqui em 93 e vim me embora pra cá, foi o sorteio foi aqui na Estado maior da tanga aonde que saiu a quadra F número 9 que era pra minha era um embriãozinho uma casinha pequena só com um eu digo assim 2 peças porque era só isso aqui ó o banheiro, isso aqui e a cozinha (Ana, fev.2012)

... o tempo que o senhor quiser, aí acabou dois dias, ele nos chamou lá e disse: tenho uma novidade pra vocês, existe uma possibilidade, eu conheço um cara que é dirigente do Internacional que é, tem parente que dirigente não sei aonde, do DEMHAB, eu to para conseguir, a hora que eu tiver alguma coisa, eu chamo vocês. Um belo dia nós chamou lá, olha nós temos uma reunião com o Doutor Pujol pra vocês escutar vocês, tudo que vocês contaram pra mim, vocês vão contar para ele, aí não ia só os nossos dez, aí nos fizemos um movimento para ver quem tinha inscrição e aí separamos quem tava querendo e quem já tinha inscrição (Beleza, fev.2012).

... Porque o meu pai tinha se inscrito nessas casas populares do DEMHAB, sempre pagava aluguel, depois eu comecei a trabalhar ficou eu e o pai, porque precisava de mais um salário. Aí o pai faleceu, e não queriam me dar uma nova inscrição porque o pai tinha morrido. Eu peguei e comentei, o pai morreu, morreu, eu pago as contas, eu tenho três filhos, preciso de uma casa. Não vou ficar pagando aluguel. Aí uma amiga minha tava lá, lavando material do pronto socorro, estão reescrevendo o pessoal, vamos lá, eu não, vamos lá que te pago a passagem, aí nós fomos, seis horas da manhã, aí nos fomos nos escrever, a guria pegou e disse pra gente, as casas são lá na Restinga, não faz mal, só vocês de nós chamarem pra renovar os cadastros, já um respeito, porque nós já estamos mais de dez anos inscritos, e só era padrinho, venderam chave, que era, lá dentro do DEMHAB (Tatiana, fev.2012).

Uma das lideranças conquistou sua moradia através do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN). Esse movimento encontra-se fortemente organizado no bairro:

...então a gente entrou para o movimento pela luta pela moradia porque eu fui o que eles chamam de invasora, eu ocupei um espaço, uma área junto

com outras famílias essa área era tomada de maricá, a gente bem dizer entrou pra dentro do mato, essa área até hoje está ocupada por algumas famílias que recém serão assentadas naquele loteamento... (Carla, jan 2012).

A compra da casa também se dá por outras duas motivações, por mais espaço e pela transferência para o bairro para trabalhar.

A primeira conquista das lideranças é a casa própria, no local da cidade onde podiam pagar. A conquista da casa é de suma importância para nossos narradores, pois ter uma casa sua é ter um endereço, e ter um espaço para habitar, como observamos nos trechos a seguir:

... quando entramos no OP para ter uma moradia e a partir dela a pessoa tem uma identidade. Eu já vi casos de pessoas, como eu e meu marido, a gente morava em uma invasão, não tínhamos endereço, não tínhamos identidade, porque tu mora numa invasão tu é um delinquente, tu pode ter uma visibilidade. A casa para mim foi um equilíbrio emocional, pessoal, de várias coisas... (Carla, jan.2012).

Entretanto, a conquista da casa não desfez as percepções topofóbicas que as lideranças já tinham do bairro, e estas percepções se intensificaram quando se depararam com um lugar que não possuía os equipamentos urbanos necessários para o bom funcionamento da cidade.

Existem definições diferentes para o que chamamos de equipamentos públicos, entre elas encontramos a Lei Federal 6766/79 - Capítulo II: Dos requisitos urbanísticos para loteamento, conforme artigos 4º e 5º:

Consideram-se comunitários os equipamentos públicos de educação, cultura, saúde, lazer e similares. Parágrafo Único - Consideram-se urbanos os equipamentos públicos de abastecimento de água, serviços de esgoto, energia elétrica, coletas de águas pluviais, rede telefônica e gás canalizado.

Já Associação Brasileira de Normas e Técnicas (ABNT), em seu documento NBR 9284, cujo título é equipamento urbano, divide os equipamentos públicos em categorias e subcategorias segundo sua função predominante e os define como “todos os bens públicos ou privados, de utilidade pública, destinados à prestação de serviços e que são necessários ao funcionamento da cidade, implantados mediante autorização do poder público, em espaços públicos e privados.”

A partir das definições acima, entendemos que os equipamentos públicos são o conjunto de bens públicos e privados que permitem o funcionamento da cidade, são eles: educação, cultura, saúde, lazer, abastecimento de água, serviços de esgoto, energia elétrica, coleta de águas pluviais, transporte, rede telefônica, pavimentação de ruas e gás canalizado.

Em todas as narrativas, a fala mais recorrente está relacionada ao fato de que na Restinga faltava tudo; estas falas destacam as experiências íntimas-diretas de viver com precariedade ou ausência de equipamentos urbanos no momento em que chegaram ao bairro, conforme os trechos abaixo:

... quando me falaram que era na Restinga perto do estado maior aqui não tinha nada, aqui era uns morro, umas descida, um banhado sabe? E muita vila, vila assim umas casa longe da outra era uma vilinha sabe?Vilinha assim. É aqui que vai ser, eu fiquei impressionada aí eu fiquei é aqui que eu vou me meter é aqui que eles vão me meter né? Mas não desisti né, quando começou isso, quando eu fui chamada eles não tinham feito nada aqui, nada aqui era umas coisas altos e baixo, banhado sabe?... (Ana, fev. 2012))

... não tinha nada aqui, isso daqui era troço, não tinha pavimentação, não tinha ônibus, era só o Restinga Nova, lá embaixo, nós tínhamos que descer e subir isso daqui. Aí começaram as pavimentações do bairro, do Barro vermelho, não tinha nada... (Tatiana, fev.2012)

... Aí viemos morar aqui, aí tinha duas ou três casas, luz precária, rua só tinha o traçado, água ninguém tinha, ia crescendo o número de casa, mas melhorias não, já tinha uma associação que tinha sido fundada em 1981, a Associação de Moradores da chácara do Banco, mas só que os presidentes da época eram todos partidários, todos, então eles só visavam o lado político deles, o lado pessoal deles, mas fazer para comunidade eles não faziam, aí foi crescendo o loteamento e as precariedades também..(Carlos,fev.2012))

...Era complicado quando cheguei à única escola que tinha era Pessoa de Brum. O Lindovino estava sendo construído. Lá na Restinga Nova tá sendo construídas algumas coisas, creche não tinha, não tinha políticas públicas para família... As famílias vieram para cá, não tinha creche, não tinha escola, não tinha água, não tinha luz, não tinha saneamento, não tinha nada... (Paula, jan.2012)

... carência do bairro, vai mudando, quando eu vim para cá a Restinga era um bairro carente, necessitado, com pessoas que não tem conhecimento e que fica tudo longe e do outro lado do morro e que o centro não dá mínima... (Geni, mar.2012)

A experiência íntima de habitar em um bairro com precariedade ou ausência de equipamentos públicos contribui para afirmar as percepções topofóbicas das lideranças. Entretanto, não é somente a experiência da ausência ou precariedade que contribui para constituição das percepções topofóbicas, outras experiências íntimas também estão relacionadas a estas percepções, são elas: **a separação da família e amigos, os quais ficaram morando em outro local da cidade, o não vivenciar o cotidiano da Restinga, o sair todos os dias para trabalhar: ... E como que foi a senhora chegou a Restinga e já começou a se**

envolver? (pesquisadora) Pouco, porque eu saia, porque eu saia às cinco da manhã e voltava às nove da noite... (Tatiana, fev.2012).

... primeiro foi uma tristeza, porque sempre morei com a mãe, aí a mãe foi morar com a minha mãe, até o cachorro não queria vir, até o cachorro pegamos e colocamos lá no canto, a mãe ficou no portão, o cachorro queria se atirar do caminhão, né, tivemos que amarrar o cachorro. E de noite minha filha, todo mundo tinha tomado banho, vamos lá, vamos voltar para casa da vó, que vó, não tinha vó! Tua vó não ta morando, foi uma choradeira aqui dentro de casa, uma choradeira, não estavam acostumados... (Tatiana, fev.2011)

As percepções topofóbicas também se manifestam em diferentes escalas, ora estão **relacionadas com a casa que habitam** – *... esse casarão não tinha nada, não tinha reboco, não tinha piso, as paredes eram furadas porque os guris fumavam, botavam as butucas da maconha e os papelões da maconha... (Fabiola, fev.2012);* ora **com a rua em que residem**: *...isso era o caos, eu vim para cá e meu guri entrou em depressão porque ele não tava acostumado. O meu guri nunca foi de rua... (Fabiola, jan.2012);* e ainda **com o bairro e suas divisões**, além da Restinga como um todo. Carlos nos fala da diferença entre a Restinga e a Chácara do Banco (uma das vilas da Restinga): *a Restinga, tu pode passar ali, é outra realidade, é gente o dia inteiro na rua, lá é criança, mulher barriguda) (então tem essa divisão) eu não sinto isso, mas tem essa separação, mas existe... (Carlos, fev. 2012).* Essa compreensão também aparece na fala de Eduardo:

...Eu acreditava que o pessoal não ia se adaptar aqui, não é o bairro que sangra, são alguns lugares que sagram que vai para mídia é a Restinga, quando nós compramos aqui em casa, quando nós chegamos aqui, um amigo me disse: Eduardo tu comprou tua terra no pior lugar da Restinga, eu vou dizer pra ti, até agora não matei ninguém, sei onde tem o tráfico, eles não abrem ponto de tráfico dentro da cooperativa, já mulher apanhar do marido, já marido apanhar da mulher e como eu já trabalhei no policiamento (Eduardo, mar.2012)

Além das experiências íntimas descritas acima, foi possível observar que as percepções topofóbicas relatadas pelas lideranças comunitárias da Restinga estão também relacionadas ao desconhecimento do bairro, de acordo com Carlos:

... tu sabe que quando a gente não conhece a gente tem visões diferentes, eu me casei em 1983 e morava no Cristal, bem pertinho do DEMHAB lá, e não era meu, era meu, mas eu queria ter meu canto, aí surgiu a oportunidade, o DEMHAB tava precisando de um caminhão para trabalhar só dentro da Restinga, porque o DEMHAB que construía a Restinga, quem construiu

todas essas casas, foi o DEMHAB, não tem outro órgão, o DEMHAB desapropriava uma chácara e fazia loteamento, áreas novas, sempre com remoções. Ai eu vim trabalhar aqui, no início eu não gostei muito, vir de lá todos os dias, nessa distância, o caminhão era meu, vinha de manhã e de tarde... (Carlos, fev. 2012).

Para Tuan (1980), o desconhecimento de determinados lugares contribui para a formação das percepções. Para o autor, quando chegamos a um bairro, primeiramente ele é visto por nós como uma imagem embaçada, mas na medida em que atribuímos significados às esquinas, às ruas, às casas, enfim, aos locais, o bairro torna-se nítido. Podemos verificar que o desconhecimento do bairro também contribui para as percepções topofóbicas com relação à Restinga.

Apesar da existência de diferentes experiências íntimas-diretas que contribuíram para formação de percepções topofóbicas da Restinga, nas narrativas a experiência íntima-direta relatada com mais frequência é a da precariedade ou ausência de equipamentos públicos. Tuan (1980) aborda a importância das estruturas funcionais da cidade na constituição das percepções, pois para ele essas estruturas permitem o bom funcionamento da cidade.

Ao analisar a ponte do Brooklin nos Estados Unidos, Tuan nos chama a atenção para o fato de obras arquitetônicas se constituem como um símbolo, a partir da atribuição de significados por parte da população que reside nos locais onde elas são construídas. No caso da Ponte do Brooklin ela se transformou em um símbolo para muitos norte-americanos, pois simboliza àquela nação que as feridas da guerra civil haviam cicatrizado.

Podemos atribuir a mesma importância que Tuan (1980) confere às estruturas funcionais aos equipamentos urbanos, tendo em vista que, na atualidade, eles são as estruturas que permitem o bom funcionamento da cidade.

Portanto, a ausência ou precariedade desses equipamentos e estruturas na Restinga foi o principal elemento para a constituição de percepções topofóbicas (entendidas aqui por nós como desconforto, aversão, negação ou até mesmo medo do lugar), nas lideranças que moram na Restinga.

Além disso, a experiência da ausência ou precariedade de equipamentos públicos levou à constituição do lugar topofóbico nos primeiros anos em que nossas lideranças foram morar na Restinga, a partir da concepção de lugar de Tuan (1980) e Lindón (2007a, 2007b, 2007c e 2012), os quais entendem o lugar como sendo espaços aos quais atribuímos valores, significados, símbolos e emoções.

Para Lindón (2007a), os lugares são construções sociais, os quais estão sempre em curso e não necessariamente estão acabados, são transitórios, podem ser visíveis, invisíveis ou parcialmente visíveis, e a eles podemos atribuir outros significados, outras memórias, outros símbolos a partir das experiências íntimas ou conceituais que vivenciamos naquele espaço. Por conseguinte, podemos transformar nossas percepções tendo novas experiências íntimas e conceituais com lugares que já conhecemos.

Esta visibilidade ou invisibilidade é determinada pelas experiências que vivenciamos nele, assim, como as suas percepções. Mesmo vivendo no mesmo bairro, a visibilidade daquele lugar será diferente para os grupos de pessoas que residem naquele local. O lugar visível para nossos narradores dos primeiros tempos na Restinga carrega, na sua grande maioria, características negativas e faz com que não tivessem nenhum prazer em morar ali, mesmo tendo conquistado suas casas próprias.

No entanto, como o lugar é o espaço inacabado e esta sempre em movimento, a precariedade, que poderia ter se transformado em motivo para uma vida cheia de reclamações, transformou-se na principal motivação para a participação política, organização e luta por equipamentos públicos na Restinga.

Em Lindón (2012) as formas como as pessoas se referem a determinados lugares reforça a visão que possuem de si mesmo, segundo a autora:

Hablar de un acontecimiento vivido y ubicarlo en un lugar prestigioso puede mostrarse como manifestación de si mismo exitoso o de grandes logros o de alto reconocimiento social. La referencia a lo vivido en un lugar pauperizado puede ser una manera de presentar el cuadro de vida de un si mismo víctima, o un sí mismo oprimido o frágil (LINDÓN, 2012, p.24).

Por conseguinte, as percepções topofóbicas poderiam ter reforçado, nas lideranças, uma postura de conformidade, de vitimização, de fragilidade e poderiam ter limitado a suas ações no bairro ao ato de reclamar da falta de equipamentos públicos. Ao invés disso, a experiência íntima-direta de precariedade de equipamentos urbanos motivou a participação política para reivindicarem junto aos órgãos responsáveis da prefeitura de Porto Alegre a implementação dos equipamentos públicos que tinham sido prometidos desde 1970 para o bairro.

6.2 HOLOGRAMA ESPACIAL (2º MOMENTO): A EXPERIÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO NO OP NA TRANSFORMAÇÃO DAS PERCEPÇÕES TOPOFÍLICAS/TOPOFÓBICAS

Antes de seguirmos analisando as percepções das lideranças da Restinga a partir das experiências íntimas-diretas que vivenciaram participando do OP, é importante esclarecer o que entendemos por participação política.

Para Avelar (2004) participar é tomar parte em algo que se refere à política. Para a autora, a participação política se dá através das formas mais simples, tais como conversas em locais públicos sobre política; até as mais complexas como, por exemplo, o envolvimento na mobilização de grandes grupos para protestar contra a fome no mundo, a violência nas grandes cidades e ainda o engajamento em partidos políticos, o ato de votar e de fazer parte do governo.

Nossas narrativas apontam que a principal motivação para participação política das lideranças foi a experiência íntima de precariedade ou ausência de equipamentos públicos. Para reivindicar as necessidades do bairro, as lideranças entrevistadas procuram diferentes organizações dentro da Restinga, tais como: associações de moradores, igreja, conselho de pais e mestres das escolas entre outras.

Mas, a partir da década de 1990, com a implementação do OP em Porto Alegre, estas organizações precisaram ingressar na lógica dessa política pública a fim de reivindicar os equipamentos ausentes na Restinga. É possível perceber esse fato nas falas: *... eu vim para cá em 1996 e comecei a participar porque não adiantava eu brigar, não adianta eu brigar, espraguejar que a Restinga não tem nada, se eu não participar, eu fui participar...(Fabíola, fev, 2012); ... A maioria de nós da onde nós viemos não participávamos de nada, não tinha isso aí, a gente aprendeu a brigar aqui, o que nos falamos aqui é lei para os políticos...(Tatiana, fev.2012).*

...aí foi crescendo o loteamento e as precariedades também, eu era de casa para o trabalho do trabalho para casa e aí em 1995 eu e um pessoal começamos a conversar, nós reunimos aqui, exatamente onde a gente está, que aqui era uma garagem na época, reunimos um grupo aqui e achamos melhor então formar uma chapa e concorrermos à associação de moradores..(Carlos, fev.2012)

Aí eu comecei a ver que as outras comunidades foram à luta e conquistaram, porque agente não, ouvi na rádio, no jornal sobre o OP e o carro de som que passava comunicando que ia ter reunião para tirar os conselheiros, aí eu comecei a participar e pegar o livrinho do PI, comunidade tal e tal tem isso, vou ver se consigo pavimentação pra cá também, consigo melhoria né, foi quando eu consegui e começar a me

candidatar para delegado, para ir aprendendo, depois fui para conselheira (Ana, fev.2012).

Agente começou nós aqui mesmo, foi pela água realmente em 1996, só que a gente não tinha intermediárias aqui por não ter moradores suficientes, nos fomos de curiosos no processo que tava todo mundo, qualquer secretaria que nós íamos pedir alguma coisa tu tem que ir para OP, aí nos sabíamos como funcionava, e fomos para o OP, nós já morávamos aqui, nós precisamos de tudo, onde é o OP? Nós não sabíamos, nós nunca tínhamos participado do OP, tem na Igreja, nós não tivemos intermediárias naquele ano, nós descemos na cara e na coragem, não sei como funciona (Geni, mar.2012)

A participação política das lideranças da Restinga entrevistadas concentrou-se entre os anos de 1990 a 2004, período no qual a cidade de Porto Alegre era administrada pelo PT. As lideranças participaram ou ainda participam como delegados e conselheiros do OP.

Lembrando que para participar como delegado é necessária uma organização prévia dentro do bairro, que reúna 10 pessoas, e conte com a presença do CAR, isto é os técnicos da prefeitura devem estar presentes nas reuniões preparatórias, e para cada 10 pessoas pode ser indicado um delegado para OP.

Outro aspecto relevante do OP é que a partir da década de 1990 ele se constituiu como o principal canal de reivindicação utilizado pelas lideranças do bairro: ... *Naquela época o OP era o ponto de encontro não para discutir, mas também para mobilizar tinha que ir lá para dar conta (Paula, jan.2012); OP é uma porta, é uma das portas principais (Vitor, fev.2012).*

E tornou-se cada vez mais importante na medida em que as demandas apontadas pela população vão sendo entregues no bairro: ...*naquele tempo o OP era muito participativo. Naquele tempo a participação popular era muito grande. E as pessoas acreditavam no OP, podia demorar, mas nos tínhamos esperança de sair... (Fabiola, fev.201);...Só indo para OP que conseguiam a infraestrutura... (Cíntia, fev.2012).*

A experiência íntima-direta de participação no OP das lideranças da Restinga possibilitou a ressignificação das percepções e do lugar, pois através da participação as lideranças conheceram o bairro, que até então era desconhecido:

... eu saía as cinco da manhã e voltava as nove da noite, não tinha como, eu comecei a ver o bairro mesmo quando eu comecei a participar, quando comecei a ver o outro lado, a conhecer as comunidades...não conhecia o bairro até então, porque trabalhava o dia inteiro, a primeira coisa que o Miguel fez foi mostrar o mapa da Restinga, o tamanho que a Restinga...(Tatiana, fev.2012).

Através da experiência íntima de participação, as lideranças começaram a perceber que a precariedade ou ausência de equipamentos públicos não era uma necessidade individual, mas coletiva: *...entrei no OP por causa do CONLUTE, pela comunidade sofrida, por causa do ônibus... (Beleza, fev.2012); ,... Aí o que aconteceu aqui, não tinha nada e havia uma necessidade de ajudar essa comunidade (Marcos, fev.2012),*

Eu não posso pensar em mim, só em relação a minha família, que é melhor, que minha família vai usar, não. Tem que ter mais coisa, é isso que OP ensina a fazer as coisas também para os outros... (Tatiana, fev.2012)

Assim, as lideranças e a população do bairro perceberam quem eram as pessoas mais indicadas para apontar as necessidades do bairro para o investimento do orçamento da cidade

... Quando começou o orçamento participativo em 1991 nós tivemos um começo de melhorias, como diz o ditado, o governo não tem uma bola de cristal para saber onde tem que aplicar as melhorias, o que acontecia, foi se criado o orçamento participativo, o pessoal, o pessoal começava a discutir, quem precisava mais a Restinga (Fernando, fev.2012).

A conquista desses equipamentos transformou o bairro, pois muitas ausências foram preenchidas através da luta dos moradores. As lideranças destacam que não conquistaram nada sozinhos e que a comunidade teve papel fundamental nestas lutas, como podemos observar: *...a gente conseguiu ônibus, conseguiu posto de saúde, creche, tem uma melhor. (Fabiola, fev.2012),*

... Na época eu ia de carro, ônibus não consegui, fazer tudo, despesa da gente e voltando aqui a nossa comunidade, assim o que me deixa, eu digo que me engrandece, porque foi trabalho, eu digo não é só eu, porque tinha mais gente, uma diretoria e toda a comunidade apoiando... (Carlos, fev.2012)

...a participação que a comunidade fez em massa, colocou como a prioridade um da comunidade e dentro do tema saneamento da região, que tudo tens os temas, conseguimos colocar a Chácara do Banco, como comunidade, de todo a organização...(Carlos, fev.2012)

A experiência íntima-direta de participação no OP fez com que nossos narradores, juntamente com a comunidade, conquistassem pavimentação para as ruas, redes de esgoto, iluminação pública, novas escolas de ensino fundamental e infantil, ampliação das escolas já existentes, entre outros equipamentos urbanos.

O lugar passou a ser marcado por equipamentos que foram conquistados com o envolvimento dos moradores da Restinga, ao contrário do que Tuan (1980) aponta, no sentido que a participação das pessoas na construção das obras na contemporaneidade fica restrita apenas à colocação da pedra fundamental.

No OP acontece o contrário do que é afirmado por Tuan (1980), pois através da participação política as pessoas apontam as obras importantes para cada região, acompanham sua construção e, ainda, a fiscalização. Nesse sentido, de acordo com nossos narradores:

...Eu dava explicação de como estava a situação do processo de regularização, da situação das obras, se ela foi aprovada ou não, eu sabia passo de cada obra, qualquer morador que me perguntava sobre passos da comunidade, eu não deixava sem resposta, eu tinha resposta na hora para dar...(Carlos, fev.2012).

... Então a gente foi para dentro do OP para demandar, como eu estava dizendo a prefeitura tem uma verba e direciona aquela verba para cada setor quando a comunidade decide. Aquela comunidade decide. Ela é responsável até mesmo pelas obras, porque daí o prefeito vai dizer foi destinado 150 mil reais para a construção de uma escola. Esse dinheiro porque a escola foi concluída e também uma forma da comunidade cobrar do governo...(Carla, jan.2012)

Tendo em vista as concepções acima relacionadas às obras do OP, além dos preceitos de Tuan, no caso da Restinga os equipamentos públicos são a materialização da organização do bairro. Dessa maneira, se constituem como símbolos, materializando no lugar o entrelaçamento entre experiências íntimas-diretas de participação política no OP e a vida daquelas pessoas que brigaram por eles.

Os equipamentos públicos ou, para usar a expressão de Tuan (1980), as estruturas funcionais da cidade transformam-se em símbolos da experiência íntima-direta das lideranças de participação no OP. Para Tuan (1980), as estruturas funcionais acabam afetando as pessoas que vivem nestes locais, possibilitando novas sensações e percepções humanas.

Podemos observar a importância dos equipamentos urbanos na vida dessas pessoas a partir das seguintes falas:

... Pode ser que isso virou politicagem, mas o Olívio entrou nas vilas de POA e viu o que realmente as vilas não tinham asfalto, não tinham luz, não tinham esgoto, o dinheiro era pouco, então muitas vezes numa rua ele (Olívio) colocava três postes com luz. Uma esquina, um no meio e outra na esquina. Aquilo já dava uma baita visibilidade e diminuía bastante a questão da criminalidade, que ninguém se liga, aonde entra o governo,

entra infraestrutura e a criminalidade diminui, então muita gente demandava asfalto (Carla, jan.2012).

... Foi feito um levantamento de alunos que a maioria dos alunos que moravam aqui estudavam no Mário Quintana da Castelo. Na época a diretora da Maria do Carmo era uma pessoa de liderança, era muito pela comunidade, aprendi muita coisa ela, sabe e aí ela começou a chamar os pais daqui para se mobilizarem, para se organizarem para pedir no orçamento participativo. A gente foi para OP. Eu e meu marido foi no começo demandar habitação. Até a gente ganhar aqui. Aí nós não sabíamos o que fazer então no ano 2001 eu comecei a entender um pouquinho mais, a procurar saber porque tinha um filho que precisa ir para escola, eu tinha que levantar as seis horas da manhã para chegar as sete no Mário Quintana. Nós tínhamos que fazer uma trilha nessa faixa, era só mato, era perigoso, os corríamos risco de ser assaltadas. A gente passava por tudo isso. Quando chegava certa hora que as crianças soltavam lá em baixo. Cinco e meia tinha que chegar aqui já era escuro não tinha luz, isso também, foi modificado, nos poucos anos. Então a Maria do Carmo começou a se preocupar, quando chovia, quando fazia muito frio as crianças não iam, entendeu, começou a uma questão evasão, ou porque aconteceu alguma coisa, teve mulheres que foram estupradas, estava indo para o serviço. Que eu me lembro de caso de crianças, mas de mulheres revê. Imagina nós tínhamos todo esse problema. E aqui quando, nos éramos umas 800 famílias, entorno de 5000 moradores. Isso hoje é praticamente dobrou. Aí comecei a prestar a atenção no que a Maria do Carmo falava. Então vamos fazer o seguinte: tinha essa questão vamos para o OP... (Carla, jan.2012)

... A estrada do barro vermelho mesmo foi na gestão de noventa que foi asfaltado. Asfaltamento pelo OP. Até lembro que era o Tarso Genro que era prefeito. Foi o Olívio depois. Era barro mesmo. Imagina todo mundo vinha, o barro vermelho. Era o ônibus não podiam passar porque não tinha asfalto. Tudo era porque o barro vermelho era barro vermelho. Nós fomos em peso para conseguir tudo aquilo...(Paula, fev.2012)

... quando tu via dentro de uma reunião do OP pessoas diferentes lugares da comunidade debatendo uma coisa de interesse geral, nos construímos o posto de saúde da Restinga Velha não porque melhor pra mim, mas era uma coisa que todo mundo queria, foi uma coisa pra aquele povo lá, mas era uma necessidade prioritária para eles que não tinham nada, foram os primeiros moradores da Restinga e não tinham um posto adequado para atender e nisso com ampliação lá começou a saúde ser vista de outra forma, as pessoas viram que tinha que se priorizar isso como demanda, é preciso pressionar...(Beleza, fev.2012)

... não tinha vaga para todo mundo, nós através do OP conseguimos agilizar a construção do Mário Quintana por exemplo, não houveram outras, algumas melhorias do OP foram demandas nossas, nenhum prefeito ou governador fez, foi nós que exigimos...(Beleza, fev.2012).

6.3 HOLOGRAMA ESPACIAL (3º MOMENTO): PERCEPÇÕES TOPOFÍLICAS DAS LIDERANÇAS A PARTIR DA PARTICIPAÇÃO NO OP

Nas suas narrativas, as lideranças destacam que a Restinga é outra após a implementação do OP de Porto Alegre, pois o lugar foi transformado através das conquistas de equipamentos públicos: ... *a gente conseguiu ônibus, consegui posto de saúde, creche, tem uma melhor...*(Fabíola, fev.2012),

Não queremos aqui afirmar que atualmente não existem precariedades no bairro, contudo, durante a década de 1990, o bairro passou por grandes transformações que foram fruto da intensa participação e organização dos moradores da Restinga.

A materialização dos equipamentos urbanos conquistados vai além das suas construções e do bom funcionamento do bairro, pois são símbolos das lutas, das brigas, dos desejos de um bairro melhor e da conquista dos direitos e da cidadania através da experiência íntima de participação no OP.

Percebe-se que em cada conquista entregue ao bairro, o lugar passa a ser grafado pelo conjunto de significados descritos acima. A Restinga não é mais algo que está fora das lideranças, mas em cada rua asfaltada, na ampliação de escolas, na iluminação e no posto de saúde tem um pouco das experiências de participação destas pessoas.

A garantia de iluminação pública, asfaltamento de ruas, construção de escolas e saneamento básico se constituem como conquistas de estruturas funcionais da cidade, as quais permitem o bem viver e despertaram em seus moradores percepções toponímicas.

Lembramos que para Tuan (1980), a toponímia é a ligação afetiva que as pessoas estabelecem com os lugares. Para o autor, as percepções toponímicas são despertadas a partir das experiências que temos com determinados lugares. No caso deste trabalho, as percepções que eram toponímicas inicialmente passaram a ser toponímicas através das experiências íntimas-diretas vivenciadas pela participação no OP, o qual possibilitou a conquista de equipamentos urbanos para o bairro.

É importante destacar que as percepções toponímicas vão além da manifestação de afetividade ao bairro, elas ganham outras características de valorização do bairro, pois a Restinga passa estar relacionada à sua boa organização, a sua capacidade de brigar por melhores condições de infraestrutura, por ser persistente, nunca desistir de suas lutas, além das características de ser um ótimo local para se viver por estar na parte verde da cidade, ter um ar maravilhoso e estar rodeada pela natureza.

As percepções topofílicas foram sendo constituídas através da experiência de participação no OP, a qual possibilitou às lideranças, conhecerem o bairro, se apropriarem dele, e estruturar a articulação entre as organizações do bairro para reivindicarem um local melhor para viverem.

Foi possível observar as percepções topofílicas das lideranças através da adjetivação do bairro a partir da sua capacidade de organização: *...eu cheguei na Restinga, descobri aqui que a Restinga não dorme, se tu quiser uma reunião hoje, sempre tem uma coisa para discutir, principalmente na saúde... (Márcia, jan.2012).*

... A Restinga é respeitada, assim pela luta dos moradores,... Eles falam da Restinga na primeira vez ela bate na porta, na segunda pede licença e na terceira bota o pé na porta e entra. Pelas lutas comunitárias o bairro se fez respeitar. O bairro foi isto, quando o bairro quer alguma coisa ele busca e consegue (Fabíola, fev. 2012).

...A Restinga é uma planta que dá em poucos lugares, é uma planta que para sobreviver, ela tem que lutar, então o nome de Restinga, era só vegetação, então aqui bem dizer nada crescia, mas ao mesmo tempo que nada crescia, tudo se multiplicava, tudo se transformava.(Vitor, fev.2012).

...Nós colocamos o bairro em uma evidência positiva. A Restinga tá aí, parece que eu sozinho no meio de duzentas pessoas vou fazer alguma coisa, mas a Restinga se organizou e conseguiu uma escola técnica federal, a Restinga era tratada como bandida, tá aí o cara da Restinga, a Restinga se organizou e conseguiu alguma coisa, nós podemos também, nós vamos lá e incentivamos, não adianta querer disputar, nos podemos ajudar a organizar vocês... (Geni, mar.2012)

... A Restinga está tendo através das lutas comunitárias, das lideranças, está tendo condições de oferecer qualidade de vida. A gente tem escola particular aqui também, tem pólo industrial que está em crescimento. O comércio é muito forte. Não é mais umas quitandas que vimos antigamente. Oferece emprego, tem muita gente que trabalha aqui. Mas, como eu digo, nos temos pessoas que se criaram na Restinga, nasceram aqui, aqui se formaram, que estão estudando, estão entrando para faculdade. Eu vou te dizer uma coisa não foi mudando só a minha vida, mudou de toda minha família... (Cíntia, jan.2012)

As lideranças expressam também suas percepções topofílicas afirmando que não sairiam do bairro para morar em outro lugar:

...mas, eu sinceramente para eu me mudar daqui da Restinga, desse lugar, eu gostaria de morar num lugar na Restinga Nova, no final da linha, onde tem árvore e tem pátio maior. Mas, eu para sair da Restinga para outro lugar, não gostaria... (Fabíola, fev.2012).

... A Restinga, é um paraíso, eu não troco a Restinga por parte nenhuma, isso eu digo, já morei no Teresópolis, mas como aqui. Não troco nenhum

lugar por aqui (porque não troca?) eu gosto daqui, eu me sinto bem aqui, ela tem problema como qualquer outra comunidade, a Restinga é guerreira, ela é uma comunidade diferente. (Porque ela é diferente?) porque é um povo sofrido, vive brigando, o restingueiro briga com ele próprio, mas não gosta que fale mal da Restinga. Aqui o pessoal se mata, se xinga, mas tem um detalhe – saiu daqui, da Restinga pra fora, ninguém quer saber que fale mal daqui, restingueiro tem espalhado por todo Brasil, mas do que qualquer outra comunidade... (Vitor, fev.2012).

Nossos narradores também afirmam que o bairro é um ambiente bom para se viver por ter equipamentos urbanos, por se sentirem livres nele, por terem conquistado sua cidadania e pelo fato de o bairro ainda ser rodeado pela natureza, ser um lugar bom para os seus filhos, de acordo com as falas abaixo:

... Hoje com asfalto, iluminação pública, quantidade de pessoas que venho morar aqui porque é um ambiente bom para viver. A quinta unidade tem um índice menor de criminalidade, uma preocupação diária como aqui não tem pontos de tráfico que outros venham para cá, entendeu, não existe... (Carla, jan.2012).

... eu acho bom morar aqui porque morar aqui é uma maneira, eu me sinto livre morando aqui, eu posso sentar na frente da minha casa, eu conheço o vizinho que mora na frente da minha casa, eu me sinto assim, eu tenho um tio que mora na Assis Brasil, mora entrincheirado, agora botou grade até em cima, esses espinhos de metal...(Beleza, fev.2012)

... significa de certa forma eu ter construído minha cidadania com algumas coisas, como cidadão eu sou útil em alguma coisa, até hoje eu participo em alguma coisa, eu ter contribuído para alguma coisa, para transporte, para educação..(Beleza, fev.2012).

.. Mas, eu hoje eu resumo a Restinga assim: é um bairro fantástico, tanto que está cheio de condomínios maravilhosos chegando, porque as pessoas querem vir morar perto da Restinga? Porque a gente tem um ar maravilhoso, porque a zona sul é tranquila, não tem aquele horror na zona norte de empresa, porque estão acabando com nosso verdinho e virando condomínio? Não é só popular, popular é aqui na Restinga, mas têm os de luxo, essa semana eu tive em um aqui, entregando o documento de uma pessoa, aqui na hípica tá virando em condomínios caro...(Paula, fev.2012).

... eu tenho medo quando os meus filhos saem da Restinga, eu tenho mais medo deles fora daqui do que aqui, o meu filho estudou muito tempo e voltava tarde, ele mesmo diz: o pessoal que ele passava ali, conhece ele assim, e por causa do meu trabalho eu conheço todo mundo, conheço todos, não tem morador que não conheço, tudo eu conheço... (Cíntia, fev.2012).

Tal como as percepções topofóbicas, as percepções topofílicas expressam-se relacionadas a diferentes escalas espaciais. Alguns de nossos narradores possuem uma

profunda afeição com a rua em que moram, mas são topofóbicos com o Restante do bairro, conforme podemos observar na fala abaixo:

... eu sou apaixonada por essa rua, eu amo minha rua, aqui nós somos parceiros, temos até um terreno coletivo para fazer festas e nos reunirmos no domingo... ... Eu não tenho sentimentos bons com bairro, (nenhum com bairro) não tenho. É de tristeza (Tatiana, fev.2012).

As lideranças demonstraram sua preocupação em transformar as percepções topofóbicas do restante da cidade com relação à Restinga, tendo em vista que o bairro, na maioria das vezes, aparece como notícia nas páginas policiais. Dessa forma, os moradores manifestaram o desejo de que estes meios de comunicação noticiem reportagens que valorizem o bairro, conforme os depoimentos abaixo:

...Quando conseguimos pelas brigas, nós queremos sair no Diário Gaúcho pelas nossas lutas e não porque teve 30 mortos, esse não é problema só nosso, nos temos na Cruzeiro, nos queremos sair no jornal por nossas conquistas. Agora vamos ter uma escola técnica nos queremos que saia no jornal... (Fabiola, fev.2012).

... Antes do Diário Gaúcho tinha um outro jornal, agente via a Restinga na ponta da desgraça que coisa mais séria. ... Depois teve uma época que agente conseguiu conversar com a chefia do diário gaúcho pelo um comitê que nós montamos aqui, da possibilidade assim, dá uma aliviada de trinta dias, seis meses, tu faz uma boa ação aqui e isso não se reverte em boa ação tem dez desgraças no jornal e tu não consegue ter um estímulo para melhorar de vida, então a agente conseguiu dar uma aliviada no processo, mas assim não era para esconder, mas nós precisamos de um prazo para melhorar o negócio, bom nesse meio tempo muita coisa aconteceu na Restinga, as coisas boas não são propagandeadas, a mídia não dá o mesmo interesse para as coisas boas, parece que vender o sangue chama mais, nós passamos anos e anos brigando com Rubem Berta, era Rubem Berta – Restinga, nos temos que descolar dessa desgraça, isso não vai nos ajudar...(Eduardo, mar.2012).

... Porque a Restinga tornou-se um lugar, pela pior fama que possa ter aí fora, uma coisa que me irrita muito, sai na mídia, alto índice de criminalidade na Restinga, porque na Restinga mataram dois de manhã, o verdadeiro chefe do tráfico na Restinga ninguém pega e ele anda por aí. O que mais me incomoda é que não sai também a filha da XX que é uma guria de uma luta comunitária que também tem uma luta comunitária de uma das vilas piorzinhas da Restinga que é a rocinha hoje..., (Cíntia, jan.2012)

A experiência de participação no OP possibilitou a transformação das percepções topofóbicas em topofílicas, pois foi através dela que as lideranças conheceram o bairro onde moram, e as precariedades dos equipamentos públicos foram amenizadas através da entrega das demandas conquistadas, o que tornou o bairro mais agradável para se viver.

É necessário realizar algumas reflexões sobre as percepções topofóbicas/topofílicas. Elas não se constituem a partir de concepção binária, isto é, as pessoas não são topofóbicas ou topofílicas; elas podem ter ambas as percepções em relação ao mesmo lugar.

Por exemplo: uma mãe pode ser topofílica em relação ao lugar em que mora, mas pode ter uma percepção topofóbica da Restinga quando demonstra insegurança com relação a dos seus filhos ou a falta de alternativas de lazer para eles dentro do bairro. O inverso disso também pode acontecer, é o exemplo Cíntia destaca em sua narrativa que o melhor lugar para seus filhos viverem é a Restinga, pois lá estão perto da família, são conhecidos no bairro e podem circular livremente.

As percepções topofóbicas podem ainda manifestar-se quando as lideranças falam do tráfico e da criminalidade, mas para nossos narradores não é este aspecto que deve ser valorizado na Restinga, afinal isso acontece em toda a cidade e não somente dentro do bairro.

Neste capítulo, destacamos as percepções que foram se apresentando no decorrer das narrativas com mais regularidade, por isso os dados apresentados e analisados neste holograma nos permitiram concluir que, inicialmente, as lideranças possuíam percepções topofóbicas da Restinga que foram transformadas em percepções topofílicas através da experiência íntima de participação no OP e pelas melhores condições de funcionamento do bairro a partir da concretização das obras conquistadas através do OP.

Outro fator que precisa ser relatado aqui é que homens e mulheres possuem percepções diferentes do local onde moram. Os homens geralmente são menos topofóbicos do que as mulheres, mas para a comprovação deste dato seria necessário aprofundar a pesquisa, dando ênfase à questão do gênero.

Além das percepções topofóbicas/topofílicas, a análise das narrativas também possibilitou tornar visível o lugar das conquistas alcançadas a partir da organização dos moradores do bairro, as quais são mais visíveis para o grupo de lideranças comunitárias que participaram diretamente nesse processo, mas que podem ser menos visíveis ou invisíveis para os outros moradores.

Os lugares da Restinga que se tornaram visíveis foram aqueles resultantes das lutas das lideranças comunitárias e da população que reside no bairro por equipamentos públicos. São lugares repletos de significados, pois entrelaçam participação política, histórias de vida e transformações socioespaciais.

A materialização desses lugares é visualizada na paisagem do bairro, pois as ruas que não possuíam asfalto ou iluminação pública hoje se encontram pavimentadas e iluminadas. Onde não havia escola ou faltavam vagas para as crianças, hoje a escola foi construída ou

ampliada, e onde as pessoas sofriam com falta de saneamento básico hoje esta necessidade já foi atendida.

O lugar-Restinga visível para as lideranças deixa de ser apenas topofóbico e passa a ter outros significados, os quais estão relacionados à mobilização dos seus moradores através da participação política no OP e em outras organizações. Esses outros significados estão intimamente associados a esses lugares de luta, de persistência, de organização e de mobilização, afinal a Restinga deixa de ser “o nada” para essas lideranças e passa a fazer parte de suas vidas e de suas trajetórias de participação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da pesquisa foi possível verificar que as percepções que as lideranças comunitárias do bairro Restinga construíram sobre o lugar em que residem não podem ser classificadas de forma binária. Portanto, não são topofílicas ou topofóbicas, elas se transformam conforme as experiências conceituais ou íntimas que vivenciam no espaço e no lugar.

Além disso, as percepções se diferenciam de acordo com a escala das experiências, isto é, as percepções da rua em que moramos podem ser diferentes das percepções que temos do nosso bairro, cidade e país.

Observamos que as experiências conceituais/índiretas que as lideranças comunitárias tinham antes de virem morar no bairro contribuíram e, em alguns casos, ainda contribuem para percepções topofóbicas daquele local. Após a ida definitiva para a Restinga, as experiências íntimas de ausência de equipamentos públicos reforçaram as percepções topofóbicas e significaram aquele lugar como topofóbico, ou seja, os líderes não tinham prazer nenhum em morar ali.

A ausência de asfalto, de escolas, de transporte público, de saneamento básico e até mesmo de uma casa para se viver, tornou-se a principal motivação para a participação política em diferentes organizações do bairro. É a partir da entrada nestes espaços que nossos narradores iniciam sua participação no OP.

Ao entrarem no OP, passaram a vivenciar experiências íntimas/diretas de participação política, as quais marcaram suas vidas e o lugar-Restinga. É importante lembrar que o OP, na década de 1990, tornou-se o principal espaço para a reivindicação e a conquista de equipamentos públicos na Restinga.

Através do levantamento de dados no *website* da Prefeitura de Porto Alegre, o qual permitiu o acesso às informações sobre os equipamentos públicos conquistados através da participação no OP, foi possível observar a importância dessa política municipal, especialmente no que tange à aplicação do orçamento público nas áreas da cidade que mais necessitam de investimento. É o que usualmente chama-se de inversão de prioridades, em que se investe em locais que realmente necessitam.

As narrativas dos entrevistados foram complementadas pelos dados obtidos através do *website* da Prefeitura de Porto Alegre, seguindo as observações de Lindón (2012) para a aplicação deste procedimento de pesquisa. Ao aplicarmos esses dois procedimentos

metodológicos para nos aproximarmos da realidade, tendo em vista que é impossível a sua apreensão total, foi possível a imersão nos processos que envolvem o ato de demandar no OP, as transformações do espaço obtidas através das experiências de participação, as transformações nas lideranças comunitárias provocadas pelas experiências de participação vivenciadas pelos sujeitos desta pesquisa e a transformação das percepções que tinham do bairro antes e depois da suas experiências no OP.

Portanto, é através dessa participação política que as lideranças e a comunidade conquistam equipamentos públicos para a Restinga, mas essas conquistas não transformam apenas o lugar-Restinga em topofílico, ou seja, em um lugar melhor para se viver. As conquistas transformaram as percepções que as lideranças possuem dele, pois através da participação passaram a conhecer o bairro como um todo, passaram a conhecer seus vizinhos, passaram a ter conhecimento dos problemas e das possibilidades de solucionar as ausências de equipamentos públicos que vivenciam diariamente.

As experiências íntimas com o bairro são importantíssimas para a transformação das percepções das lideranças. No entanto, no decorrer na pesquisa foi possível verificar que ainda existe a necessidade de aprofundar questões que foram se apresentando durante o campo, no levantamento e na análise de dados, mas, que diante dos tempos que envolvem uma dissertação de mestrado, não foram abordadas neste trabalho.

Entre essas questões encontramos: Como as percepções do espaço e do lugar em que vivemos são influenciadas pelo gênero, isto é, como homens e mulheres percebem o espaço e o lugar? Sujeitos de diferentes grupos socioeconômicos têm percepções diferentes relacionadas ao espaço e ao lugar? Como a trajetória social de diferentes sujeitos contribui para a constituição de percepções topofóbicas/topofílicas? Como diferentes experiências íntimas e conceituais contribuem para a formação de percepções topofóbicas/topofílicas? Como os meios de comunicação (internet, jornais, televisão e rádio) influenciam na constituição de percepções topofílicas/topofóbicas?

Além destas questões levantadas acima sobre a constituição das percepções topofílicas/topofóbicas, também se faz necessário ressaltar que a combinação de diferentes procedimentos metodológicos nos permitiu desvelar os processos envolvidos nas conquistas por equipamentos urbanos, sua implementação no bairro e a relação entre melhores condições de infraestrutura e percepções do espaço e do lugar em que nossas lideranças vivem.

No entanto, um procedimento metodológico utilizado para esta investigação – o holograma espacial – foi escolhido por dar conta das questões relativas ao lugar. A sua

aplicação se deu de forma experimental, tendo em vista que esta técnica é relativamente nova e ainda é preciso maiores reflexões teóricas e metodológicas.

Outra escolha que assumimos nesta investigação foi a da abordagem do autor Yi-Fu Tuan sobre as experiências conceituais e íntimas dos sujeitos no espaço e no lugar, a fim de compreendermos a participação política no OP e como ela influenciou nas percepções que as lideranças tinham e tem do bairro Restinga.

Diante destas considerações, gostaríamos de destacar a necessidade de aprofundamento de procedimentos metodológicos nas Ciências Sociais que considerem o espaço em suas diferentes dimensões e complexidades como uma variável para a coleta e análise de dados.

Por fim, evidenciou-se durante toda a pesquisa o entrelaçamento entre sujeitos, percepções do lugar e do espaço, experiências conceituais, experiências íntimas, participação política, espaço e lugar, além de condições de infraestrutura. Estas diferentes variáveis compõem o complexo tecido do bairro Restinga e ainda carecem de pesquisas e reflexões teóricas que as considerem em seu conjunto e em inter-relação, e que contribuam para a administração dos recursos do orçamento público, tendo como objetivo melhorar as condições da vida dos moradores das periferias das grandes cidades.

REFERÊNCIAS

AVRITZER, Leonardo Zander (Org). **A inovação democrática no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

AVELAR, Lúcia. **Sistema Político Brasileiro: Uma Introdução**. Rio de Janeiro: Fundação Konradadener-stiftung, 2004. p. 223-235. Disponível em: <http://www.saudebucalcoletiva.unb.br/ensino/introducao_a_ciencia_politica/25_Lucia_Avelar_Participacao_Politica.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2012.

BARDIN, L. (1977). **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em: 16 set. 2012.

DAL MOLIN, Fábio. **Redes sociais e micropolíticas da juventude**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

FEDOZZI, Luciano Joel. **O poder da aldeia: gênese e história do Orçamento Participativo de Porto Alegre**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.

_____. **Orçamento participativo: reflexões sobre a experiência de Porto Alegre**. 3. ed. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

GAMALHO, Nola Patrícia. **A Produção da periferia: das representações do espaço ao espaço de representação no Bairro Restinga**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

GOHN, M. G. M. **Conselhos Gestores e Participação Sociopolítica**. São Paulo: Cortez Editora, 2001, v. 01.

LINDÓN, Alicia. El Imaginário Suburbano: Topofilias y Topofobias. **Cidades: Revista científica/Grupo de Estudos Urbanos**, v. 2, n.4, 2005, p 289-313.

_____. Los imaginarios urbanos y el constructivismo geográfico: los hologramas espaciais. **Revista Eure**, Santiago de Chile, v XXXIII, n. 99, p.31-46, ago. 2007a. Disponível em: <<http://www.scielo.cl/pdf/eure/v33n99/art04.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2012.

_____. El constructivismo geográfico y las aproximaciones cualitativas. **Revista de Geografía Norte Grande**, Santiago de Chile, n. 37, p.5-21, jun. 2007b. Disponível em: <http://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0718-34022007000100001&script=sci_arttext>. Acesso em: 12 jul. 2012.

_____. La ciudad y la vida urbana a través de los imaginarios urbanos. **Revista Eure**, Santiago de Chile, v. XXXIII, n. 99, p.7-16, ago. 2007c. Disponível em: <<http://www.scielo.cl/pdf/eure/v33n99/art02.pdf>>. Acesso em: 03 maio 2012.

_____. **Las narrativas de vida espaciales:** uma expressão del pensamiento geográfico humanista y constructivista. Texto enviado através de correspondência eletrônica, ainda não publicado pela autora.

LAHORGUE, Mário. **Espaço e Política Urbanas: Porto Alegre sob Governo do Partido dos Trabalhadores.** Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.

HOLZER, Werther. O Lugar na Geografia Humanística. **Revista Território.** Rio de Janeiro. ano IV, n. 7. p. 67-78. jul./dez. 1999. Disponível em:
<http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/07_6_holzer.pdf>. Acesso mar. 2012.

PORTO ALEGRE (Prefeitura Municipal). Regimento – Critérios gerais, técnicos e regionais – 2011/2012. Porto Alegre, 2010. Disponível em:
<http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/op/usu_doc/pa002010-op_reg_int.pdf>
Acesso em: 15 de mar. de 2011.

MARCUS, Peter. Enclaves, sim; guetos, não: a segregação e o Estado. **Espaço & Debates**, v. 24, n. 25, 2004.

MARQUETTI, Adalmir. Participação e redistribuição: o orçamento participativo em Porto Alegre. In AVRITZER, Leonardo; NAVARRO, Zander (Orgs.). A inovação democrática no Brasil: o orçamento participativo. São Paulo: Cortez, 2003, p. 129-156.

MAY, Tim. Pesquisa social: questões, métodos e processos. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa; Avritzer, Leonardo (2002), "Para ampliar o cânone democrático", in Santos, Boaventura de Sousa (org.), Democratizar a Democracia. Os caminhos da democracia participativa. Porto: Edições Afrontamento.

SOSTER, Ana Regina de Moraes. **Porto Alegre:** a cidade se reconfigura com as transformações dos bairros. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, Porto Alegre, 2001.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Para o que serve o Orçamento Participativo? Disparidade de expectativas e disputa ideológica em torno de uma proposta em ascensão. **Cadernos IPPUR/UFRJ**, Rio de Janeiro, ano 14, n. 2, p. 123-142, ago./dez. 2000a.

_____. **Os orçamentos participativos e sua espacialidade:** uma agenda de pesquisa. São Paulo: Terra Livre, 2000b.

_____. Reforma urbana, orçamentos participativos e economia popular: relações de complementaridade. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 56, n. 2, abr. 2004. Disponível em:
<<http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v56n2/a19v56n2.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2010

_____. **Mudar a cidade:** uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006a.

_____. **A prisão e a ágora:** reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006b.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar:** a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

_____. **Topofilia:** um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

NAVARRO, Zander. Orçamento Participativo de Porto Alegre: um balanço crítico. In: A inovação democrática no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Impensar a Ciências Sociais:** os limites dos paradigmas do século XIX. São Paulo: Idéias & Letras, 2006.